

Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira - PDES-VR 2020



Diagnóstico Técnico e Econômico



2021



**Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável
do Vale do Ribeira PDES-VR 2020
Diagnóstico Técnico e Econômico**

Governador
João Doria

Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Patrícia Ellen da Silva

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPT

Diretor Presidente do IPT
Jefferson de Oliveira Gomes

Diretora de Inovação e Negócios
Claudia Echevengua Teixeira
Diretora Financeira e Administrativa
Flávia Gutierrez Motta

Diretor IPT Open
Alessandro Pensanato Rizzato
Diretor de Operações
Adriano Marim de Oliveira

Área de Cidades, Infraestrutura e Meio Ambiente – CIMA
Diretor Técnico: Fabrício Araújo Mirandola
Seção de Planejamento Territorial, Recursos Hídricos, Saneamento e Florestas – SPRSF
Gerente Técnica: Sofia J. A. M. Campos

Área de Materiais Avançados – MA
Diretora Técnica: Sandra Lúcia de Moraes
Laboratório de Celulose, Papel e Embalagem – LCPE
Gerente Técnica: Patrícia K. Y. Sasaki

Área de Tecnologias Digitais – TD
Diretora Técnica: Maria Cristina Machado Domingues
Seção de Engenharia de Software e Transporte Inteligente – SESTI
Gerente Técnico: Douglas B. Cavalcante

Coordenadoria de Inteligência de Mercado e Estratégia – CIME
Coord.: Beatriz Nogueira Messias de Miranda

Coordenação e Gestão Administrativo-Financeira – Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas – FIPT

COORDENADOR
Marsis Cabral Junior – IPT

AUTORES (em ordem alfabética)
Ana Cândida Melo Cavani - IPT
Ana Paula de Souza Silva
Carlos Tadeu de Carvalho Gamba - IPT
Caroline Almeida Souza - IPT
Luci Merhy Martins Braga - FIPT/IPT
Marsis Cabral Junior - IPT
Miguel Matteo – FIPT/IPT
Paulo Brito Moreira de Azevedo - IPT
Priscila Ikematsu - IPT
Priscilla Moreira Argentin - IPT

APOIO TÉCNICO (em ordem alfabética)

IPT - FIPT
Ana Maria A. Dantas Marins - IPT
Clareana San Martin Soto – FIPT / IPT
Edna Gubtoso - IPT
Paula Kaori Iamamura Yelo - IPT
Rafael Pires Spassapan - IPT

Quanta Consultoria, Projetos e Editora – QCP

Estela Regina de Oliveira Damato
Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz
Sinoel Batista
Tamara Ilinsky Crantschaninov

COLABORAÇÃO ESPECIAL
André Munhoz de Argollo Ferrão –
Faculdade de Eng. Civil, Arquitetura e
Urbanismo / UNICAMP

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Marina de Almeida Nunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Plano de desenvolvimento econômico sustentável do [livro eletrônico] : Vale do Ribeira - PDES - VR 2020 : diagnóstico técnico e econômico / Ana Candida Melo Cavani ... [et al.] ; coordenação Marsis Cabral Junior. -- 1. ed. -- São Paulo : Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo : Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - FIPT, 2021. -- (IPT publicação; 3043)

"Vários autores".
Bibliografia
ISBN 978-65-5702-009-8

1. Desenvolvimento econômico - Aspectos ambientais 2. Desenvolvimento sustentável 3. Relatórios técnicos - Manuais 4. Vale do Ribeira (SP) - Descrição I. Cavani, Ana Candida Melo. II. Cabral Junior, Marsis III. Série. 21-65846 CDD-333.7150981612

Índices para catálogo sistemático:

1. Vale do Ribeira : São Paulo : Estado :
Desenvolvimento sustentável : Plano de ação
governamental : Economia ambiental
333.7150981612
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

sumário

07	01. Apresentação
08	02. Recortes de Análise: os vários Vale do Ribeira
10	03. Perfil Socioeconômico a partir de Indicadores
11	3.1. Indicadores Demográficos
15	3.2. Indicadores Sociais e de Qualidade de Vida
26	3.3. Indicadores de Renda, Rendimento e Mercado de Trabalho
30	3.4. Indicadores Econômicos
35	04. Cenário Ambiental
42	05. Dinâmica do Uso e Ocupação do Território
56	06. Vetores de Desenvolvimento Econômico
57	6.1. Mineração
73	6.2. Produção Rural
94	6.3. Turismo
124	07. Forma Inovadora de gestão territorial: A visão do Vale do Ribeira como um Parque Patrimonial
132	08. Considerações Finais
136	Referências Bibliográficas

01.

Apresentação

Este documento técnico sintetiza as informações constantes em relatório técnico do IPT, apresentado em junho de 2020 à Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, que aborda as atividades desenvolvidas e resultados obtidos na quarta etapa dos estudos dirigidos à Elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira – PDES-VR.

Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira PDES-VR 2020: Diagnóstico Técnico e Econômico

Baseado na coleta, análise e tratamento de dados secundários e informações obtidas por meio de reuniões, entrevistas e eventos participativos com representações dos setores público e privado, instituições das esferas federal, estadual e regional, sociedade civil organizada e moradores locais é apresentado um diagnóstico preliminar sobre a situação atual, lacunas de conhecimento, potencialidades e desafios para a dinamização dos eixos econômicos - **mineração, produção rural e turismo**. Esta abordagem é contextualizada pela qualificação de dois cenários que caracterizam o território: o seu **arcabouço**

ambiental, no que tange especialmente ao zoneamento institucional e à dinâmica do uso e ocupação do solo, e o **perfil socioeconômico**, buscando-se evidenciar aptidões e vulnerabilidades em relação ao território paulista e assimetrias dentro da região abrangida pelo PDES-VR. Complementarmente, foi efetuado um ensaio inicial sobre formas inovadoras de gestão e ordenamento territorial, associadas ao conceito de parques patrimoniais.

A intenção da elaboração deste conteúdo sumarizado é facilitar e agilizar o acesso aos resultados parciais do projeto.

As informações detalhadas dos diagnósticos sobre as várias dimensões que interagem no processo de desenvolvimento sustentável da região do Vale do Ribeira podem ser acessadas no **Relatório Técnico IPT nº 159844-205**.

02.

Recortes de Análise: Os Vários Vales do Ribeira

Para ter uma maior aproximação nas particularidades de aptidões ou demandas e nas potenciais intervenções, compartimentou-se a região em quatro territórios abrangendo arranjos municipais que guardam similaridades geográficas e interação com as economias e infraestrutura dos entornos.

Excetuando-se o município de São Lourenço da Serra, os demais integram uma única estrutura de governança intermunicipal, que corresponde ao Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul (**CODIVAR**).

Alto Vale	Apiáí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Eldorado, Iporanga, Itaoca, Itapirapuã Paulista, Ribeira e Sete Barras
Eixo da BR (Rod. Régis Bittencourt)	Cajati, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Registro, São Lourenço da Serra, Tapirai
Lagamar	Cananéia, Iguape, Ilha Comprida e Pariquera-Açu
Litoral Sul	Itanhaém, Peruíbe, Itariri e Pedro de Toledo



26
municípios

23 na porção paulista da bacia hidrográfica do **rio Ribeira** do Iguape; **2** situados no **Litoral Sul** (Peruíbe e Itanhaém); e **1** integrante da bacia do **Alto Paranapanema** (Ribeirão Grande).



Perfil Socioeconômico a partir de Indicadores

03.

Indicadores Demográficos

3.1

População estimada (2020)
545.705 - 1,2% do ESP

TGCA* - (2010 - 20)
ESP: 0,8% ao ano

Grau de urbanização
ESP: 96,5 %

A população estimada da região do PDES-VR para 2020 é de 545.705 habitantes. Não há pressão para o aumento populacional pelo crescimento vegetativo, já que as taxas de crescimento geométrico são baixas. Alguns municípios apresentam taxas de crescimento negativo, indicando o esvaziamento da população.

Chama a atenção, em oposição às taxas estaduais, a alta participação da população rural em diversos municípios, sobretudo na região do Alto Vale, que, em alguns casos, ultrapassa os 50 %.

Alto Vale:

Maior município - Apiaí (24.666 hab.);
Menor município - Itaoca (3.186 hab.);
7 municípios com menos de 10 mil hab;
2 municípios entre 10 e 20 mil hab;
1 município acima de 20 mil hab.

Maior taxa - Itapirapuã Paulista (0,76 % a/a);
Menor taxa - Ribeira (- 0,35 % a/a);
5 municípios com taxas negativas;
Nenhum município com taxa superior à do ESP.

Maior taxa - Apiaí (80,3 %);
Menor taxa - Barra do Chapéu (29,4 %);
5 municípios com taxas abaixo de 50 %;
Nenhum município com taxa superior à do ESP.

Eixo da BR:

Maior município - Registro (54.216 hab.);
Menor município - Tapiraí (7.699 hab.);
1 município com menos de 10 mil hab;
4 municípios entre 10 e 20 mil hab;
1 município entre 20 mil e 30 mil hab;
2 municípios com mais de 30 mil hab.

Maior taxa - São Lourenço da Serra (1,11 % a/a);
Menor taxa - Tapiraí (- 0,40 % a/a);
Metade dos municípios com taxa negativa.

Maior taxa - São Lourenço da Serra (92,9%);
Menor taxa - Jacupiranga (54,5 %);
5 municípios com taxas superiores a 70 %.

Lagamar:

Maior município - Iguape (29.465 hab.);
Menor município - Ilha Comprida (10.296 hab.);
3 municípios entre 10 e 20 mil hab;
1 município com mais de 20 mil hab.

Maior taxa - Ilha Comprida (1,35 % a/a - maior de todo o Vale);
Menor taxa - Cananéia (0,09 % a/a);
Todos os municípios têm taxas positivas.

Maior taxa - Ilha Comprida (100 % maior de todo o Vale);
Menor taxa - Parquera-Açu (70,5 %);
Todos os municípios têm taxas acima de 70 %.

Litoral Sul:

Maior município - Itanhaém (98.757 hab.);
Menor município - Pedro de Toledo (10.977 hab.);
2 municípios com mais de 50 mil hab;
2 municípios entre 10 e 20 mil hab.

Maior taxa - Itanhaém (1,29 % a/a.);
Menor taxa - Pedro de Toledo (0,74 % a/a.);
3 municípios têm taxa superior à do ESP.

Maior taxa - Peruíbe (99,4 %);
Menor taxa - Pedro de Toledo (70,5 %);
Todos os municípios têm taxas acima de 70 %.

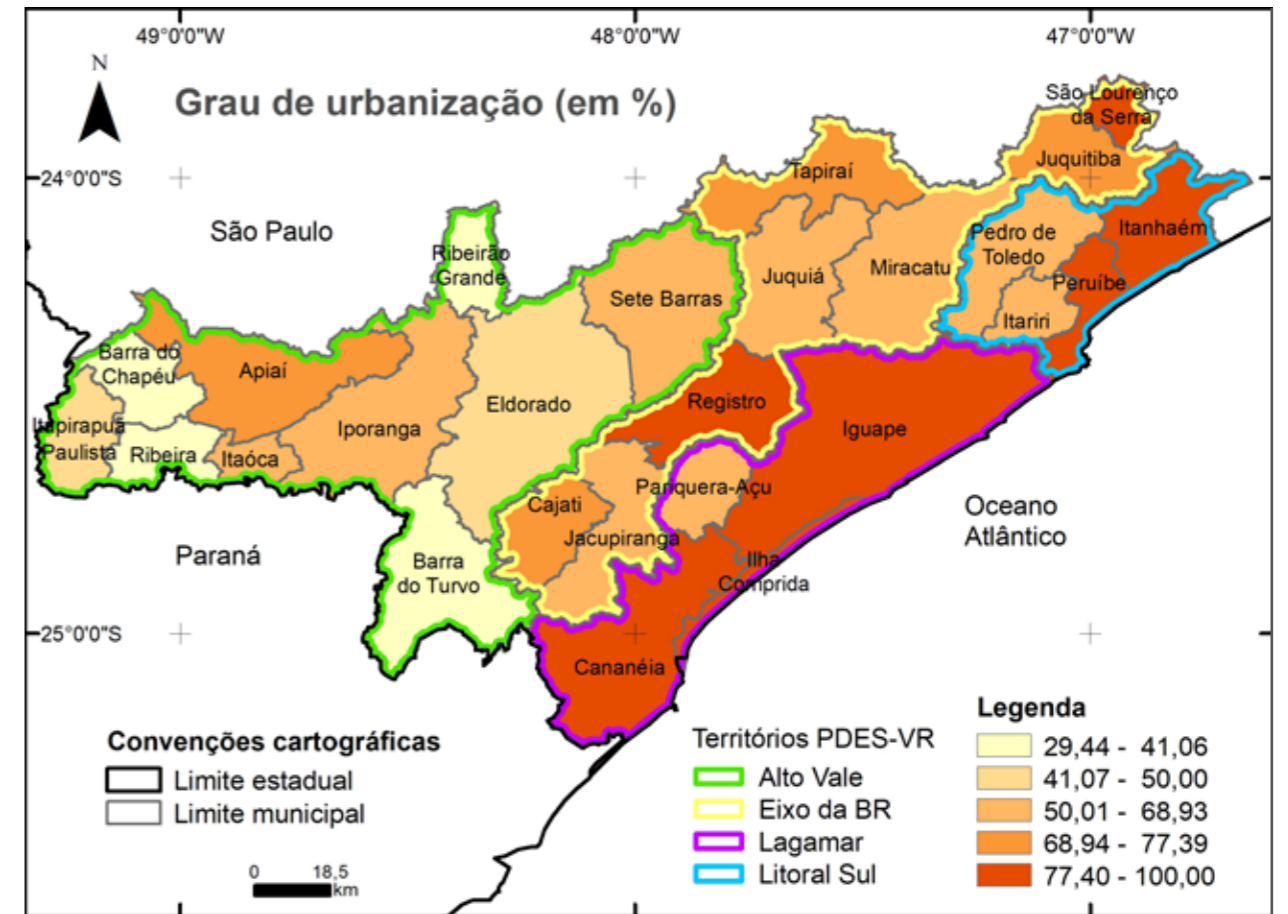
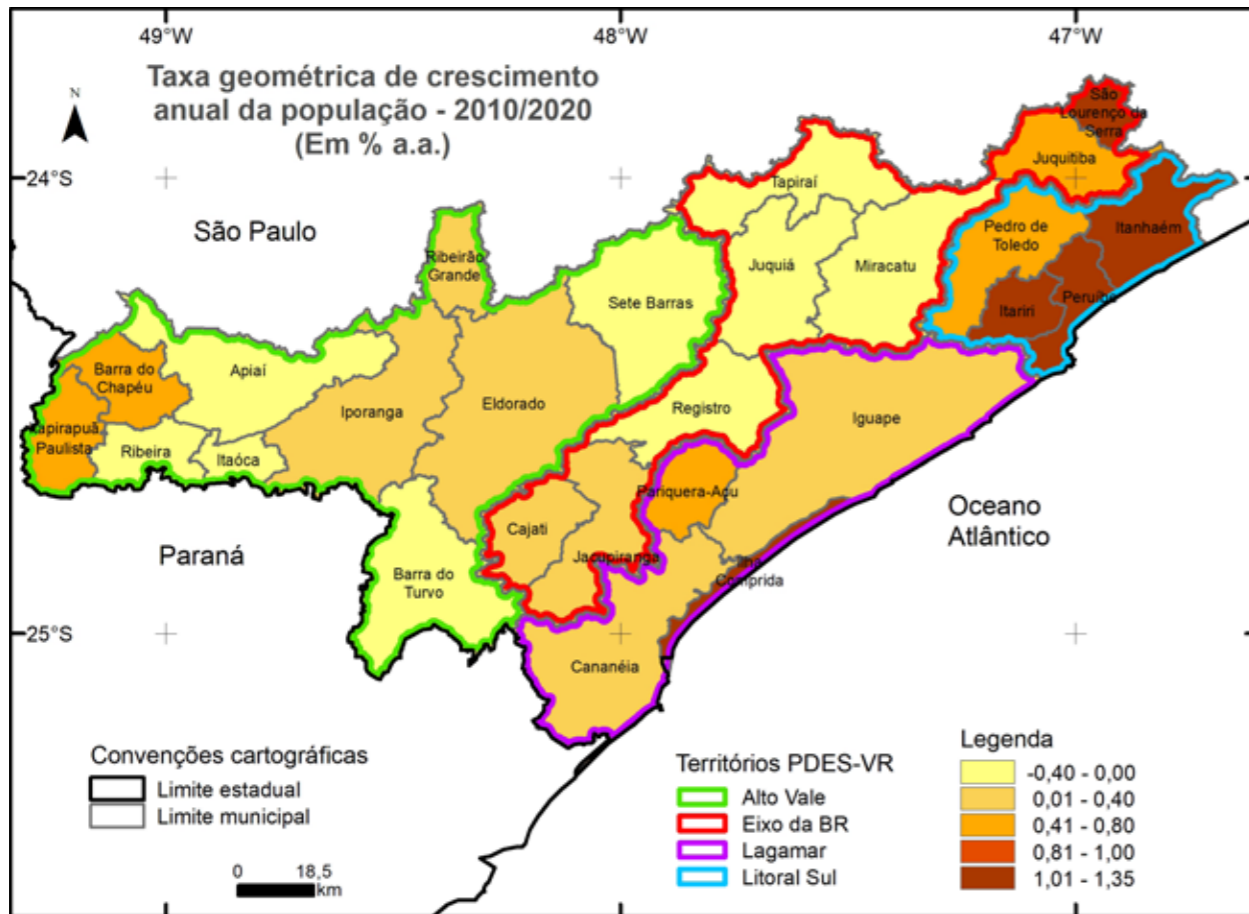
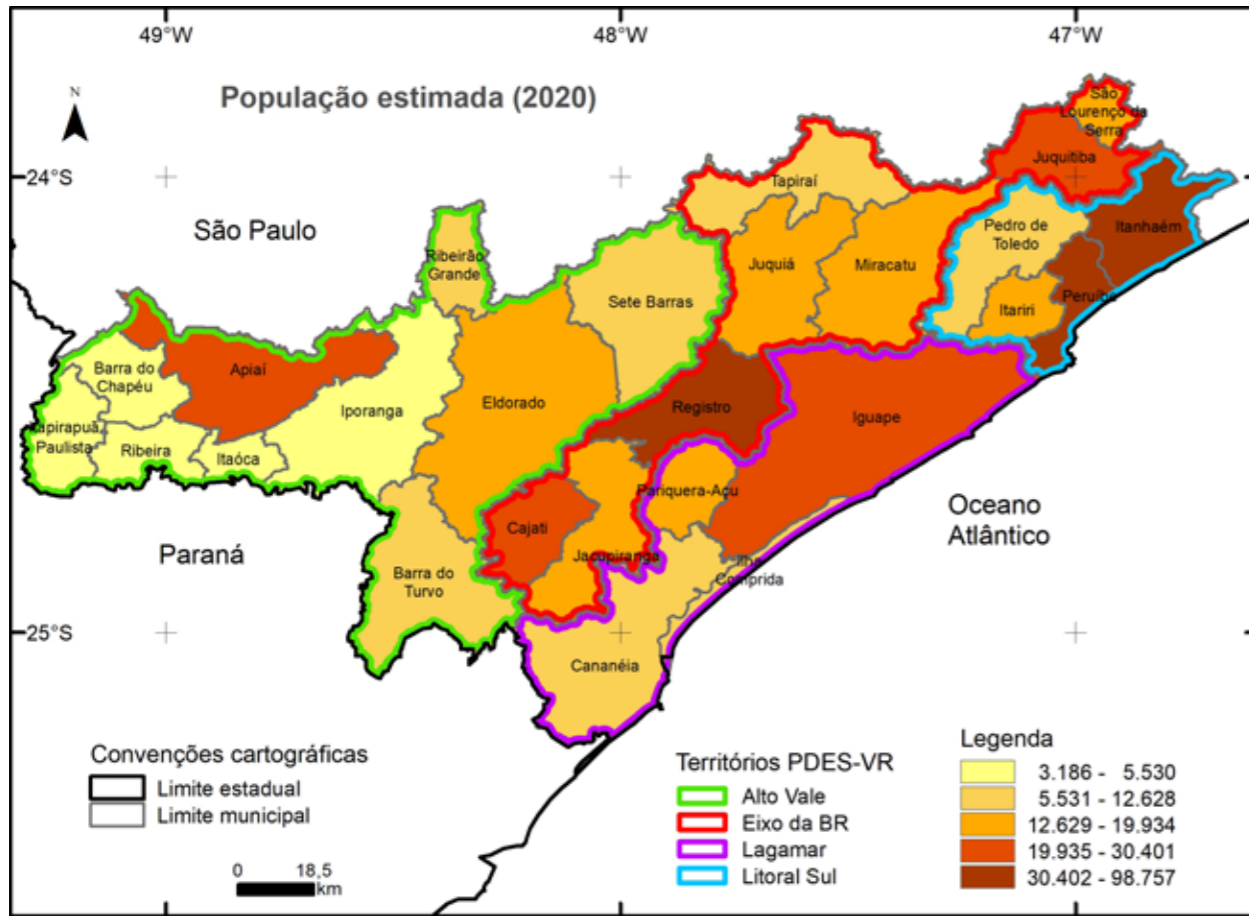
*Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA).



• Nenhum município acima de 100 mil habitantes.

• Em geral, taxas de crescimento baixas.

• Alta participação da população rural (em especial no Alto Vale).



3.2

Indicadores Sociais e de Qualidade de Vida

No geral, os indicadores sociais são inferiores a média estadual, mas se aproximam, embora lentamente, dessas médias. Prova disso é que vários dos municípios estão caracterizados no Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) como municípios “equitativos”, ou seja, renda baixa, mas com indicadores sociais equilibrados. Preocupa a existência de municípios, sobretudo no Alto Vale, tidos como “vulneráveis”, em que, aliados à baixa renda, os indicadores sociais apresentam alguma deficiência.

No quesito escolaridade, em boa parte dos municípios os índices alcançados superam a média estadual. Isso pode servir de base para que a maior parte dos municípios esteja na categoria de “equitativos”, uma vez que nenhum município supera a média estadual no quesito “riqueza”.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) na região mostra que os seus municípios não estão muito abaixo dos indicadores estaduais, e que o grande problema, no quesito qualidade de vida está no “esgotamento sanitário adequado”, já que os demais indicadores apontam, salvo raras exceções, para um atendimento adequado.

Esses dados, aliados à baixa pressão demográfica, indicam que uma política pública social ativa pode, em prazo relativamente curto, aliviar as demandas sociais dos municípios.

3.2

Indicadores Sociais e de
Qualidade de VidaÍndice Paulista de
Responsabilidade Social (IPRS)Taxa de Mortalidade Infantil
(por mil nascidos vivos, 2014)
ESP: 10,7Taxa de Analfabetismo (2010)
ESP: 3,53 %

* População com ensino médio completo (2010) - ESP = 57,9 %

Somente Itaoca e Ribeirão Grande (ambas no Alto Vale) apresentam porcentagem maior que a Estadual.

• **Necessária a ampliação da rede de ensino médio**

IPRS - Grupos

1. **Desiguais** - municípios com níveis de riqueza elevados, mas indicadores sociais insatisfatórios (longevidade e/ou escolaridade baixa).
2. **Dinâmicos** - municípios com baixos níveis de riqueza e bons níveis de indicadores sociais (longevidade e escolaridade médio e alto).
3. **Em transição** - municípios com baixos índices de riqueza e indicadores intermediários de longevidade e/ou escolaridade (níveis baixos).
4. **Equitativos** - municípios com baixos níveis de riqueza, mas bons indicadores sociais (longevidade e/ou escolaridade médio/alto)
5. **Vulneráveis** - municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais (longevidade e escolaridade baixo).

Alto Vale:

Sete Barras é “vulnerável” e **Todos demais** são “equitativos”.

Maior taxa - Barra do Turvo (37,04);
Menor taxa - Ribeirão Grande (11,11);
5 municípios com taxas negativas;
Todos os municípios tem taxa superior à média estadual.

Piores taxas de analfabetismo de toda a região do Vale.

Eixo da BR:

São Lourenço da Serra é “dinâmico”;
Tapiraí é “em transição”;
Juquiá e Mocaratu são “vulneráveis”; e
Demais municípios são “equitativos”.

Maior taxa - Tapiraí (24,79);
Menor taxa - Mocaratu (3,34);
4 municípios com taxa inferior à ESP.

Taxas relativamente baixas, mas ainda superiores às do ESP.

Lagamar:

Ilha Comprida é “dinâmico”;
Pariquera Açu é “equitativo”; e
Iguape e Cananéia são “vulneráveis”.

Maior taxa - Iguape (13,26);
Menor taxa - Cananéia (5,38);
Três dos quatro municípios têm taxas inferiores à do ESP.

Taxas relativamente baixas, mas ainda superiores às do ESP.

Litoral Sul:

Itanhaém é “dinâmico”; e
Os demais municípios são vulneráveis.

Maior taxa - Pedro de Toledo (22,06);
Menor taxa - Itariri (9,9);
3 municípios têm taxa superior à do ESP.

Itariri e Pedro de Toledo com maiores taxas
Itanhaém e Peruíbe com menores taxas
embora ainda superiores à média estadual.

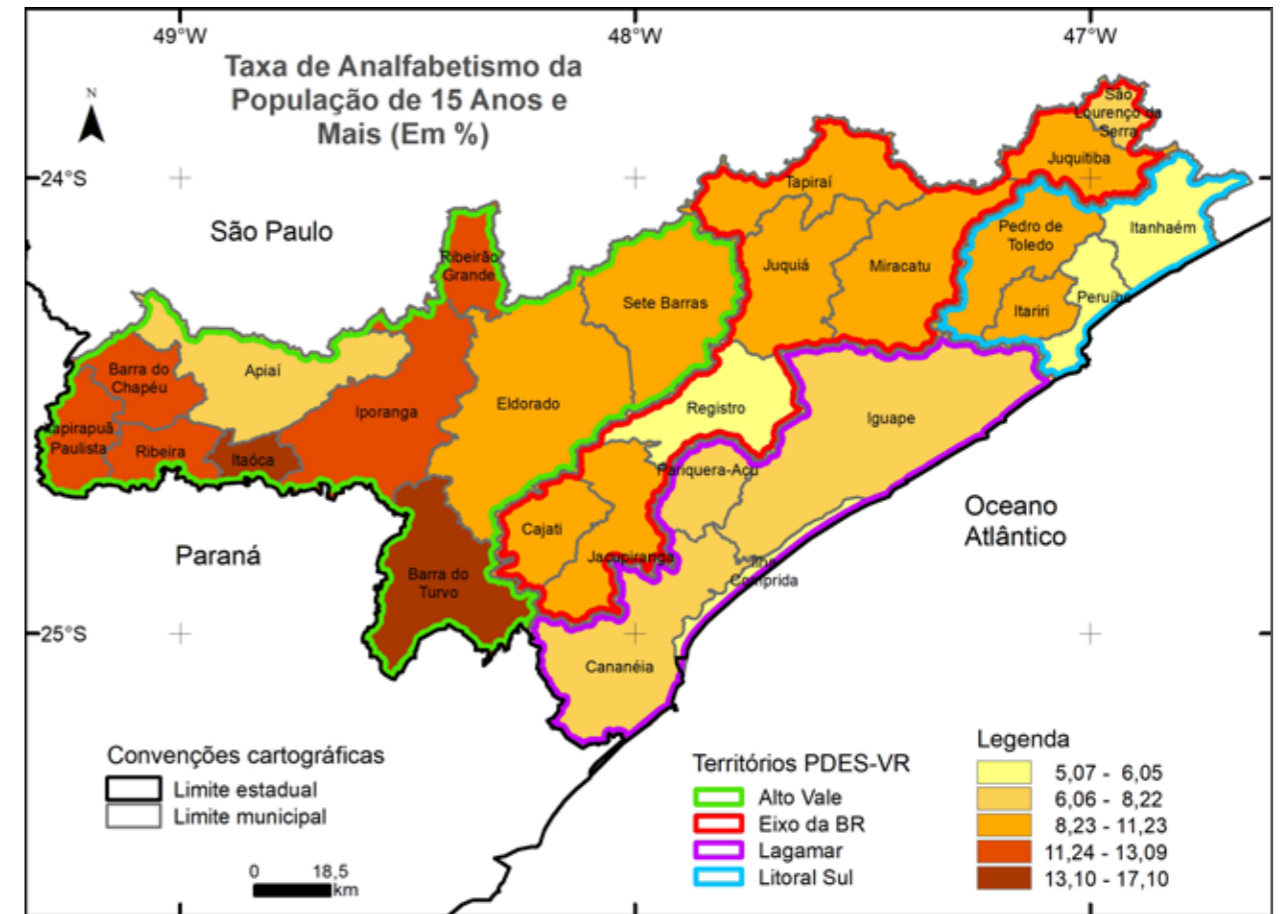
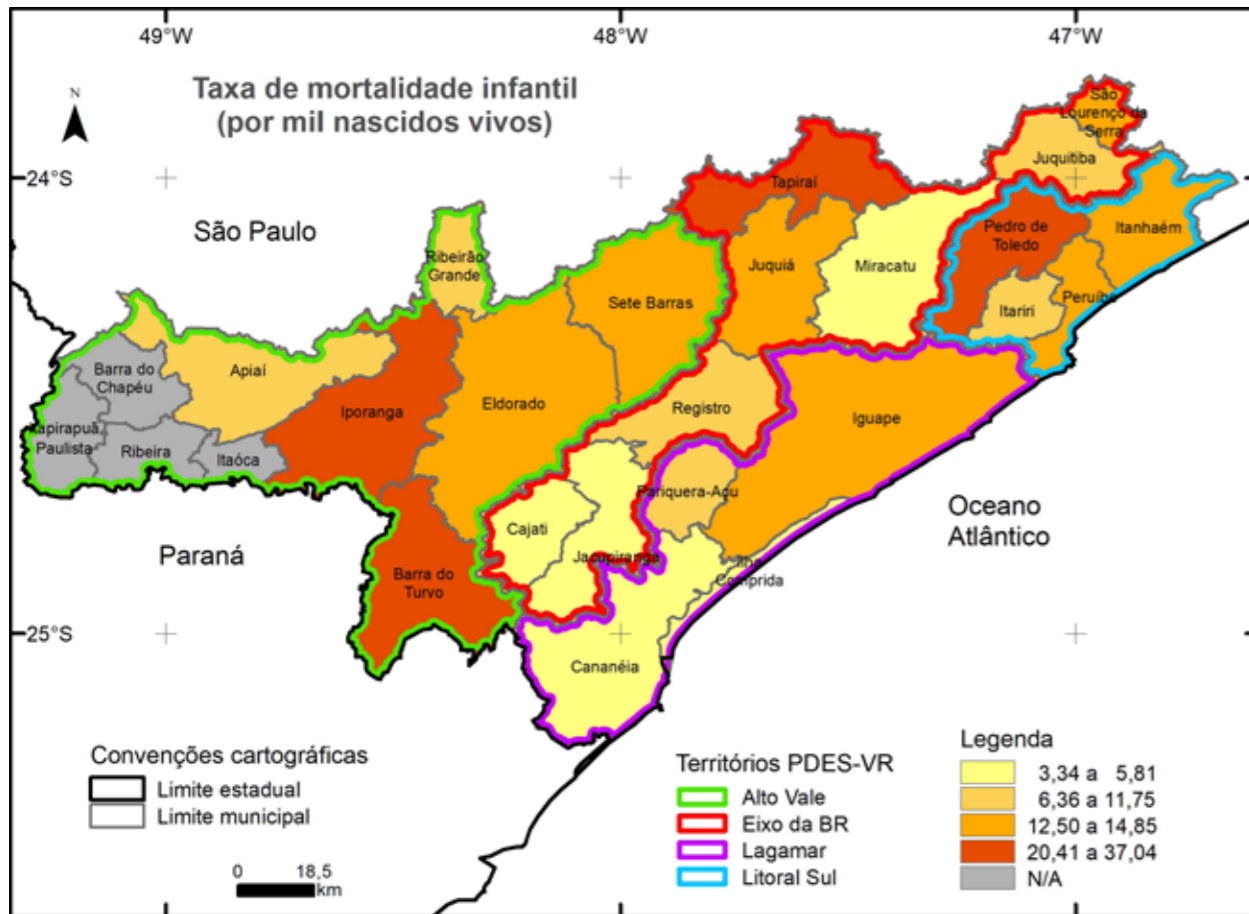
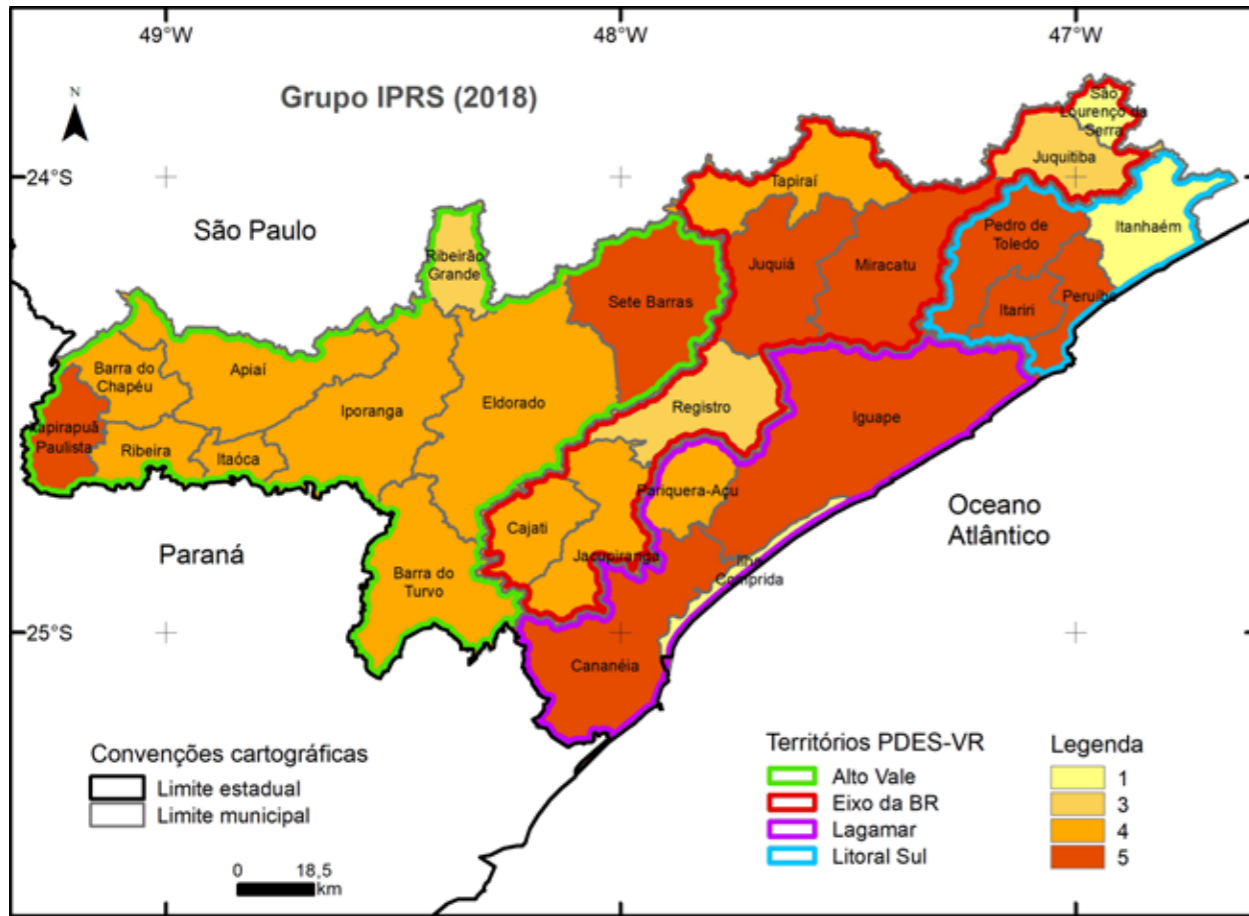
• **Maioria dos municípios está na categoria “equitativos”.**

• **IPRS longevidade e educação apresentam resultados satisfatórios.**

• **Taxas ainda relativamente altas, mas em sensível declínio.**

• **Taxas superiores à média estadual.**

• **Necessária a ampliação da rede de ensino médio.**



3.2

Indicadores Sociais e de Qualidade de Vida

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

ESP: 0,783

Esgotamento Sanitário Adequado

(% do domicílio, 2010)

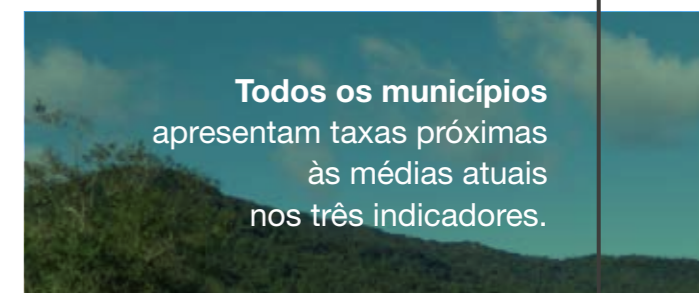
ESP: 89,8 %

Domicílios com água encanada

Domicílios com energia elétrica

Domicílios com coleta de lixo

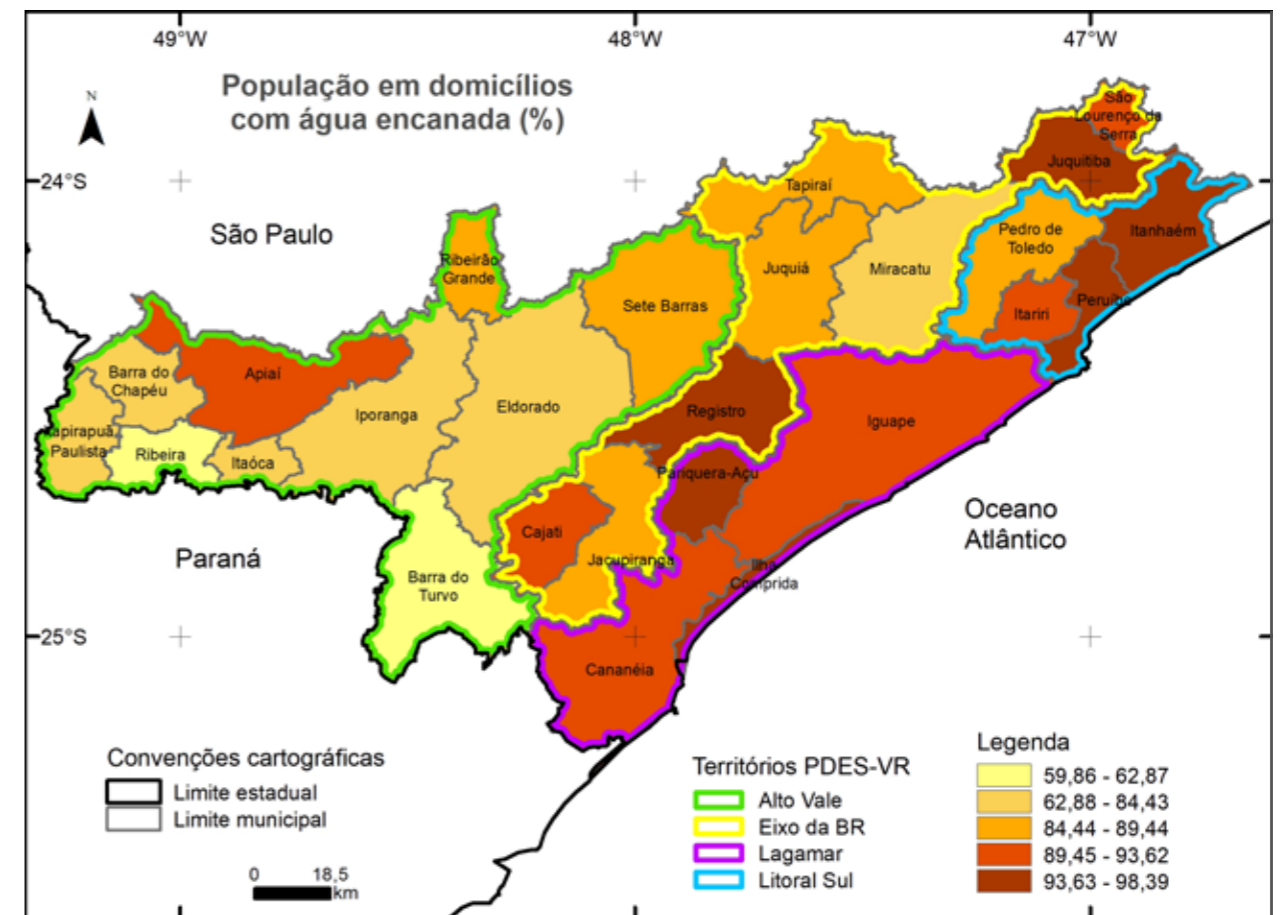
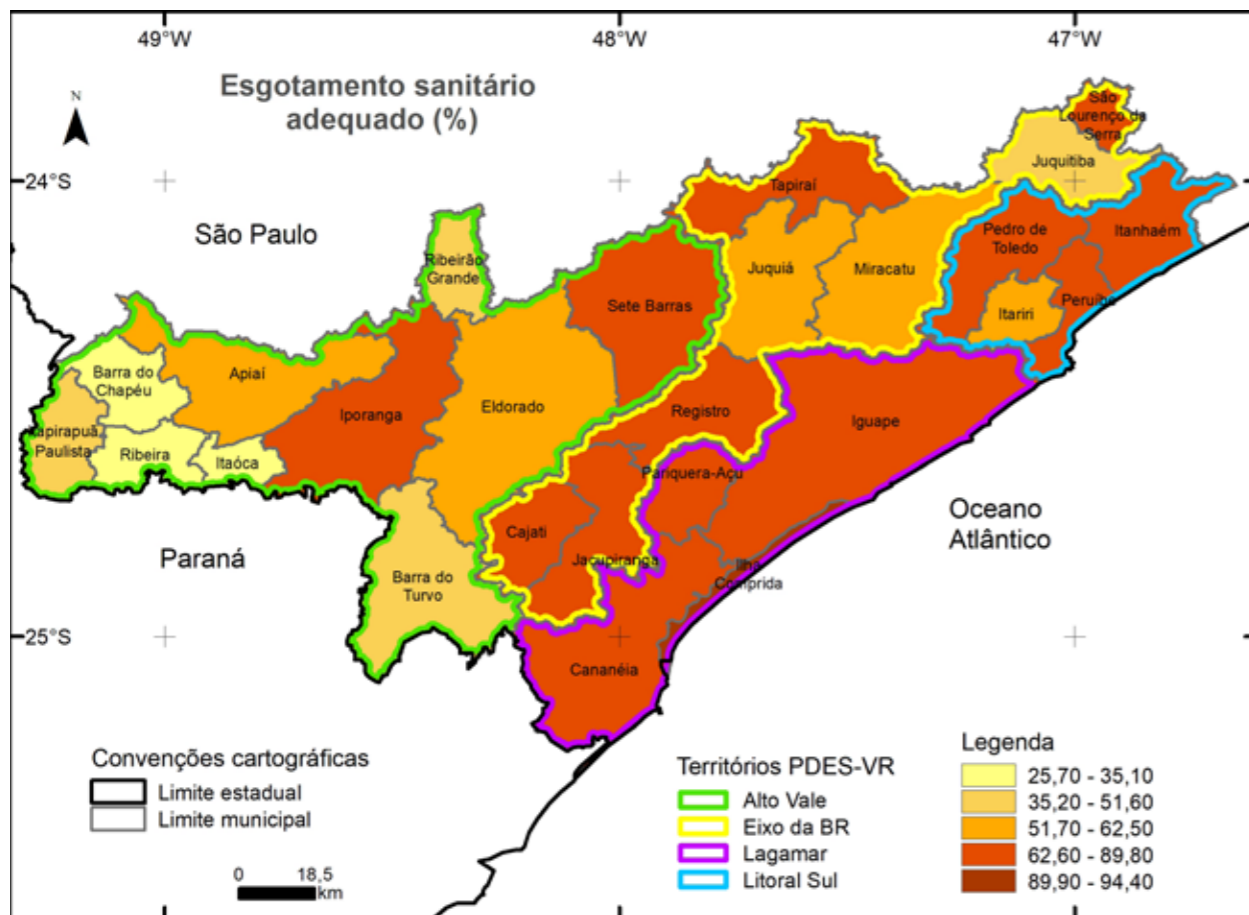
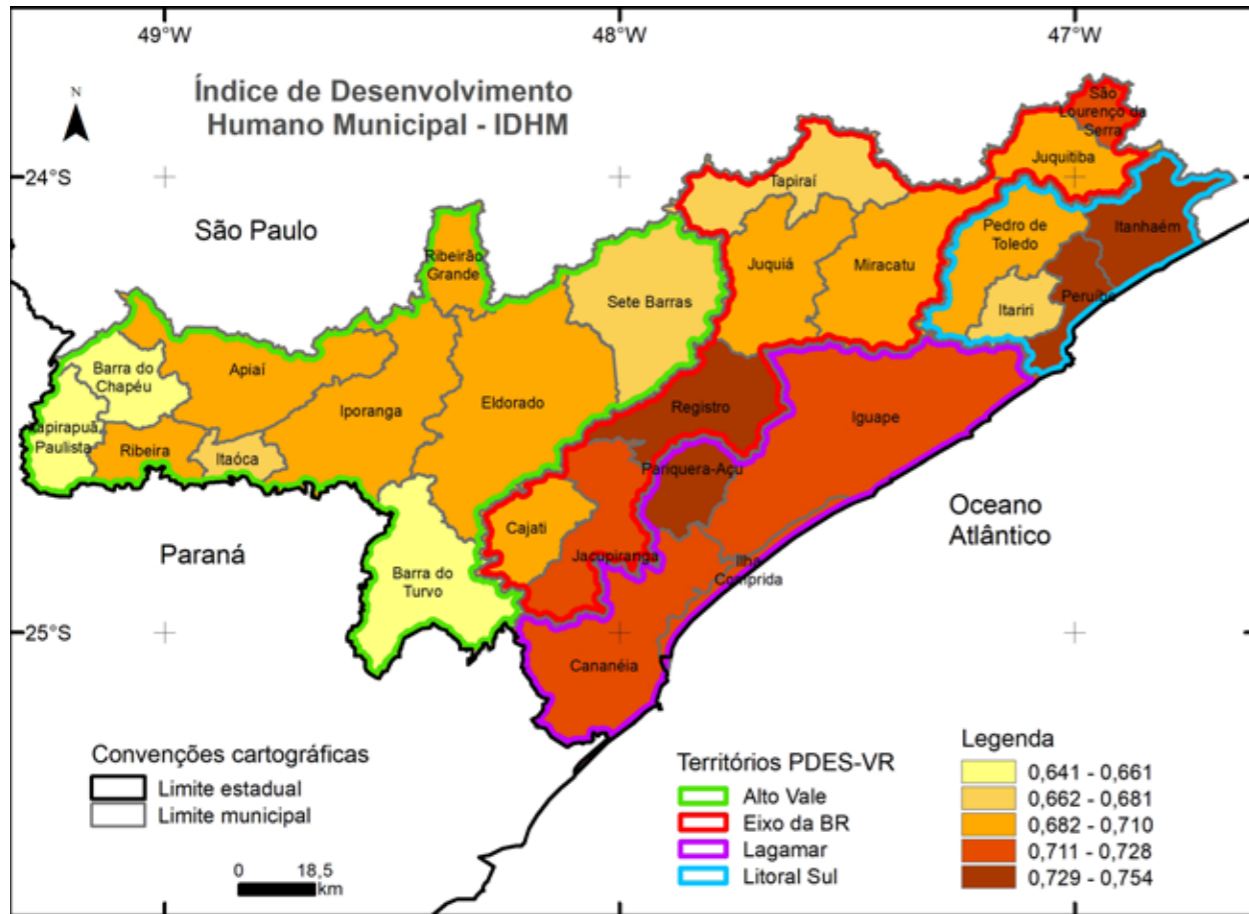
Alto Vale:	É a região que tem os menores índices (Barra do Turvo tem o menor 0,641); e 3 municípios ultrapassam a marca de 0,7.	À exceção de Sete Barras, que tem 75,5 % dos domicílios, os demais não ultrapassam 60 %; o pior caso é Barra do Chapéu, com apenas 25,7 %.
Eixo da BR:	Registro tem o maior valor de todo o Vale do Ribeira (0,754); Três municípios não atingem a marca de 0,7.	Maior taxa - Registro (87,2 %) Menor taxa - Juquitiba (46,8 %); Maior parte dos municípios se encontra com taxa entre 60 % e 75 %.
Lagamar:	Todos os municípios ultrapassam a marca de 0,7; e Pariquera-Açu atinge o maior valor, 0,738.	Maior taxa - Ilha Comprida (94,4 %) Três dos quatro municípios tem taxas ao redor dos 75 %.
Litoral Sul:	Itanhaém e Peruíbe acima de 0,7; e Pedro de Toledo e Itariri abaixo desse valor.	3 municípios tem taxa ao redor dos 80 %. Itariri apresenta apenas 56 % dos domicílios com esgotamento sanitário adequado.

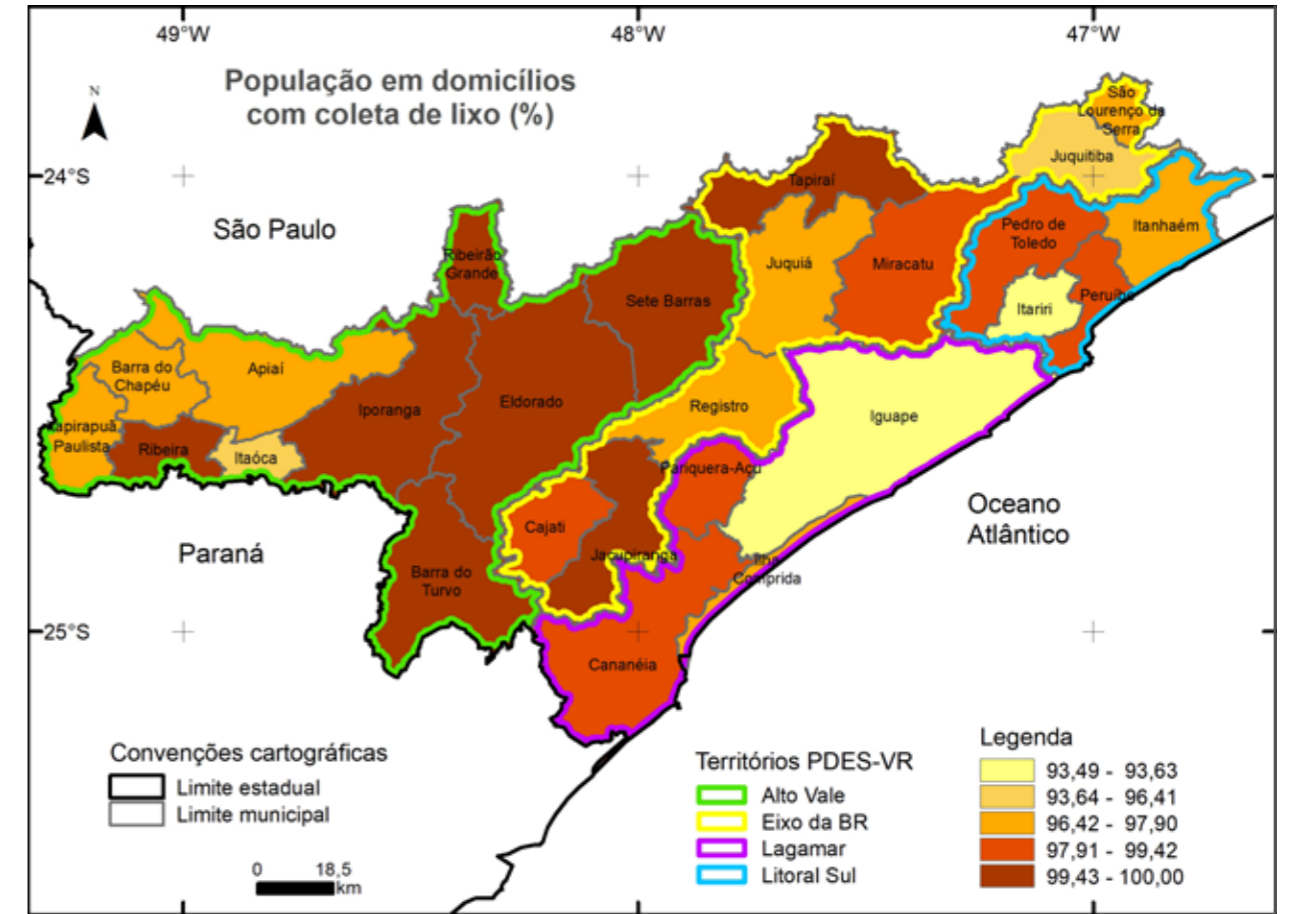
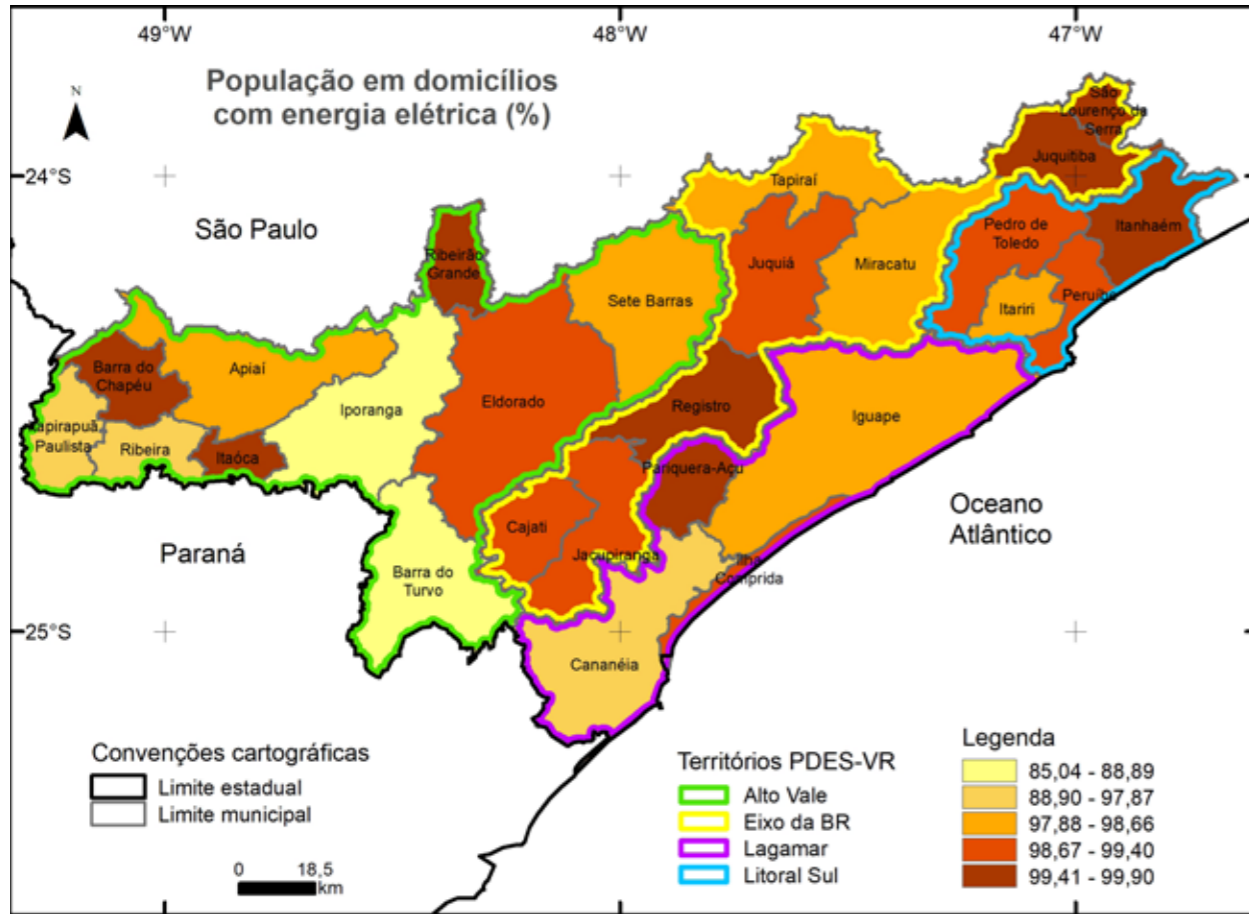


- Índice abaixo da média estadual, mas vários municípios se aproximam dela.

- A porcentagem dos domicílios com esgotamento sanitário adequado é substancialmente menor que a média estadual.

- Taxas próximas às das médias estaduais.





3.3

Indicadores de Renda, Rendimento e Mercado de Trabalho

Domicílios com renda per capita de até 1/2 salário mínimo (em %, 2010)
ESP: 11,78 %

Dimensão Riqueza (2018)
ESP: 44

Empregos Formais (2018)
ESP: 13,2 milhões

Neste quesito reside a principal carência da região: a renda, em geral, é extremamente baixa e, mesmo quando é gerada, não permanece na região. O percentual de domicílios com renda per capita de até 1/2 salário mínimo já é significativo e ganha maior expressão quando se verifica este número para os domicílios com renda per capita até 1/4 de salário mínimo e os indicadores de extremamente pobres.

A medida do trabalho formal na região mostra a carência de empregos, sobretudo os de maior qualificação: diversos municípios possuem alta concentração de empregos formais na atividade agrícola.

O número de empregos formais representa 0,7 % do total de empregos formais do estado, participação bem inferior a de sua população, que é de 1,2 %.

A escassez de atividade econômica que dê sustentabilidade ao emprego e a informalidade de relações de trabalho podem fazer com que ocorra a diferença entre as participações.

Alto Vale:

É a região que tem os **maiores índices** (Itapirapuã Paulista têm 56,33 %); **Nenhum município** tem taxa inferior a 40 %.

Nenhum município atinge o valor de 30 (Apiai com 27, é o que mais se aproxima); **Itapirapuã Paulista e Barra do Chapéu** têm 15, quase um terço do Estado.

Maior número de vínculos é em **Apiai**, 4,4 mil; **Iporanga** apresenta apenas **484** empregos formais; Grande parte dos empregos na agricultura.

Eixo da BR:

5 municípios têm taxas inferiores a 40 % (São Lourenço da Serra, o melhor, tem 29,8 %); **Três municípios** ultrapassam os 40 % (Juquiá, Juquitiba e Miracatu).

Maior parte dos municípios se encontra em níveis intermediários, entre 25 e 40; **Menor valor é de Juquiá**, 25.

Maior parte dos vínculos de todo o Vale do Ribeira (46,7 % de toda a região); **Maior número é em Registro** (13,6 mil).

Lagamar:

Todos os municípios apresentam porcentagem que varia de 30 % a 40 %.

A variação do indicador é de 29 (Iguape) a **43** (Ilha Comprida).

Parquera-Açu tem o maior número de vínculos formais, 4,4 mil. **Demais municípios** não atingem 3 mil.

Litoral Sul:

Itanhaém e Peruíbe abaixo de 30 %; **Pedro de Toledo e Itariri** acima desse valor (37,2 % e 49,7 %, respectivamente).

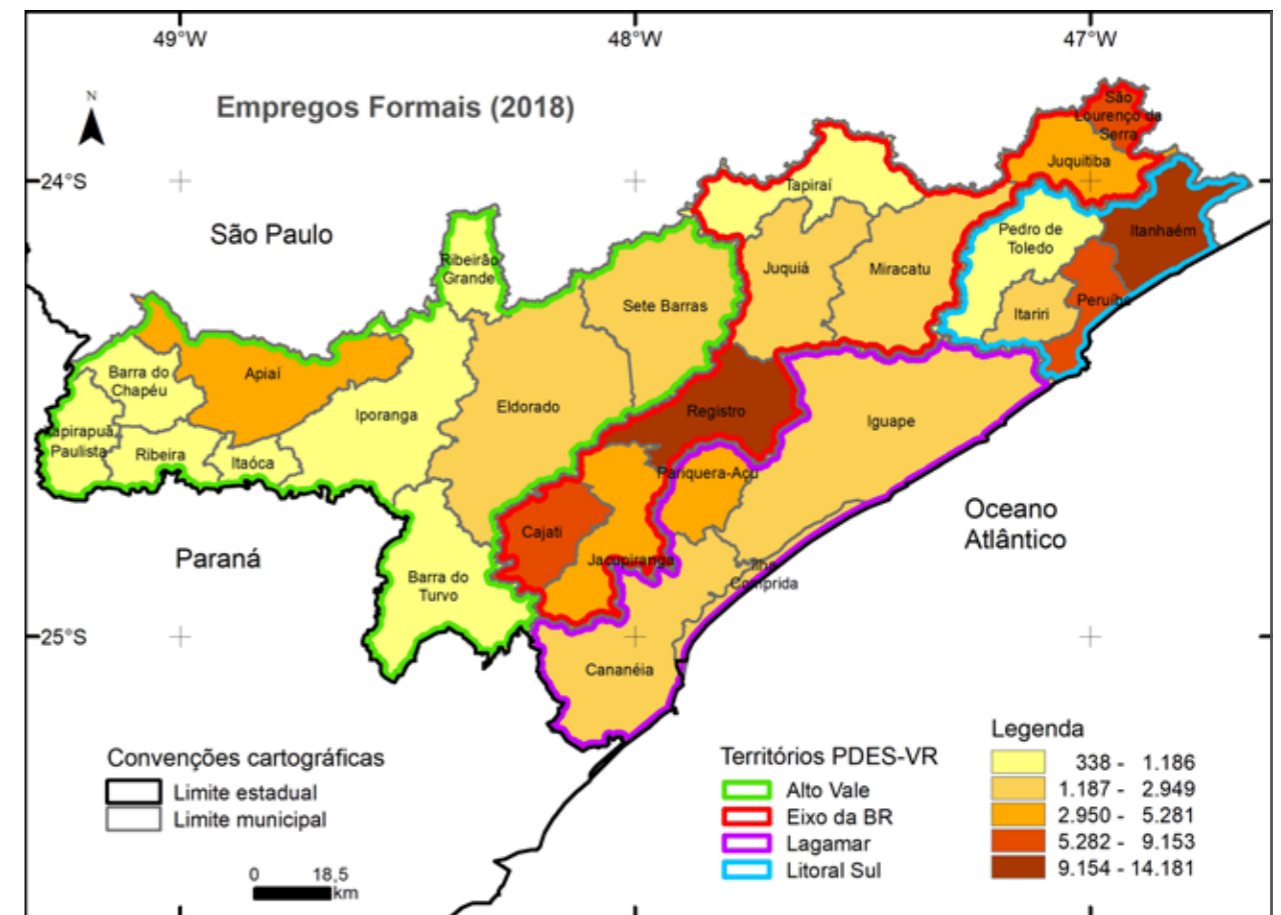
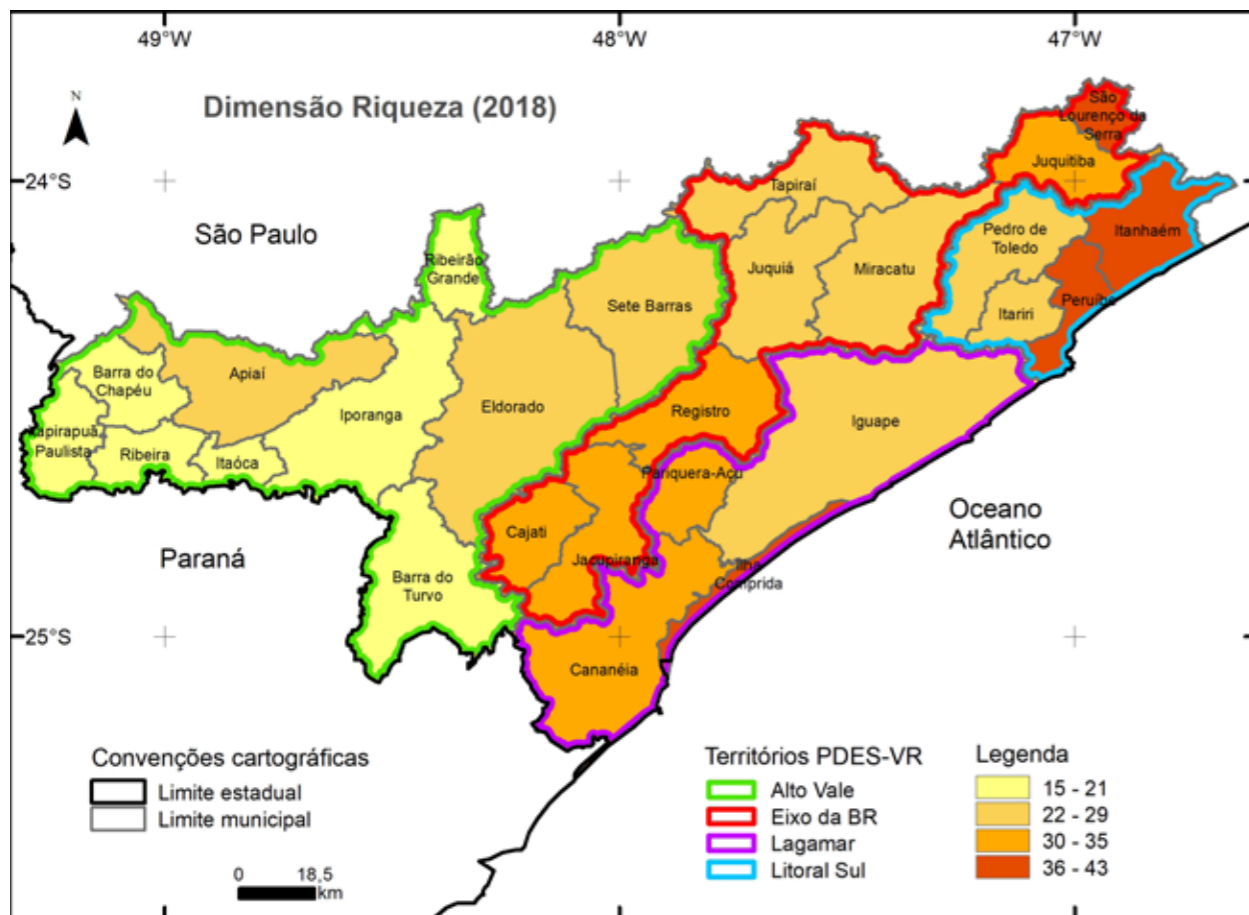
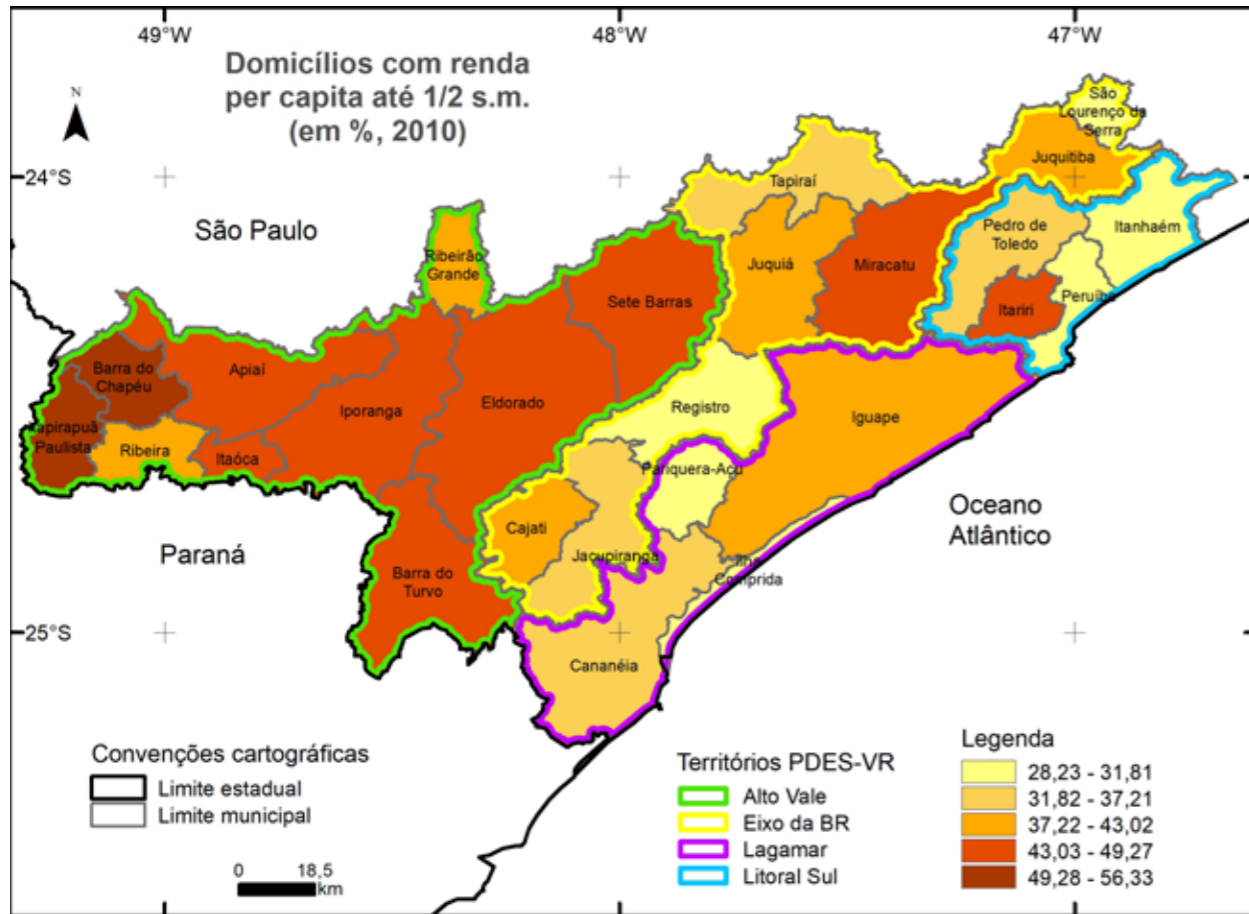
Peruíbe e Itanhaém têm valores de 40 e 39 respectivamente; **Itariri e Pedro de Toledo** apresentam valores de 26 e 28.

Peruíbe e Itanhaém têm valores de 14,2 mil e 9,2 mil respectivamente; **Itariri e Pedro de Toledo** apresentam valores de 1,5 mil e 912, respectivamente.

- **Índices muito acima da média estadual;**
- **Grande parte da população é extremamente pobre.**

- **Este é o indicador que mais diferencia a região do Estado de São Paulo.**

- **A região tem 0,7 % dos empregos do Estado, contra 1,2 % da população.**



Indicadores Econômicos

3.4

O processo de ocupação do Vale do Ribeira esteve condicionado a atividades econômicas primárias, especialmente à mineração e agropecuária, que não deixaram uma rede urbana consolidada, nem outras atividades complementares.

A região esteve ainda à margem do desenvolvimento do estado, pois, na época da expansão da economia cafeeira, a região não tinha condições fitoclimáticas adequadas, nem uma rede urbana suficiente para sustentar o cultivo e transporte de café. Isso afetou a expansão posterior, da transferência do capital acumulado à industrialização, novo motor da economia paulista.

Os dados do PIB indicam a escassa atividade econômica na região, com vários municípios com grande participação da atividade primária, sem adicionar valor em outros setores. A expressiva participação da administração pública no valor adicionado em vários municípios, em especial na sub-região do Alto Vale, mostra a escassez da atividade econômica regional.

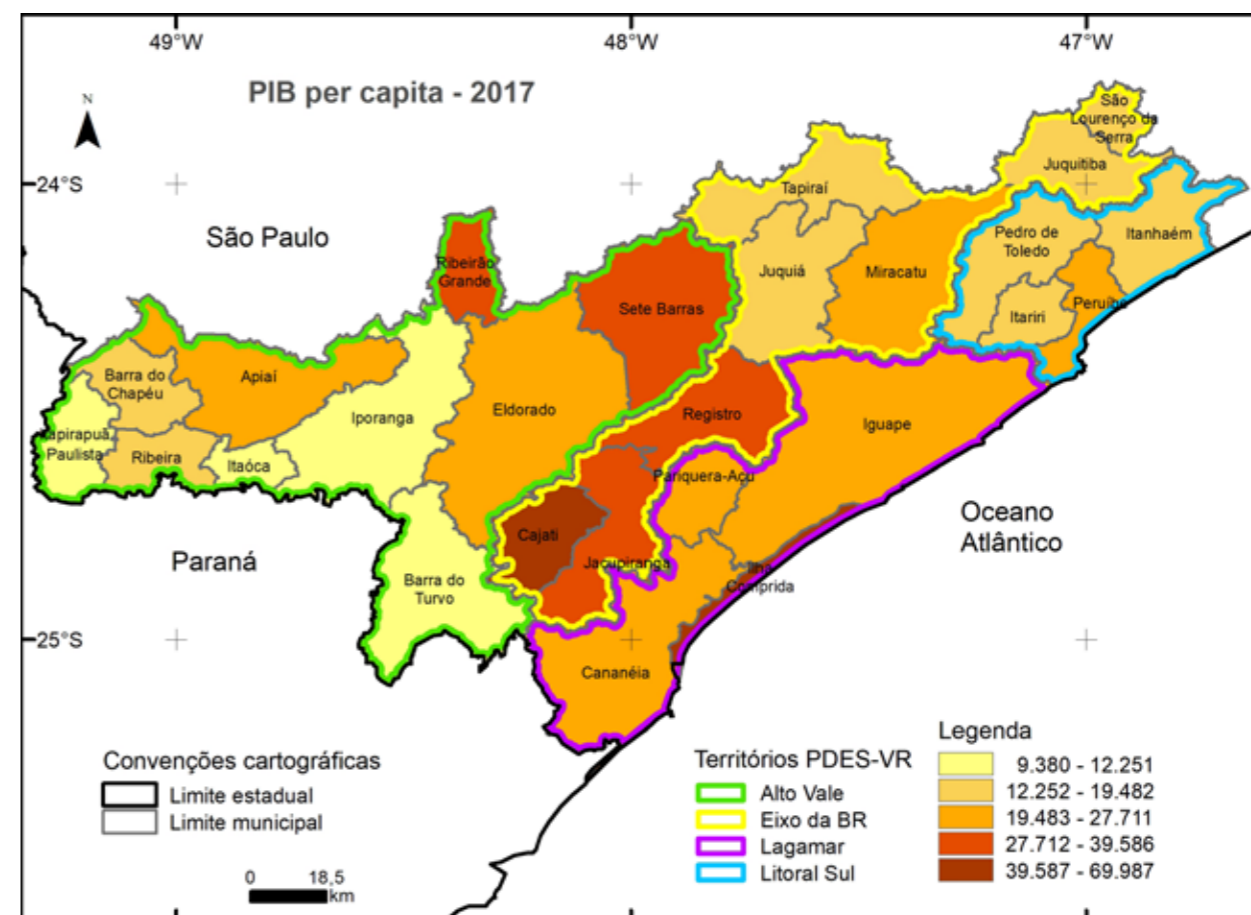
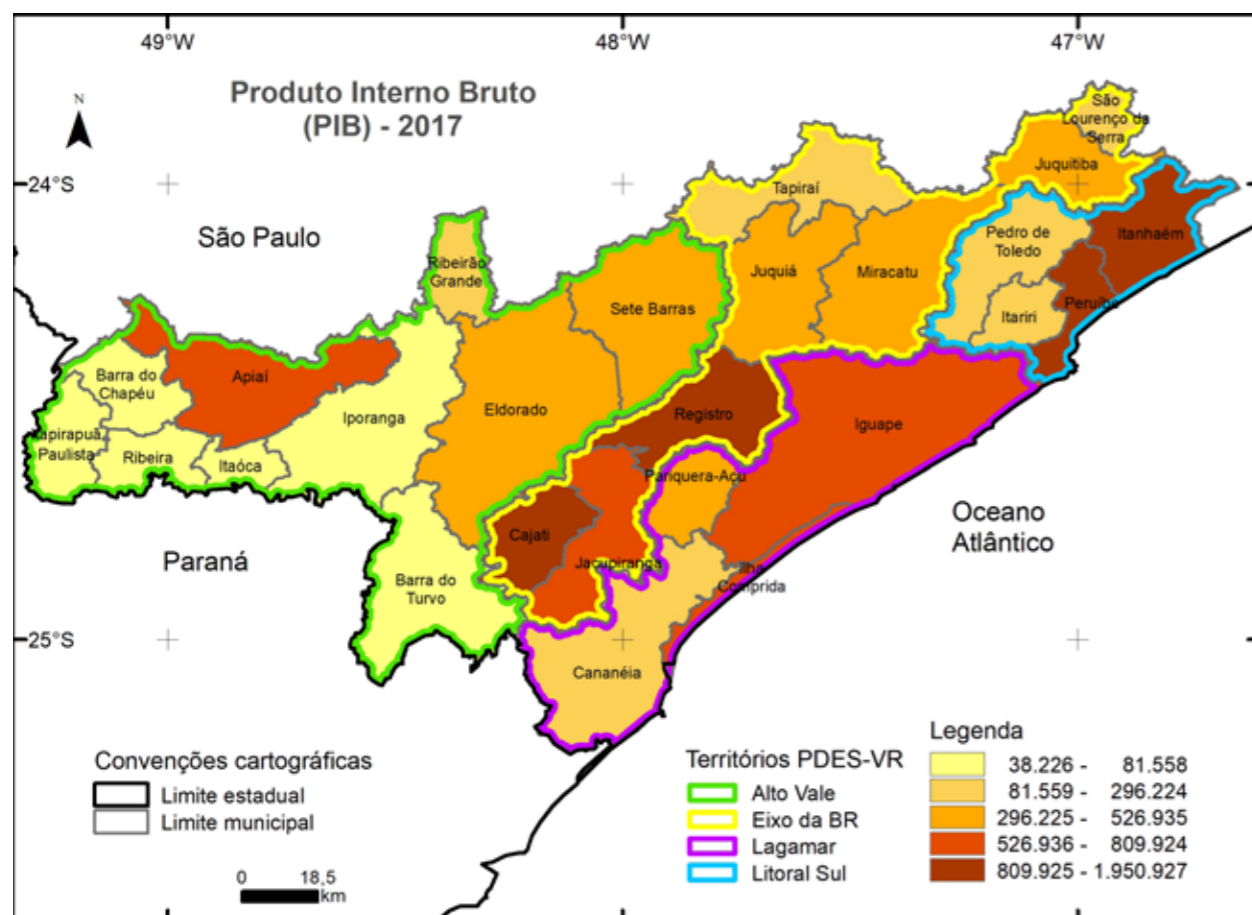
	Produto Interno Bruto (PIB) - 2017 ESP: R\$ 2,12 tri	PIB per capita - 2017 ESP: R\$ 48,5 mil	Participação dos setores na formação do PIB - 2017
Alto Vale:	Concentra apenas 13 % do PIB do Vale do Ribeira; 4 municípios concentram 83 % do PIB da sub-região (Apiáí, Ribeirão Grande, Eldorado e Sete Barras).	Nenhum município atinge a média estadual. Ribeirão Grande tem o maior valor, R\$ 39,6 mil; Itapirapuã Paulista tem o menor valor de todo o Vale (R\$ 9,6 mil).	Apiáí e Ribeirão Grande têm maior parcela de atividade industrial (indústria cimenteira); Demais municípios tem atividade agropecuária e administração pública.
Eixo da BR:	Maior PIB regional (43 % do Vale); Preponderam os municípios de Registro (serviços) e Cajati (indústria química).	Maior valor está em Cajati , que supera a média do ESP. Menor valor é de São Lourenço da Serra (R\$ 12,7 mil).	Registro (serviços), Jacupiranga e Cajati (indústria) são os principais municípios; Demais municípios têm atividade agropecuária e administração pública.
Lagamar:	17 % do PIB regional. Maior município é Iguape, com 31 % do total sub-regional.	Maior valor, inclusive de toda a região do Vale, é Ilha Comprida, com R\$ 70 mil; Demais municípios entre R\$ 20 e 30 mil.	Setor e serviços (sobretudo no turismo) é o maior em Cananéia, Iguape e Ilha Comprida; Serviços médico-hospitalares em Pariquera-Açu.
Litoral Sul:	Sub-região contribui com 26 % do PIB regional; Itanhaém e Peruíbe concentram 88 % da sub-região).	Peruíbe e Itanhaém têm valores de R\$ 40 mil e R\$ 39 mil respectivamente; Itariri e Pedro de Toledo apresentam valores de R\$ 26mil e R\$ 28 mil.	Serviços ligados ao turismo em Itanhaém e Peruíbe; Agricultura e Administração pública em Pedro de Toledo e Itariri.

• **Região contribui com apenas 0,6 % do PIB estadual.**

• **Somente dois municípios ultrapassam a média estadual.**

• **Agricultura e administração pública importantes em boa parte da região.**

• **Indústria e serviços localizados.**

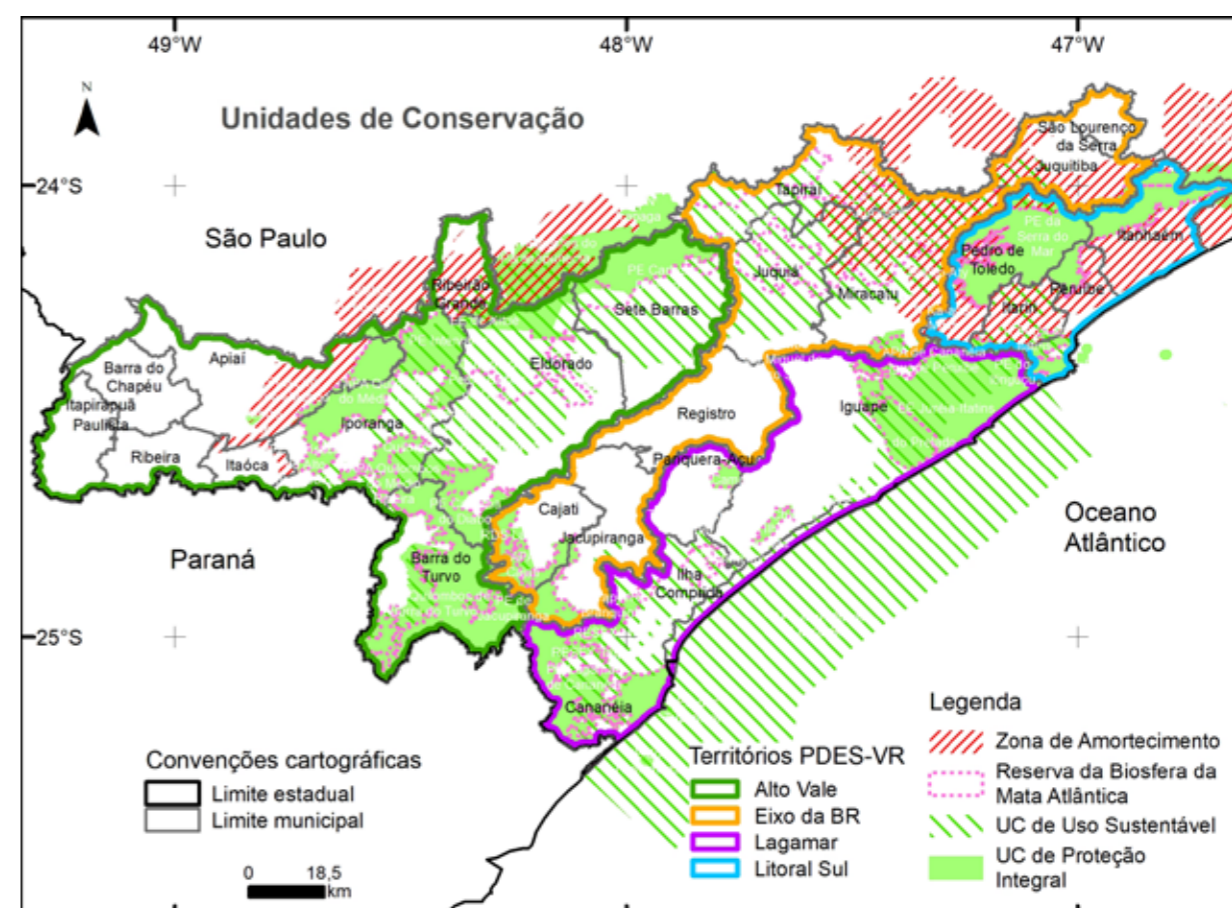


04.

Cenário Ambiental

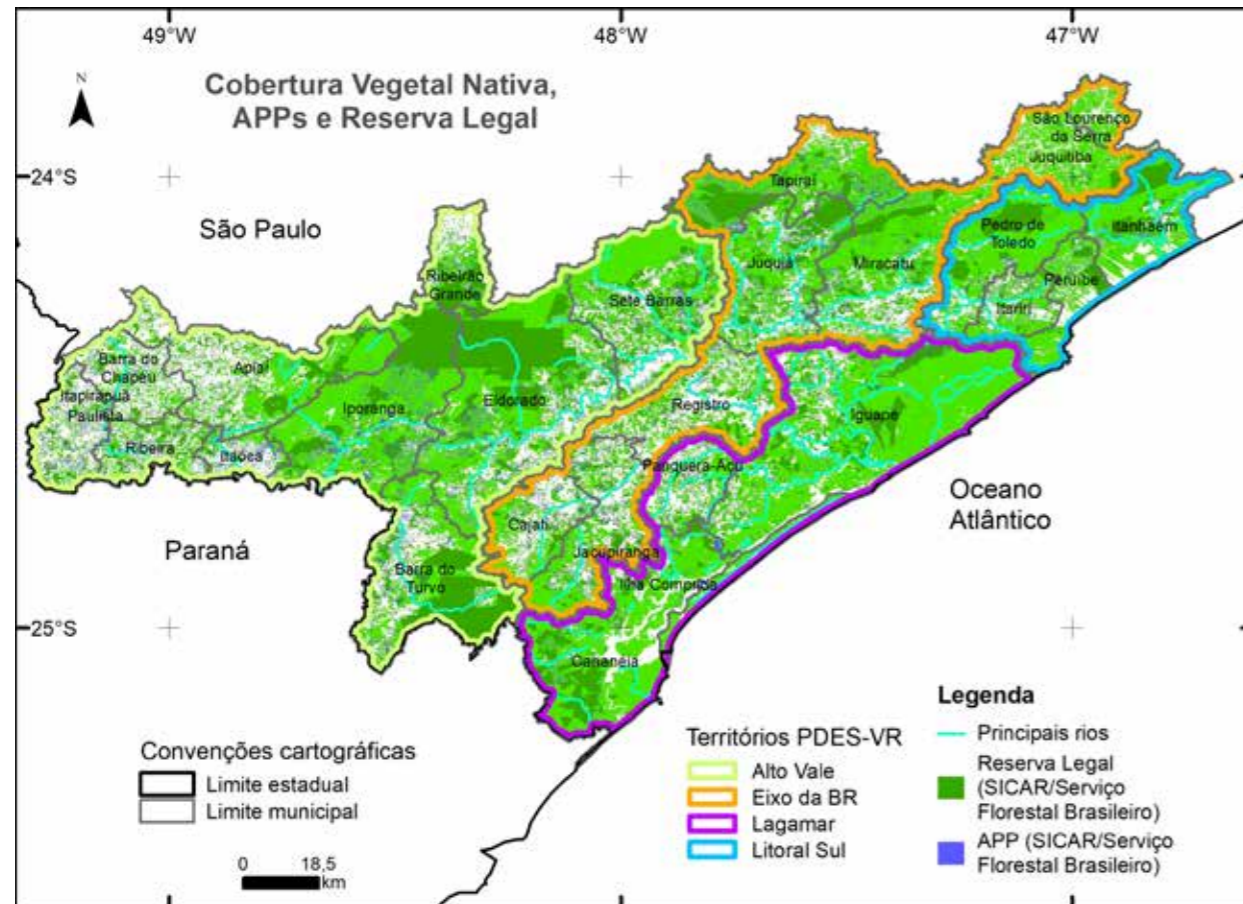
A região do PDES-VR apresenta um enorme patrimônio natural a ser conservado. Ocorrem nesse território várias Unidades de Conservação (UCs), sendo **20** classificadas como de Proteção Integral e **28** como de Uso Sustentável. Tais UCs integram quatro Mosaicos de Unidades de Conservação (**Paranapiacaba, Jacupiranga, Jureia e Lagamar**). A contiguidade com as UCs pertencentes ao Estado do Paraná indica que a relevância dos atributos ambientais dessa região transcende o Estado de São Paulo.

Além das UCs, há outros espaços legalmente protegidos igualmente estabelecidos pelo Poder Público, de domínio público ou privado, sujeitos a regimes especiais de proteção. Foram identificadas **15 Terras indígenas, 49 comunidades quilombolas, 360 sítios arqueológicos e diversos bens tombados** (religiosos, urbanos, arqueológicos, área natural/sítios paisagísticos), com destaque à Área Natural Tombada (ANT) da Serra do Mar e de Paranapiacaba e à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, gravada como Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO.

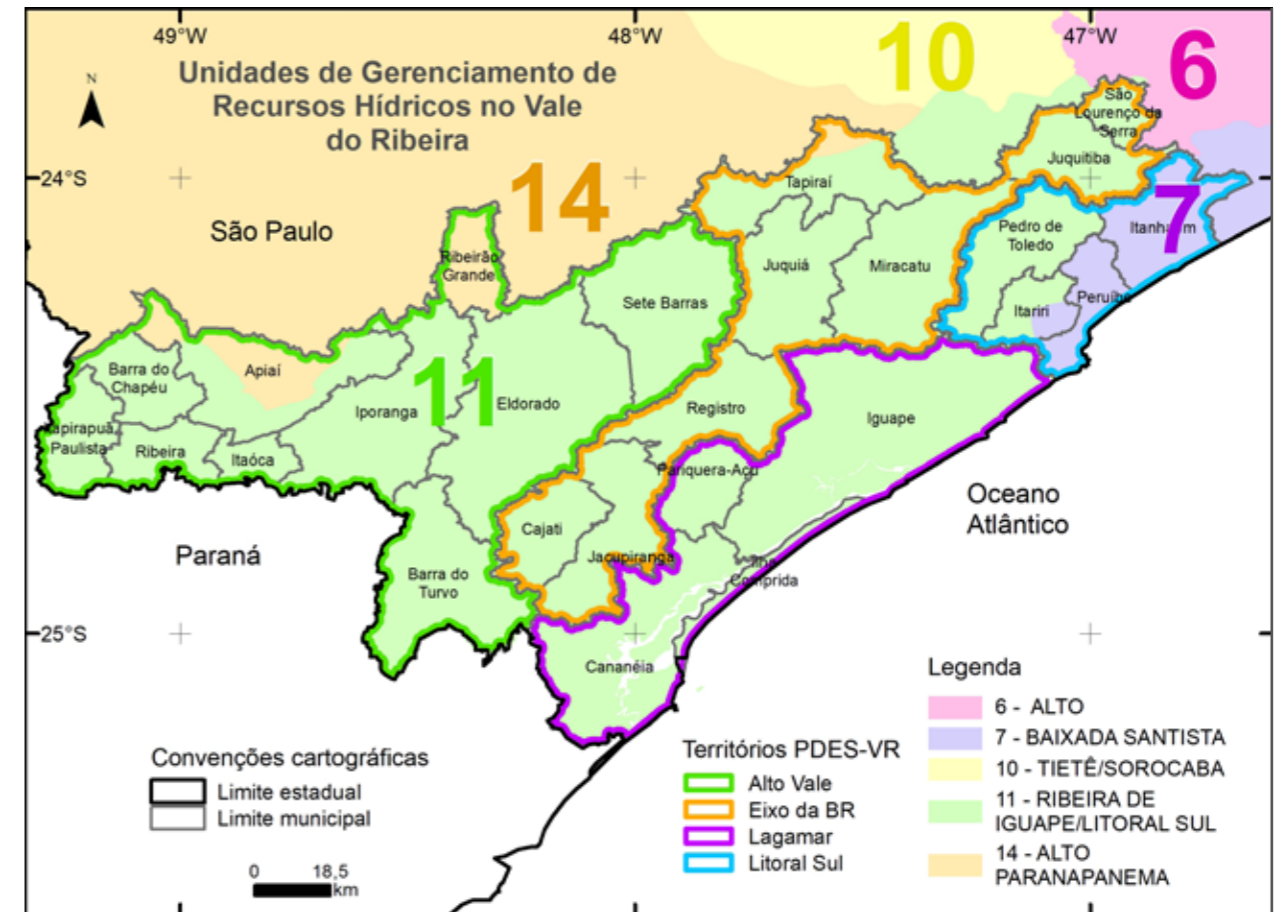


A existência dessas áreas legalmente protegidas nos territórios do PDES-VR contribuiu para que grande parte da vegetação nativa esteja preservada e a região concentra, hoje, o maior remanescente do Estado. Assim, é notável a densidade de **áreas de preservação permanente (APPs)**, reguladas pelo Código Florestal e de áreas protegidas pela Lei da Mata Atlântica.

No que tange aos recursos hídricos, a região abriga importantes **Áreas de Proteção e Recuperação aos Mananciais (APRMs)** e, no geral, apresenta disponibilidade hídrica satisfatória, o que é favorável à instalação de atividades econômicas com baixo potencial poluidor. No entanto, a distribuição de água não é uniforme e há transposição das águas dessa bacia para abastecer outras regiões (Ex. Sistema Produtor São Lourenço), fato relevante para o desenvolvimento sustentável da região.



Vegetação nativa densa e preservada: a região concentra o maior remanescente de Mata Atlântica do Estado de São Paulo. Parte está protegida pela Lei da Mata Atlântica e pelo Código Florestal, na forma de áreas de preservação permanente (APPs) e Reserva Legal, mas parte significativa não está coberta por instrumentos legais protetivos.



A região é grande fornecedora de serviços ecossistêmicos, sendo fundamental a valorização das características identitárias do território com base nos atributos ambientais desse sistema hídrico-territorial.

Apesar do território ser coberto por diversos espaços legalmente protegidos, predominam aqueles que permitem usos diversos, os quais estão condicionados ao zoneamento da UC e às normas contidas no seu plano de manejo, bem como às regras do licenciamento ambiental e legislações específicas, como as de mananciais. Nas áreas mais restritivas, as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e visitação (turismo) também podem ocorrer e seu potencial deve ser explorado, pois pode ser importante fonte de divisas para os municípios. Há, portanto, um grande potencial associado ao patrimônio natural para a geração de emprego e renda para a população e para o desenvolvimento tanto local quanto regional, sem prejuízo à conservação ambiental.

As diretrizes presentes em outros instru-

mentos de ordenamento territorial como o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEEs) e Planos Diretores Municipais reforçam que existem áreas destinadas a atividades diversas, como o turismo, mineração, atividade agropecuária e agrossilvipastoril, agroindústria, atividade pesqueira, industriais e logísticas, entre outras.

A discussão da concessão de benefícios fiscais e estímulos aos municípios para participarem de um processo de desenvolvimento sustentável em larga escala é uma importante lacuna que deve ser priorizada nas ações do PDES-VR. Já existem instrumentos e ferramentas (ICMS Ecológico, Pagamento por Serviços Ambientais) mas é fundamental que as iniciativas, tanto aquelas existentes quanto as planejadas, sejam conectadas às características identitárias do Vale.

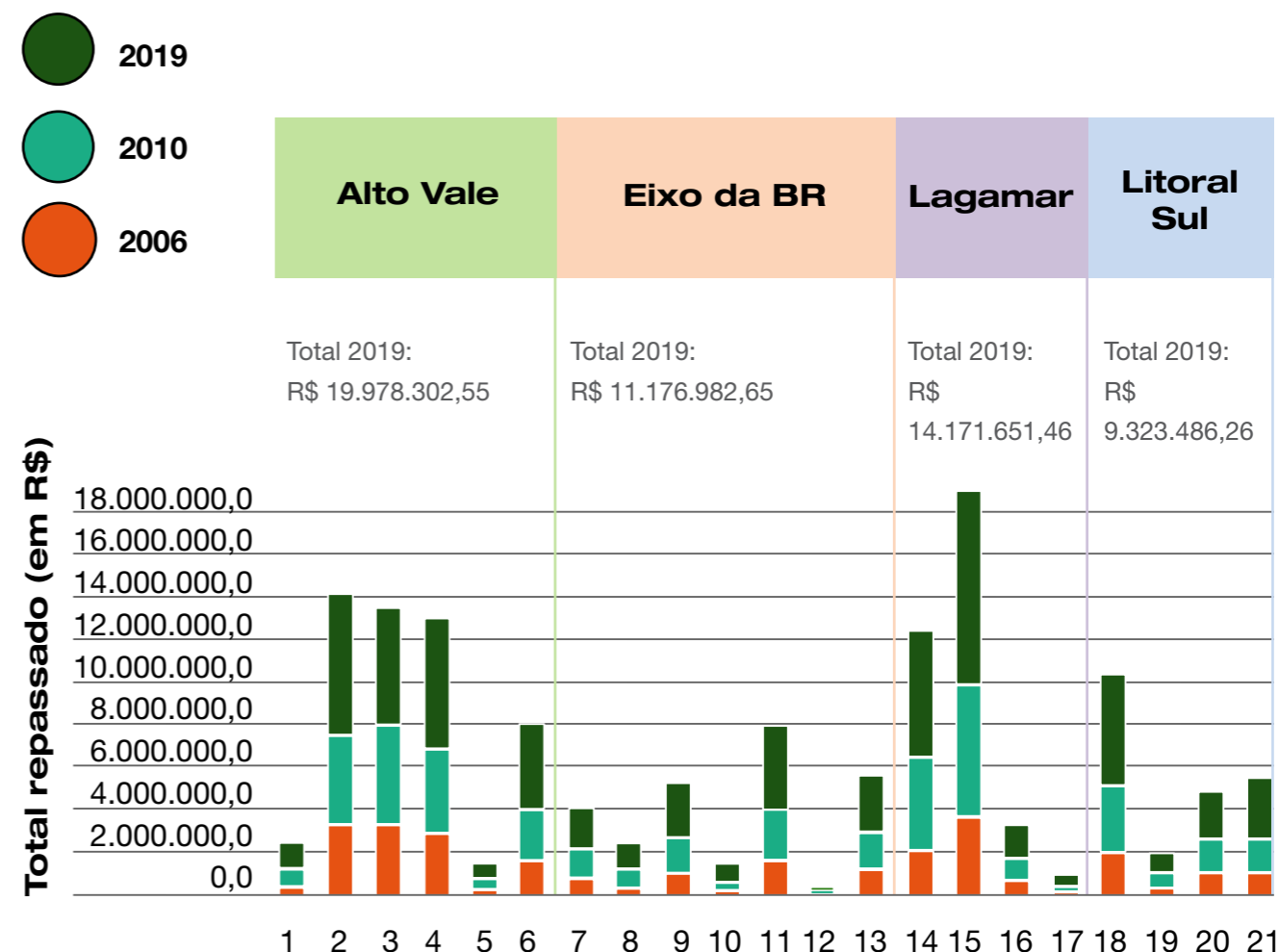
ICMS Ecológico

As formas de **estimular e incentivar** os municípios, empresários e pequenos produtores a participarem de um processo de proteção ambiental e **desenvolvimento sustentável** em larga escala e as estratégias para **atrair e consolidar** investimentos, atividades e empreendimentos compatíveis com o patrimônio **natural** e **cultural** da região são desafios importantes a serem abordados no PDES-VR.



	1. Apiaí	2. Barra do Turvo	3. Eldorado	4. Iporanga	5. Ribeirão Grande	6. Sete Barras
● 2019	1.029.255	5.436.623	4.536.928	5.070.416	612.145,62	3.292.933
● 2010	623.259,5	3.401.888	3.851.088	3.189.766	403.043,64	2.002.863
● 2006	410.684,4	2.785.636	2.662.479	2.425.873	269.008,48	1.347.164

	13. Tapiraí	14. Cananéia	15. Iguape
● 2019	2.218.860	4.878.186	7.525.733
● 2010	1.453.693	3.545.864	4.988.954
● 2006	985.577,2	1.766.020	3.048.440



	7. Cajati	8. Jacupiranga	9. Juquiá	10. Juquitiba	11. Miracatu	12. São Lourenço da Serra
● 2019	1.687.828	1.048.478	2.139.690	762.798,81	3.208.489	110.835,13
● 2010	1.074.692	713.219,3	1.344.337	319.745,5	1.973.280	46.257,9
● 2006	682.791,4	337.690,6	916.749,6	202.686,6	1.392,074	24.249,3

	16. Ilha Comprida	17. Pariquera-Açu	18. Pedro de Toledo	19. Itariri	20. Peruíbe	21. Itanhaém
● 2019	1.316.137	451.694,94	4.325.152	842.005,78	1.797.510	2.358.817
● 2010	848.776,4	235.891,1	2,506.875	514.977,8	1.398.899	1.315.222
● 2006	565.192,1	161.884,3	1.695.375	304.369,0	872.056,66	885.519,44

Desafios e Oportunidades de Preservação e Valorização do Ativo Ambiental

Legislação Ambiental

- Muitas regras, por vezes desconhecidas e complexas;
- Procedimentos igualitários para grandes produtores, micro e pequenos empreendimentos;
- Insegurança jurídica e complexidade no entendimento da governança das decisões;
- Irregularidades fundiárias, que dificultam o acesso ao crédito, ao mercado e à formalidade.

Apoio à Cadeia Produtiva Sustentável

- Baixa valorização das riquezas locais e economias identitárias;
- Produtos da Mata Atlântica pouco aproveitados;
- Iniciativas governamentais sem conexão com as características identitárias do Vale;
- Impulsionar práticas produtivas sustentáveis já existentes e aderentes na região (produção orgânica e sistema de cultivo agroflorestal, pesca, etc.) e o Turismo Sustentável.

Incentivos Econômicos

- Ausência de benefícios claros gerados pela preservação, conservação e adoção de práticas sustentáveis;
- Formas de incentivar a economia verde, economia circular, bioeconomia, etc;
- Dificuldade de angariar recursos, investimentos e de acesso aos fundos internacionais ambientais para desenvolver negócios relacionados à biodiversidade, ao potencial turístico e aos serviços ambientais, bem como voltados à sua diversidade cultural.

Gestão e Inovação

- Enfraquecimento das instituições;
- Discussão de formas inovadoras de gestão, como Parques Patrimoniais ou fortalecimento das estruturas existentes;
- Estabelecer formas efetivas de diálogo entre as comunidades tradicionais, setores produtivos e governo do estado;
- Integração entre os instrumentos de planejamento e gestão.

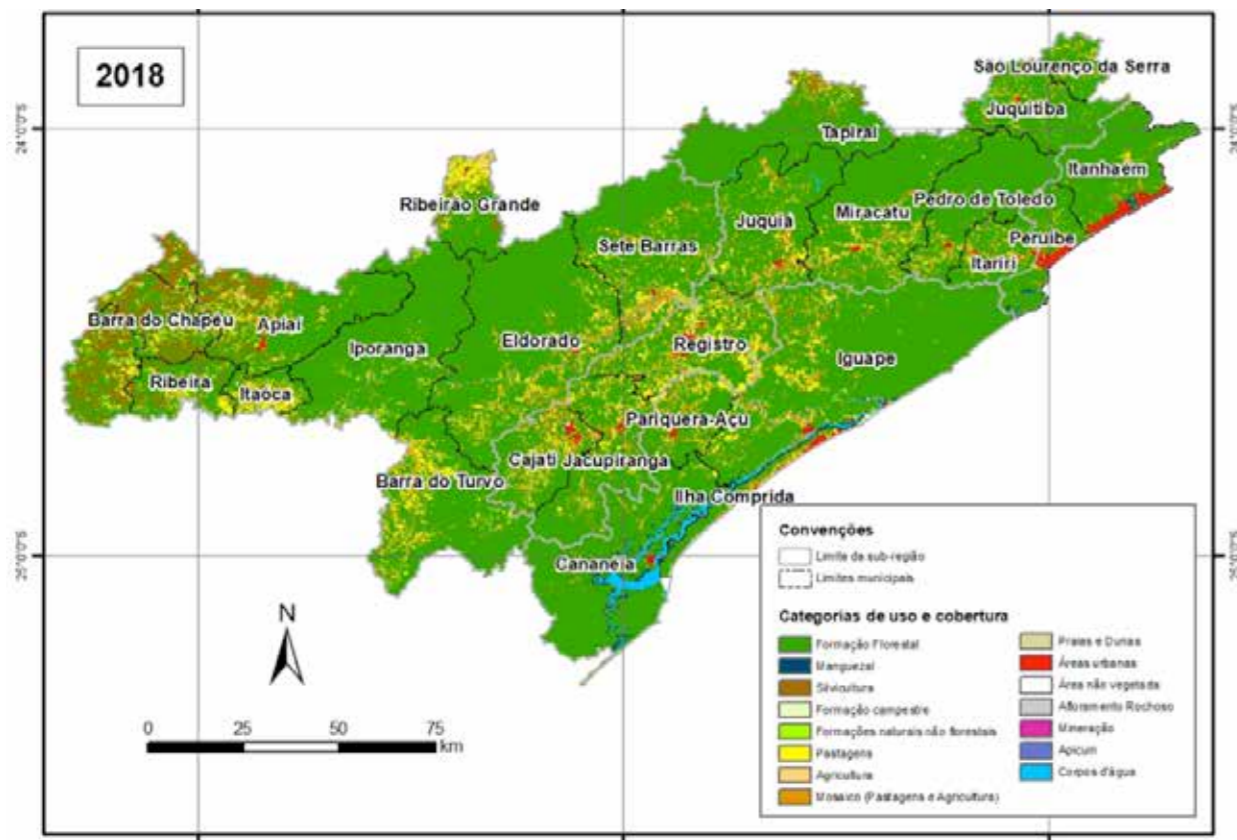
05.

Dinâmica do Uso e Ocupação do Território

A análise da dinâmica do uso e da cobertura da terra foi realizada sobre a série histórica produzida pelo Projeto MapBiomas para o período de 1985 a 2018, utilizando-se imagens de satélite da série LANDSAT.

A região do PDES-VR apresenta uma variação pouco significativa das categorias de uso e cobertura da terra nos últimos 30 anos. É possível constatar

que o mosaico de unidades de conservação que recobre a região proporcionou um forte controle do desmatamento: mais de 81% do território está coberto por formações florestais naturais, sendo mais expressiva no Litoral Sul. Ainda assim, embora de forma pouco representativa, a floresta natural perdeu território ao longo dos últimos 30 anos, com tendência de estabilidade nos últimos 5 anos.



Categorias de uso e cobertura do solo na região do PDES-VR.

Categorias de uso e ocupação do solo	Área - ha	Área - %
Não observado	1.443	0,08
Floresta	1.519.119	84,47
Silvicultura	53.173	2,96
Floresta natural	1.465.946	81,51
Formação florestal	1.456.386	80,98
Mangue	9.560	0,53
Agropecuária	240.965	13,38
Agricultura	15.956	0,89
Culturas anuais e perenes	15.953	0,89
Culturas semi-perenes	4	0,0002
Mosaico e Agricultura ou Pastagem	124.890	6,94
Pastagem	99.849	5,55
Área não vegetativa	17.679	0,98
Infraestrutura urbana	15.020	0,84
Mineração	13	0,0007
Outras áreas não vegetativas	2.201	0,12
Praia e Duna	445	0,02
Corpo d'água	19.185	1,06
Rio, Lago e Oceano	19.185	1,06
Formação natural não florestal	379	0,02
Afloramento rochoso	11	0,0006
Apicum	32	0,001
Formação campestre	32	0,001
Outra formação não florestal	304	0,01
Total geral	1.798.500	100,00

- As florestas plantadas, especialmente as **culturas de pinus e eucalipto**, vêm crescendo de forma pronunciada nos últimos **15 anos**, quando saltou de uma área de **quase 18 mil ha para mais de 53 mil hectares**. No território do Alto Vale, onde este uso está mais presente, a sua área ocupada cresceu aproximadamente **260%** no período 1985-2018. Mas o território do Alto Vale, dada a sua extensão, também é o que mais possui coberturas naturais: **mais de 563 mil hectares** ocupados por floresta natural.
- O **uso agropecuário** representa o segundo maior recobrimento, ocupando pouco mais de **13%** da área do PDES-VR, sendo mais expressivo no território do Eixo BR, onde atinge mais de 85 mil hectares;
- É possível observar que a **agricultura** vem crescendo, ganhando espaço, principalmente, sobre as **áreas ocupadas por pastagens**.
- As **áreas ocupadas por infraestrutura urbana**, que representam a maior parcela ocupada por áreas não vegetadas, também vêm se expandindo (**64 %**). Ainda assim, representam uma pequena parcela do território, não superior a 1% do total. São mais presentes no Eixo da BR e no Litoral Sul.
- As **áreas ocupadas pela atividade de mineração** também ocupam uma parcela pouco representativa, não ultrapassando **0,1%** do total. Vêm apresentando decréscimo ao longo dos últimos 10 anos.
- As **formações naturais não florestais** estão representadas pelo **manguezal** e pelo **apicum**, e se distribuem nas áreas litorâneas. Não se observa redução das áreas de mangue. Ao contrário, as áreas de apicum vêm perdendo espaço, principalmente nos últimos 5 anos. As áreas ocupadas pelo apicum são mais sensíveis por se distribuírem junto as áreas urbanas, cujo crescimento preocupa. Esta situação é mais evidente no território do **Litoral Sul**.

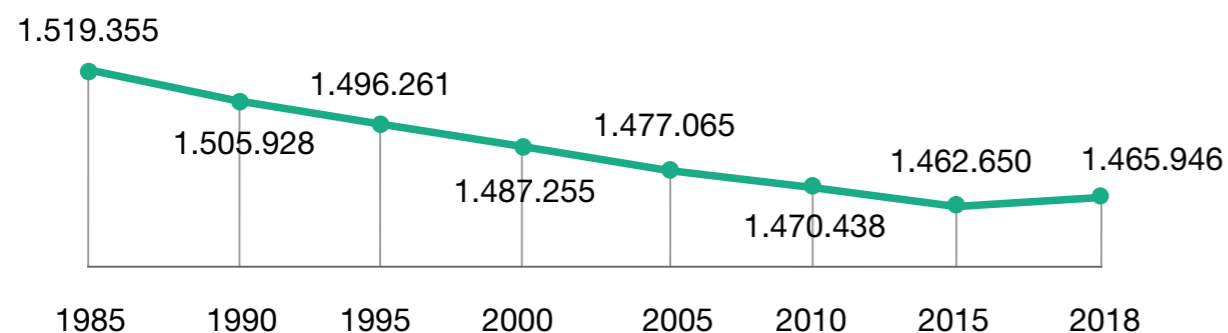


Crédito foto: Rodolfo Medeiros.



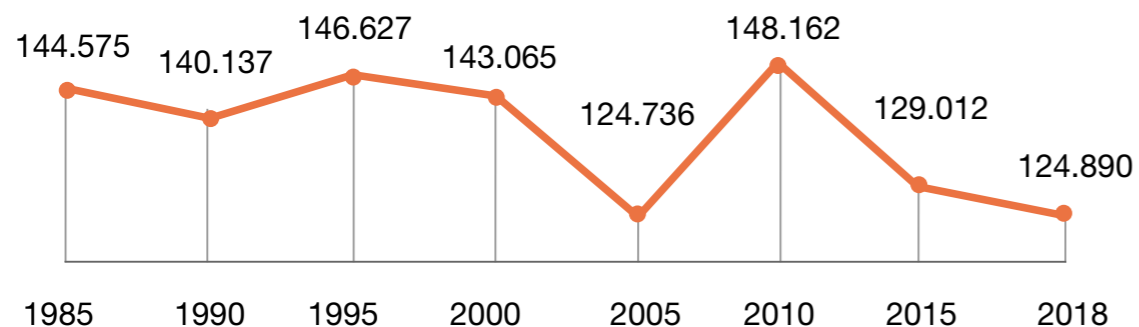
Evolução dos usos e coberturas no período 1985 - 2018

Floresta natural



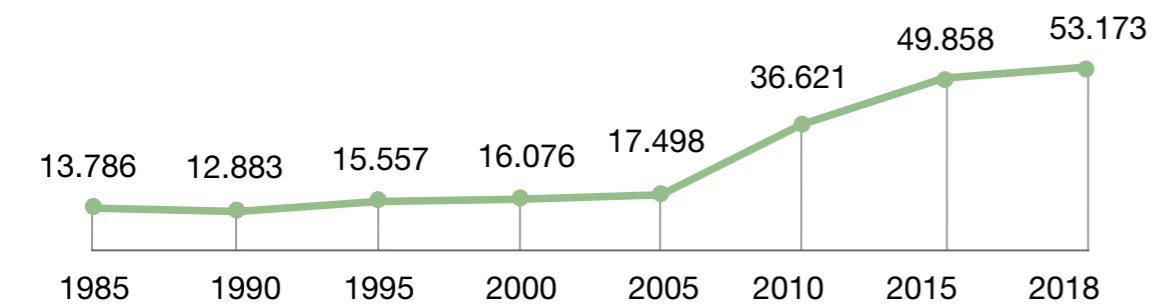
Diminuição de área de **3,5 % da floresta natural**

Mosaico de agricultura ou pastagem

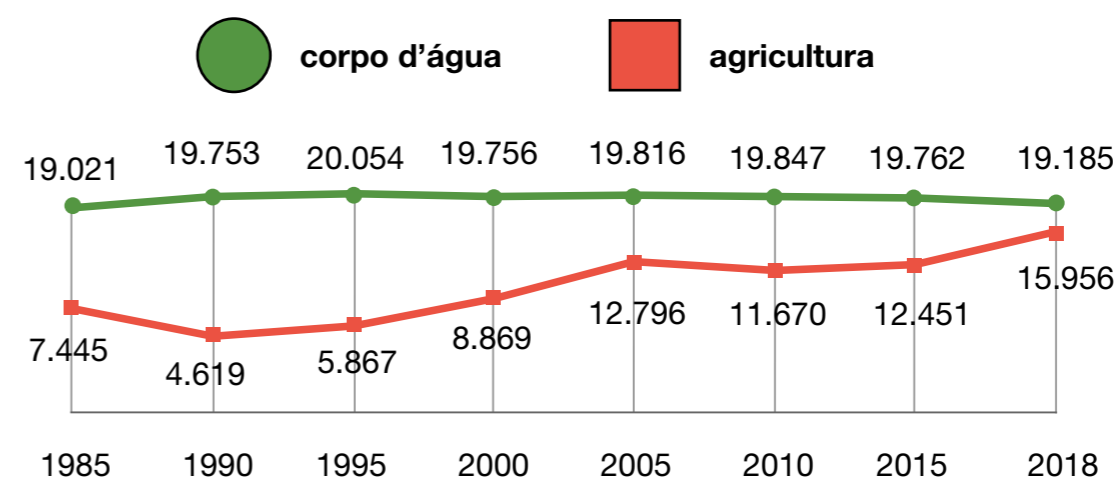


Diminuição de área de **13,6 % dos mosaicos agropecuários**

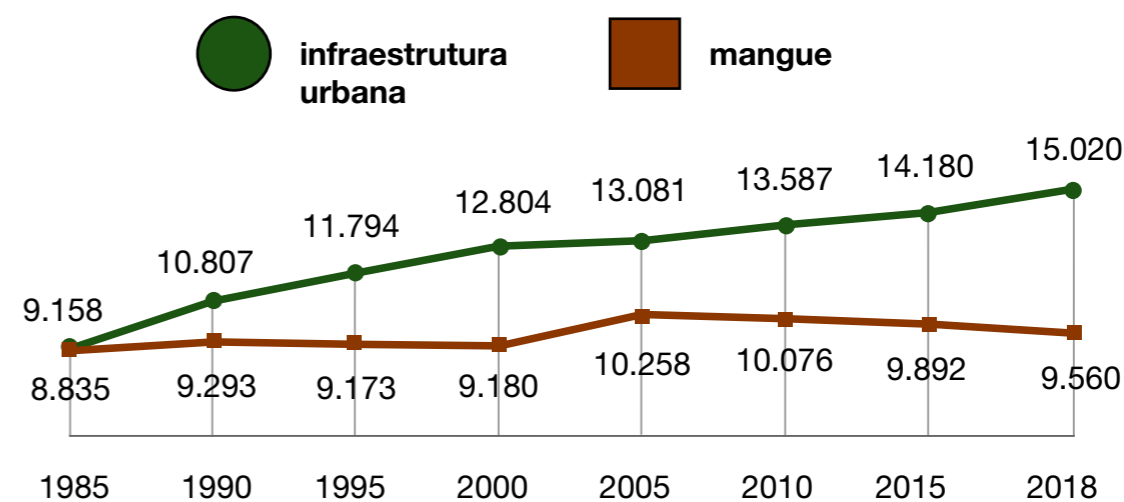
Silvicultura



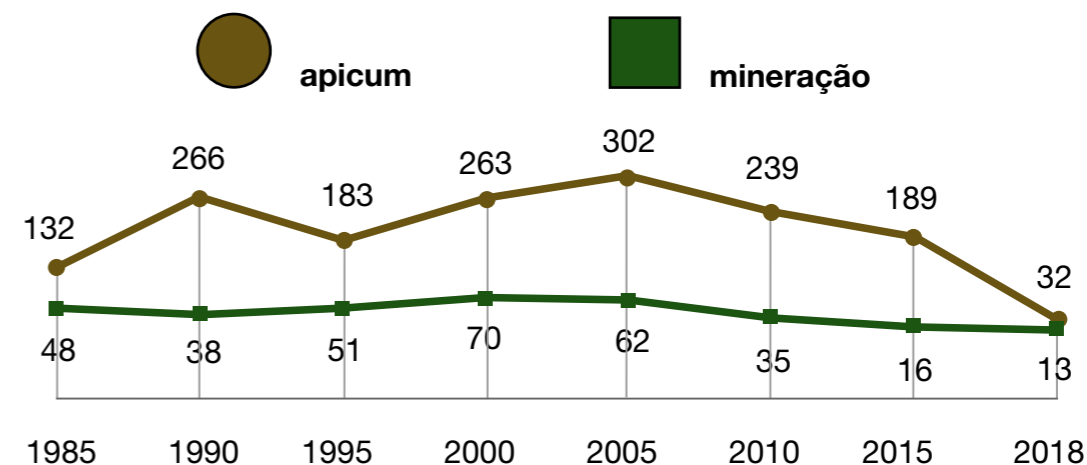
Aumento de área de **385 % da silvicultura**



Aumento de **8,6 % dos corpos d'água e 114,3 % na agricultura**



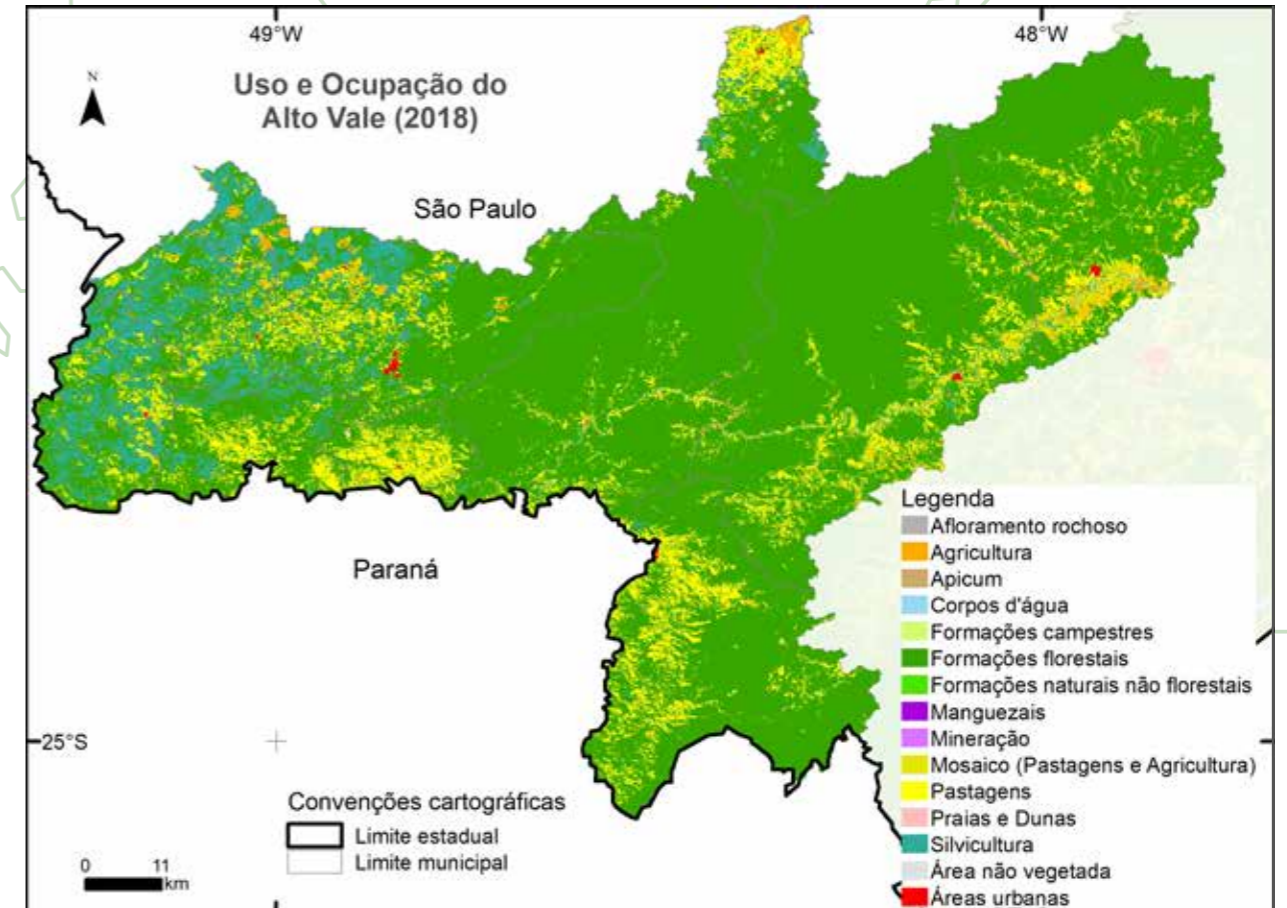
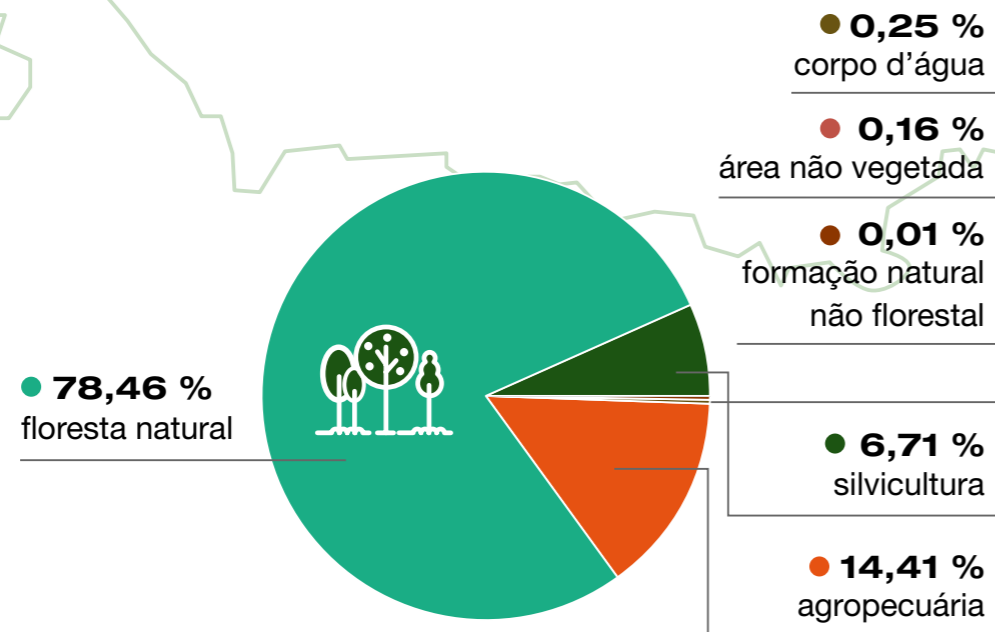
Aumento de **64 % na área da infraestrutura urbana**



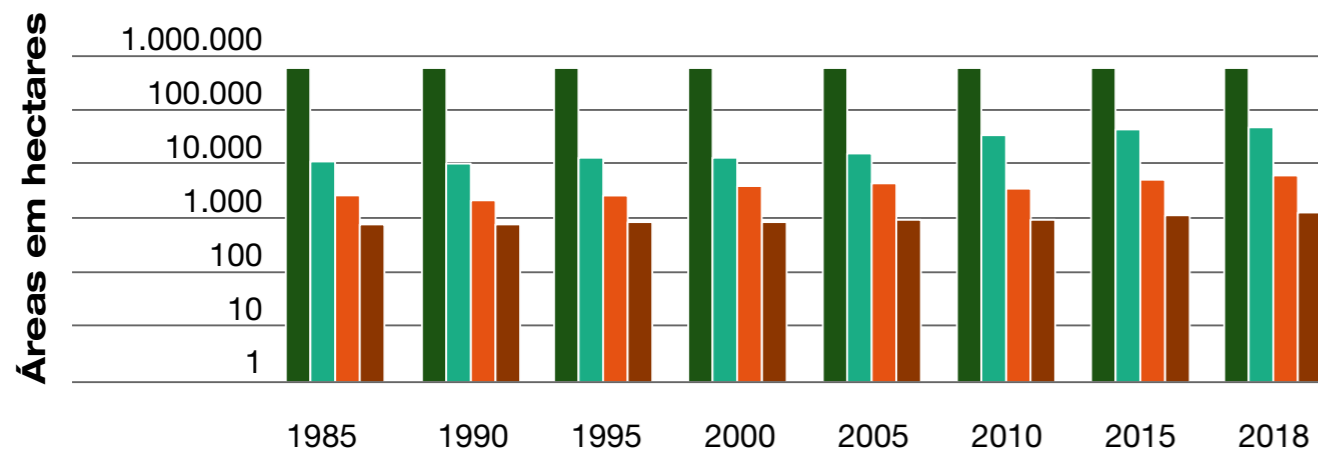
Diminuição de **244,1 % na área Apicum e 237 % nas áreas de mineração**

Território Alto Vale do Ribeira

Cobertura MapBiomas (2018)



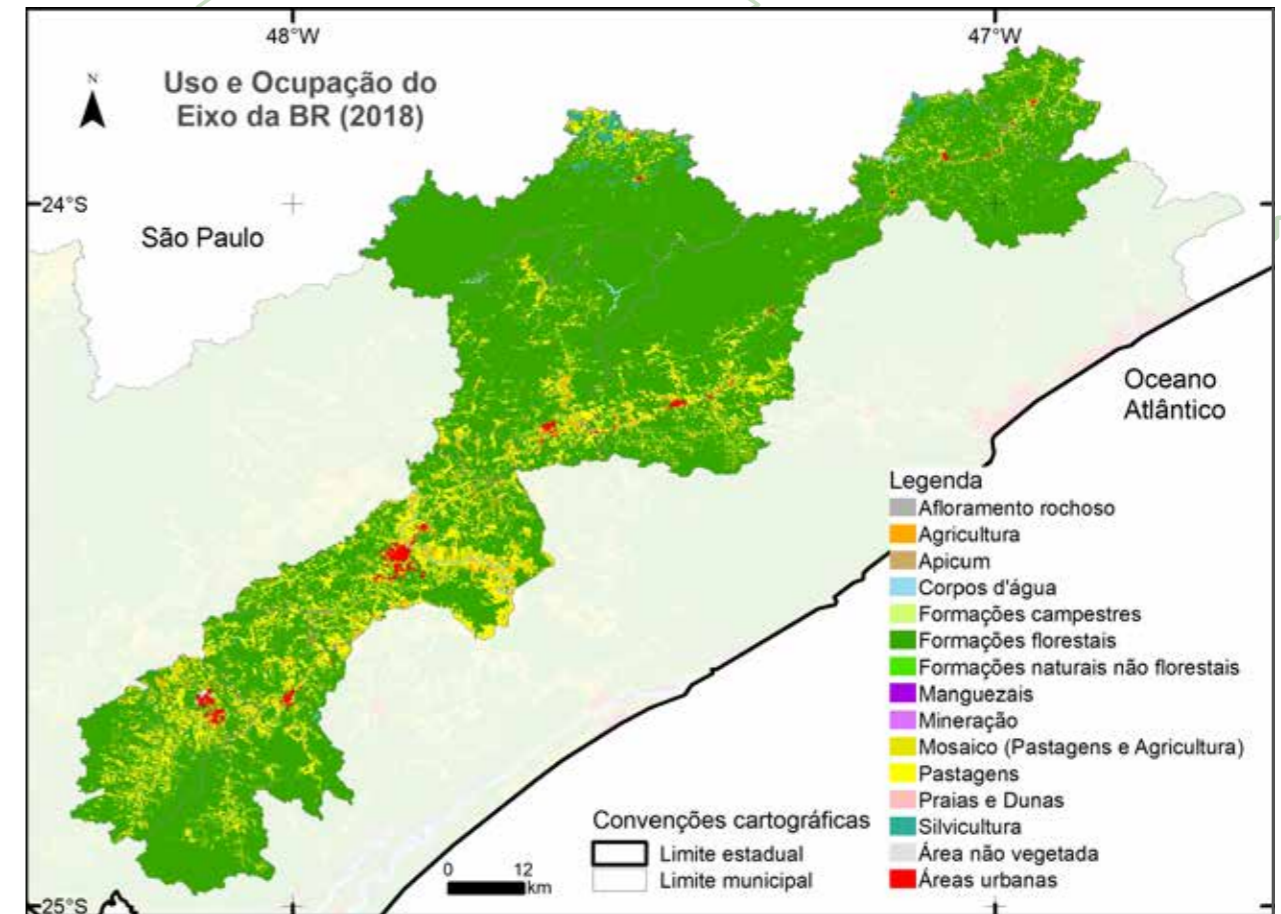
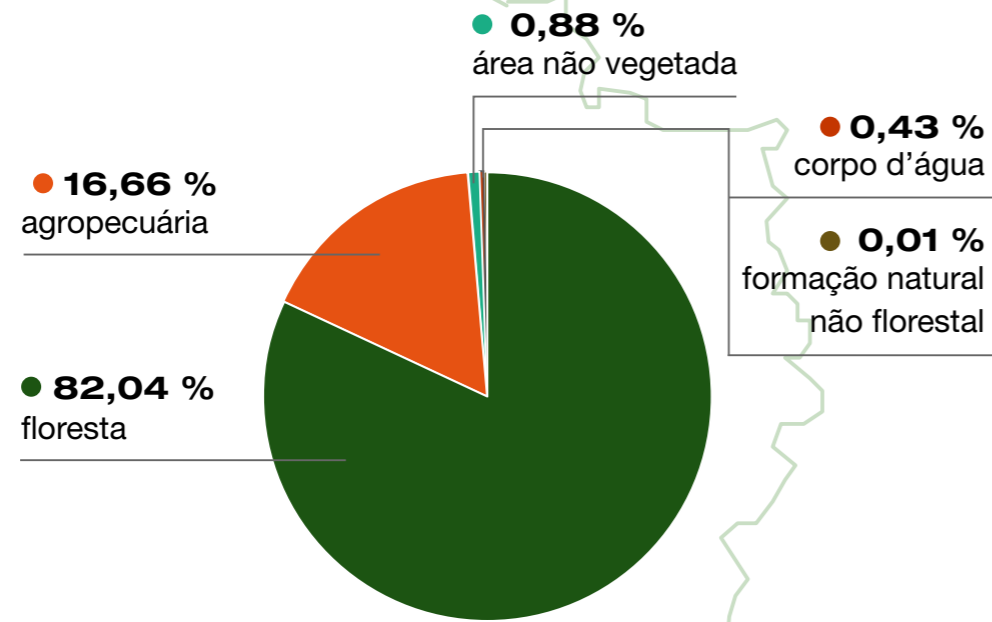
Distribuição das principais coberturas - Alto Vale



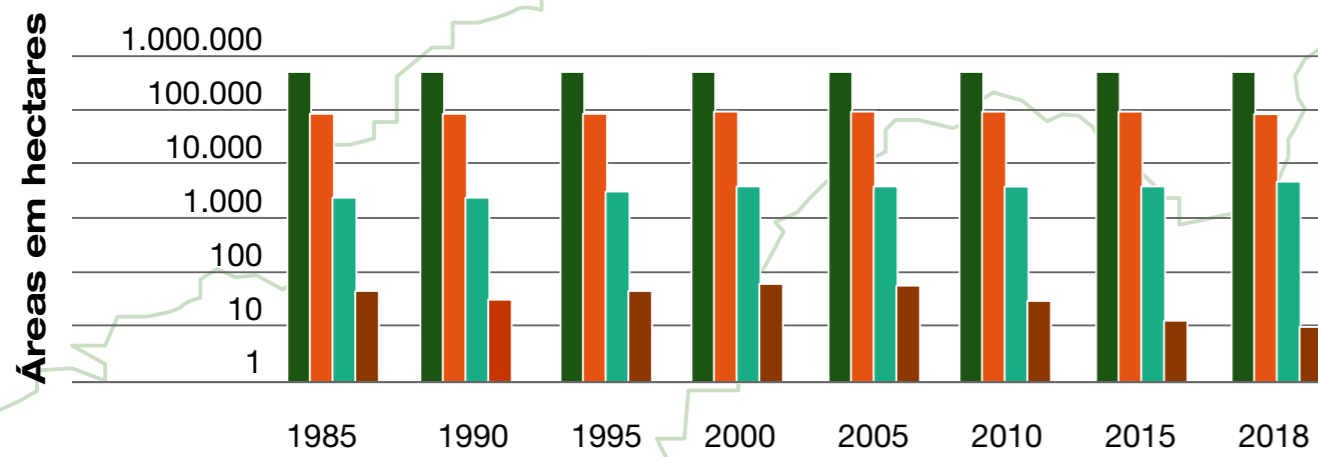
	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2018
Floresta natural	595.562	587.505	583.418	583.713	574.428	567.990	561.520	563.518
Agricultura	10.440	10.664	13.419	13.811	15.628	33.281	45.071	48.192
Silvicultura	2.442	2.060	2.447	3.816	4.449	3.665	5.084	6.252
Área não vegetada	752	713	819	834	918	956	1.075	1.155

Território Eixo da BR

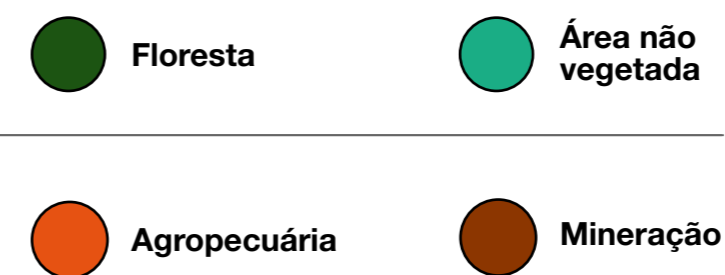
Cobertura MapBiomas (2018)



Distribuição das principais coberturas - Eixo BR



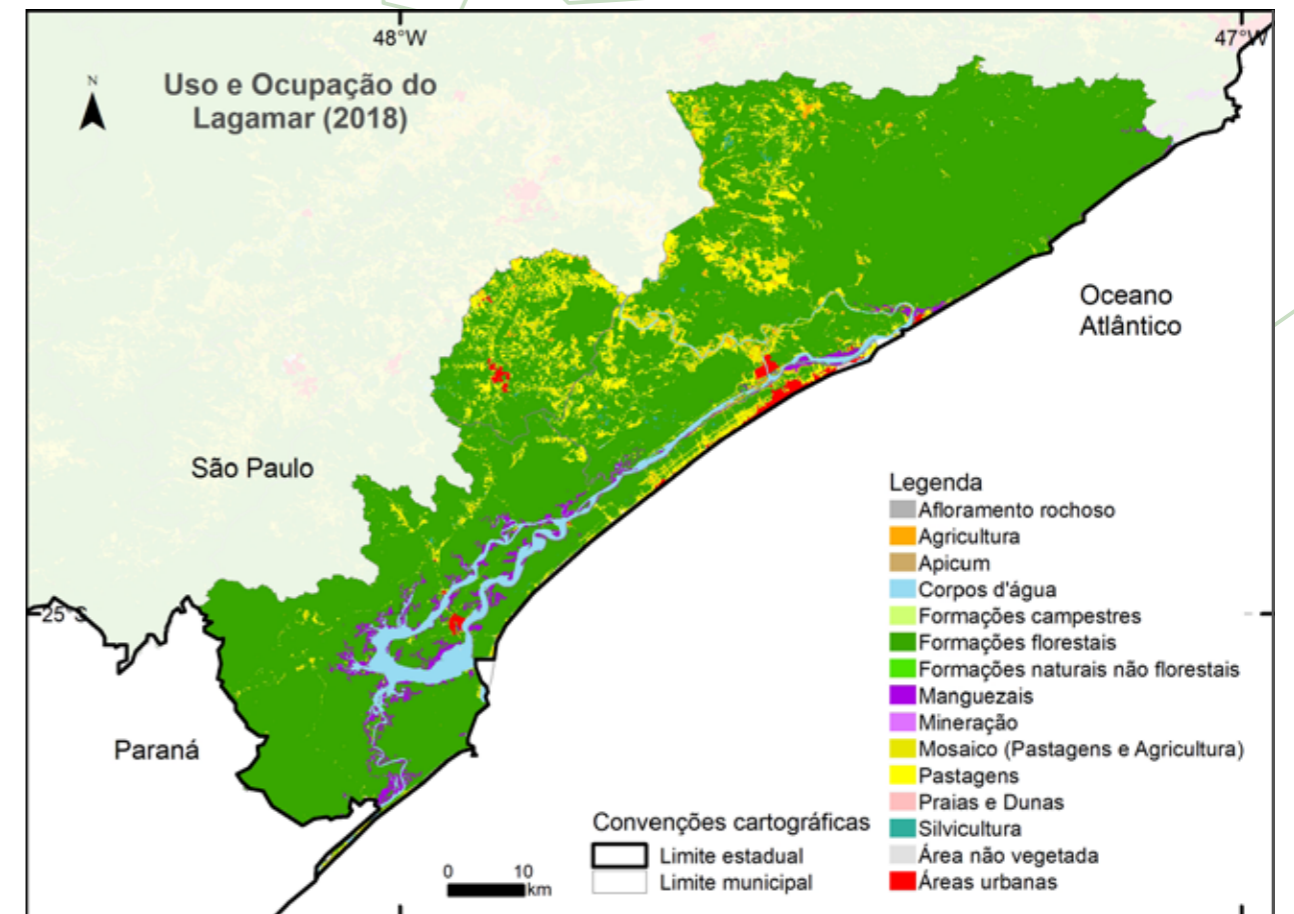
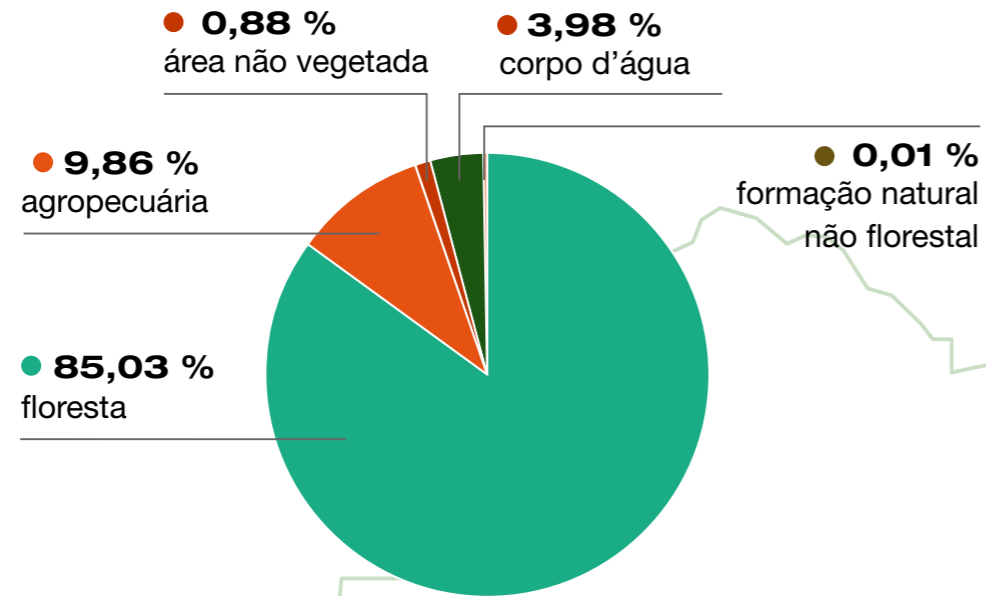
	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Floresta	433.501	430.773	426.590	421.848	419.975	420.611
Agropecuária	77.724	80.131	83.780	87.941	89.652	88.809
Área não vegetada	2.654	2.654	3.161	3.794	3.916	4.090
Mineração	48	38	51	69	62	35



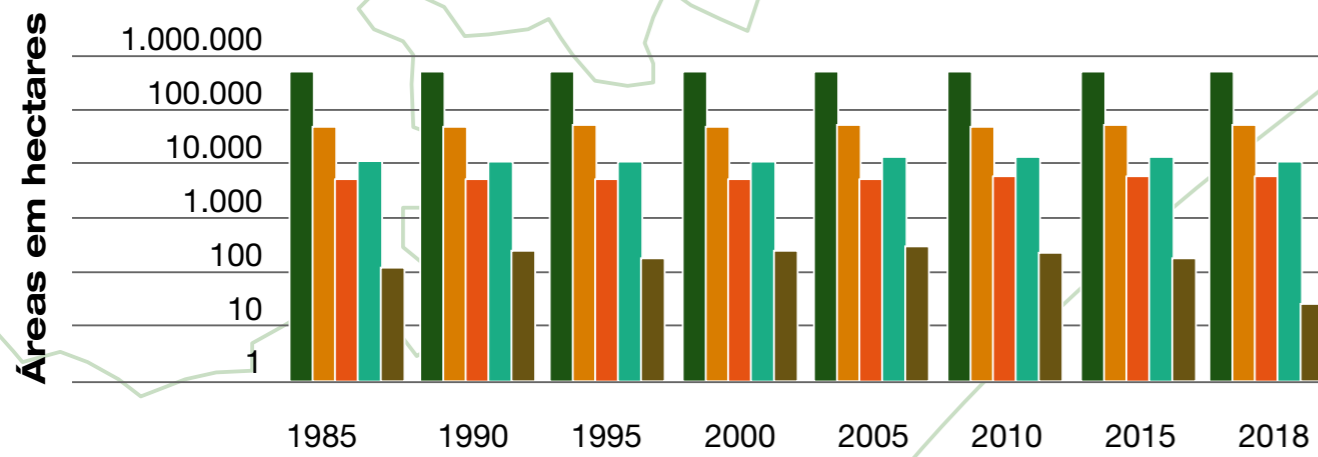
	2015	2018
Floresta	421.706	423.223
Área não vegetada	87.572	85.938
Agropecuária	4.284	4.523
Mineração	14	13

Território Lagamar

Cobertura MapBiomas (2018)



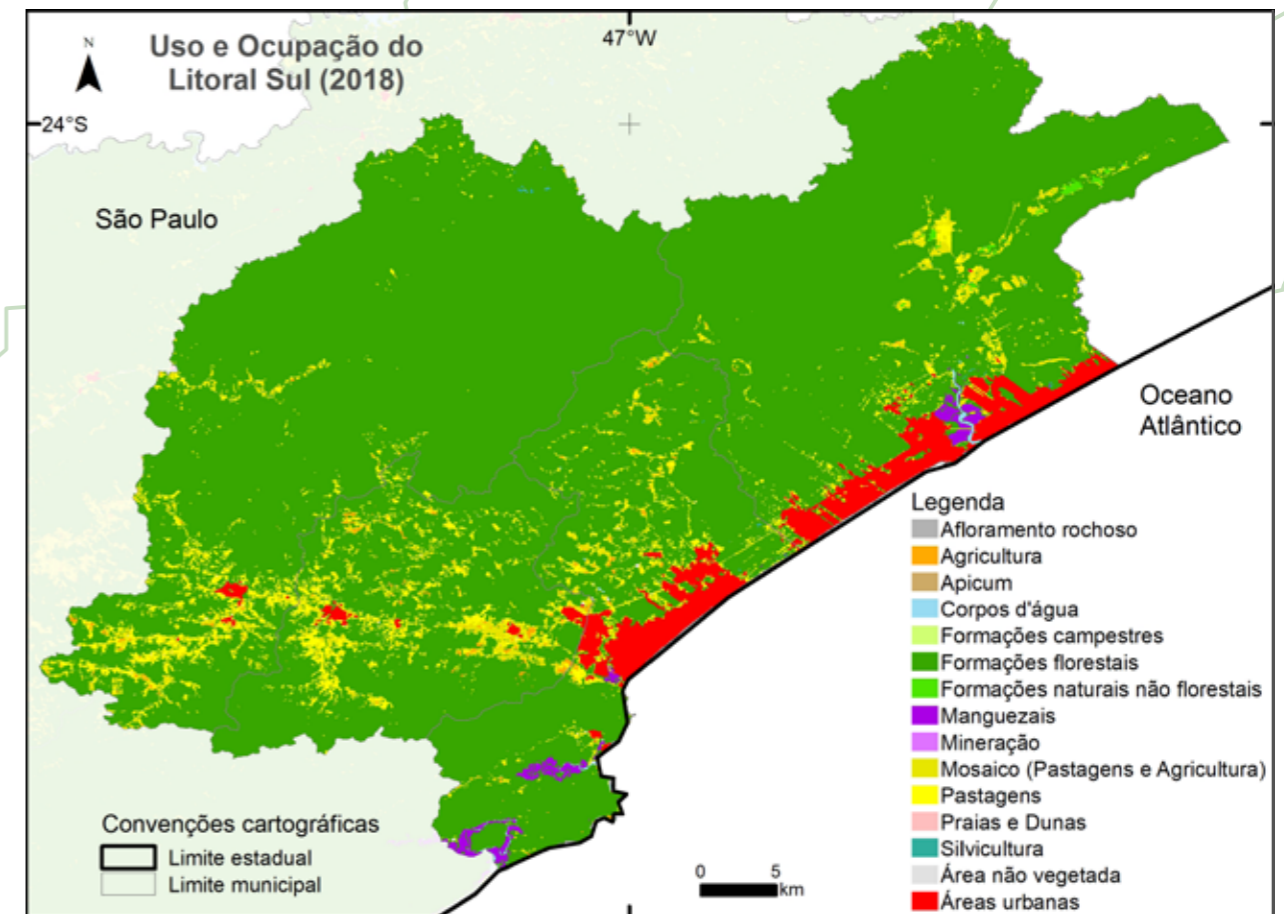
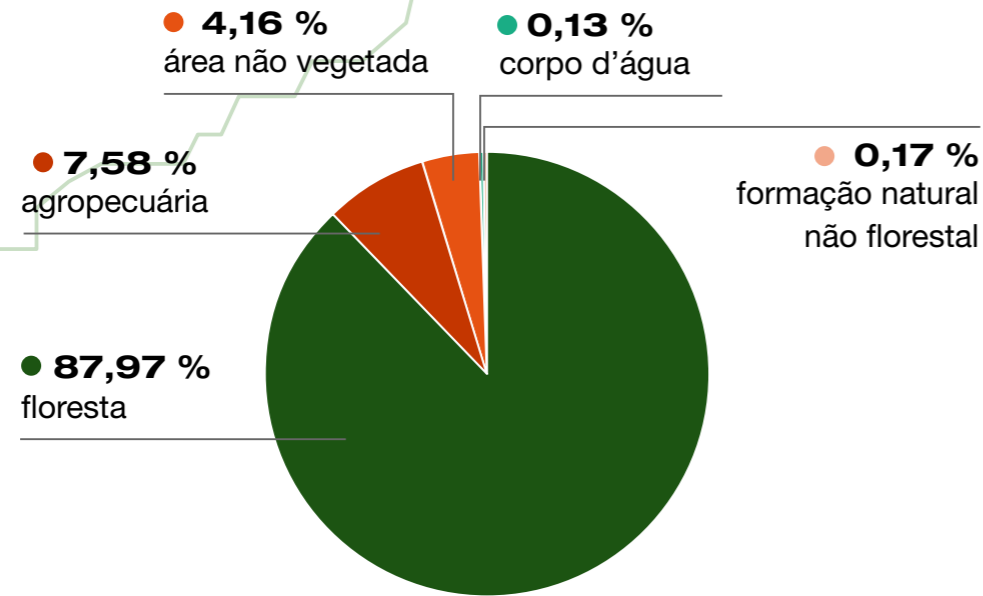
Distribuição das principais coberturas - Lagamar



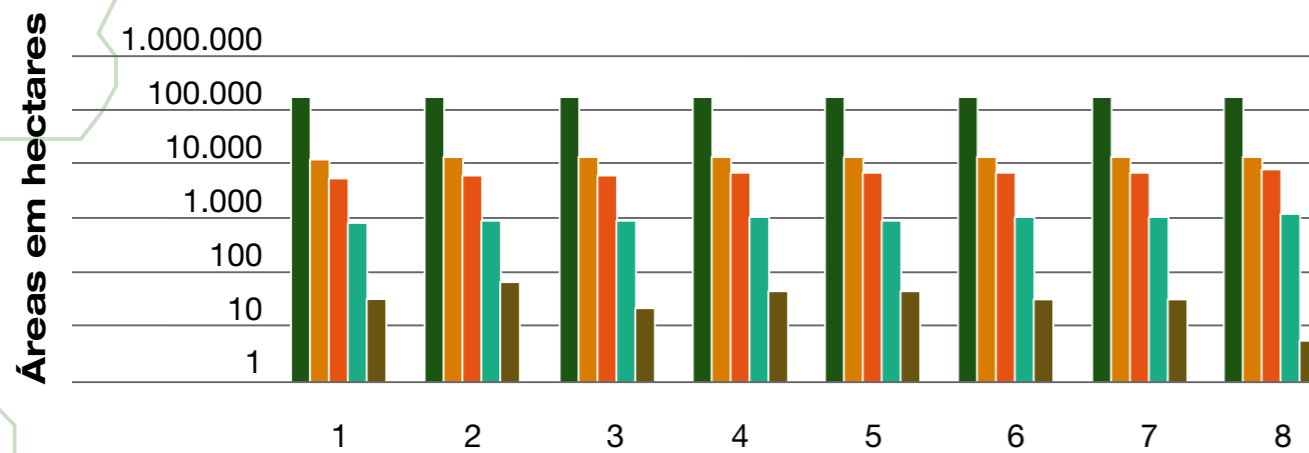
	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2018
Floresta	325.315	323.567	322.540	319.926	319.763	319.431	319.690	319.870
Área não vegetada	32.016	33.159	34.040	36.631	36.910	37.318	37.083	37.080
Agropecuária	3.718	3.831	3.889	4.065	3.933	3.913	4.025	4.235
Mangue	7.948	8.334	8.231	8.103	9.199	8.971	8.789	8.470
Apicum	100	200	161	214	257	206	154	26

Território Litoral Sul

Cobertura MapBiomas (2018)



Distribuição das principais coberturas - Litoral Sul



	1	2	3	4	5	6
168.324	166.302	165.850	164.034	165.220	165.747	
12.461	13.603	13.698	15.023	13.829	13.230	
5.283	6.252	6.645	7.036	6.997	7.123	
887	959	942	1.077	1.059	1.105	
33	66	21	49	45	33	

	7	8
164.521	164.316	
14.214	14.165	
7.387	7.766	
1.103	1.089	
35	6	

Floresta	Área não vegetada
Agropecuária	Mangue
Apicum	

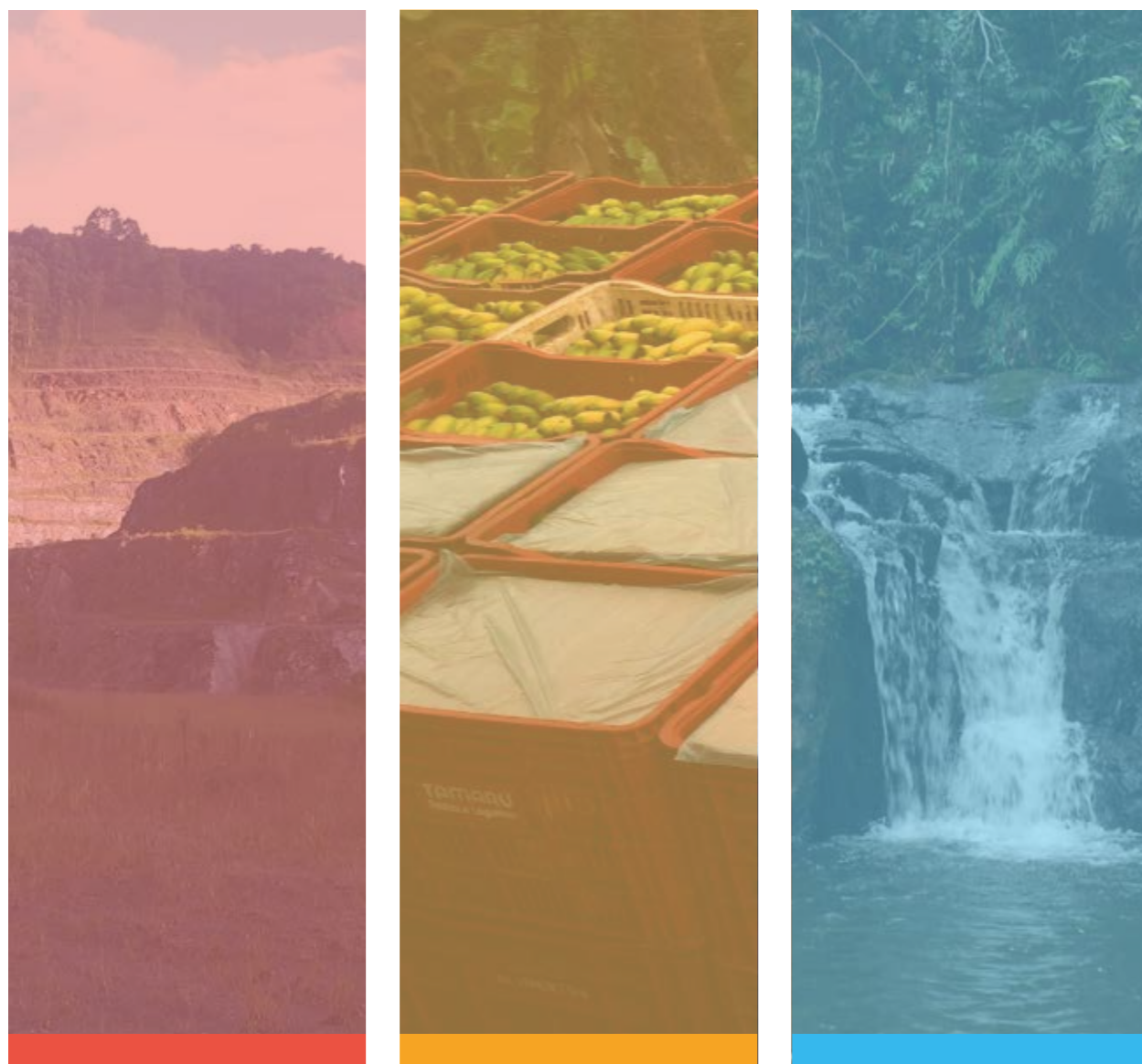
06.

Vetores de Desenvolvimento Econômico

São analisados os três setores produtivos que sustentam a economia do Vale do Ribeira – **mineração, produção rural (agropecuária e florestal), e turismo.**

Os diagnósticos setoriais buscaram qualificar, dentro das especificidades de cada atividade, as principais características econômicas, potencialidades, desafios e oportunidades para a sua dinamização e, conseqüentemente, elevar o padrão socioeconômico da região.

O aprofundamento desses temas está sendo efetuado a partir de discussões com os atores públicos e privados que atuam na região, por meio de reuniões e fóruns participativos.



6.1

Mineração

A indústria de mineração, quando gerida de forma adequada, tem a oportunidade e potencial para contribuir de forma positiva, direta ou indiretamente, para todos os 17 ODS. Para tanto, é fundamental que as empresas de mineração associem em seu *core business* as metas de inclusão social, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico e ampliem o seu envolvimento em parceria e diálogo com outros setores econômicos, governo, sociedade civil e comunidade local.

No âmbito do PDES-VR, destaca-se como metas almejadas as referências contidas nos **Objetivos 1, 8 e 9.**



O processo de interiorização e ocupação do Vale do Ribeira foi historicamente vinculado à atividade mineral. Diferentemente da expectativa prevalecente até o final do século passado, na qual seu potencial mineral esteve sempre associado a *commodities* metálicas, os conhecimentos atuais e a especialização produtiva da região **indicam para uma destacada vocação para depósitos de substâncias não metálicas, e que é relevante para o seu processo de desenvolvimento e para o suprimento de importantes cadeias produtivas da indústria de transformação, para a construção civil e para a produção agrícola do Estado de São Paulo.**



Marcos históricos da mineração no Vale do Ribeira

Ciclo de Ouro

- **Período Colonial** - Indutor da ocupação e interiorização do Vale do Ribeira.
- **Século XVII - auge da produção** (1635 - Casa Real de Fundação - Iguape).
- No século XVIII, as fronteiras das lavras expandiram-se a montante até a região de Apiaí e Capão Bonito, conduzindo o povoamento da região do Alto do Ribeira e das nascentes da bacia do rio Paranapanema.
- A mineração de ouro, restrita a pequenas lavras rudimentares de depósitos aluvionares, foi paulatinamente perdendo relevância na região.
- Perdurou de forma esporádica até 1943, quando foi fechada a mina do Morro do Ouro em Apiaí.

Minerações de Chumbo

- **Século XX**
- Sucedendo o período de exploração do ouro, ganha relativo relevo pequenas **minas de chumbo** (com mineralizações de prata e zinco associadas).
- O minério de chumbo foi o bem mineral metálico mais extraído no Vale do Ribeira, principalmente nos municípios de Iporanga e Apiaí.
- 1940 a 1945 - instalação e operação da Usina Experimental de Chumbo e Prata pelo IPT em Apiaí.
- A mineração de chumbo foi paralisada no início dos anos 1990.

Complexo minero-químico de Cajati

- **1940s** - lavra de minério residual de alto teor de fosfato.
- **1945** - implantação de vila residencial e infraestrutura.
- **1970s** - novo processo tecnológico para concentração de minério de baixo teor.
- **1972** - construção de fábrica de cimento e unidade de processamento químico.
- **1991** - emancipação do município de Cajati.

Rochas carbonáticas e fábricas de cal e cimento

- **A partir dos anos 1950**
- Mineração de rochas carbonáticas passa a ganhar importância na região.
- Implantação de inúmeras pequenas minas, plantas de calcinação e unidades minero-industriais voltadas a produção de cimento.

Expansão e diversificação da produção

- **A partir dos anos 1960**
- Diversificação da produção mineral, entrando em operação de outros minerais de uso industrial e na construção civil, e água mineral.
- Expansão da mineração no Eixo da BR.
- Consolidação do polo areieiro da região de Registro.

Potencial Mineral do Vale do Ribeira: a dotação mineral expressa nos títulos minerários

Considerando os títulos minerários como indicadores de potencialidade, a região é portadora de **461 áreas com depósitos minerais** identificados e conta com **cerca de 90 minas em operação**.

Observação:

- Número de títulos autorizativos e requerimentos - extraídos do cruzamento das bases Sistema de Informação Geográfica da Mineração (SIGMINE) e Cadastro Mineiro; Número de títulos CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) – Base de dados CFEM, considerando apenas o número do processo, podendo haver mais de uma substância com recolhimento por processo.

- Títulos autorizativos somados aos respectivos requerimentos são indicadores do número de áreas com depósitos minerais oficialmente reconhecidos pela ANM.

- Títulos minerários com recolhimento da CFEM são indicadores de empreendimentos ativos.

Fonte: ANM (2020 a,b,c).



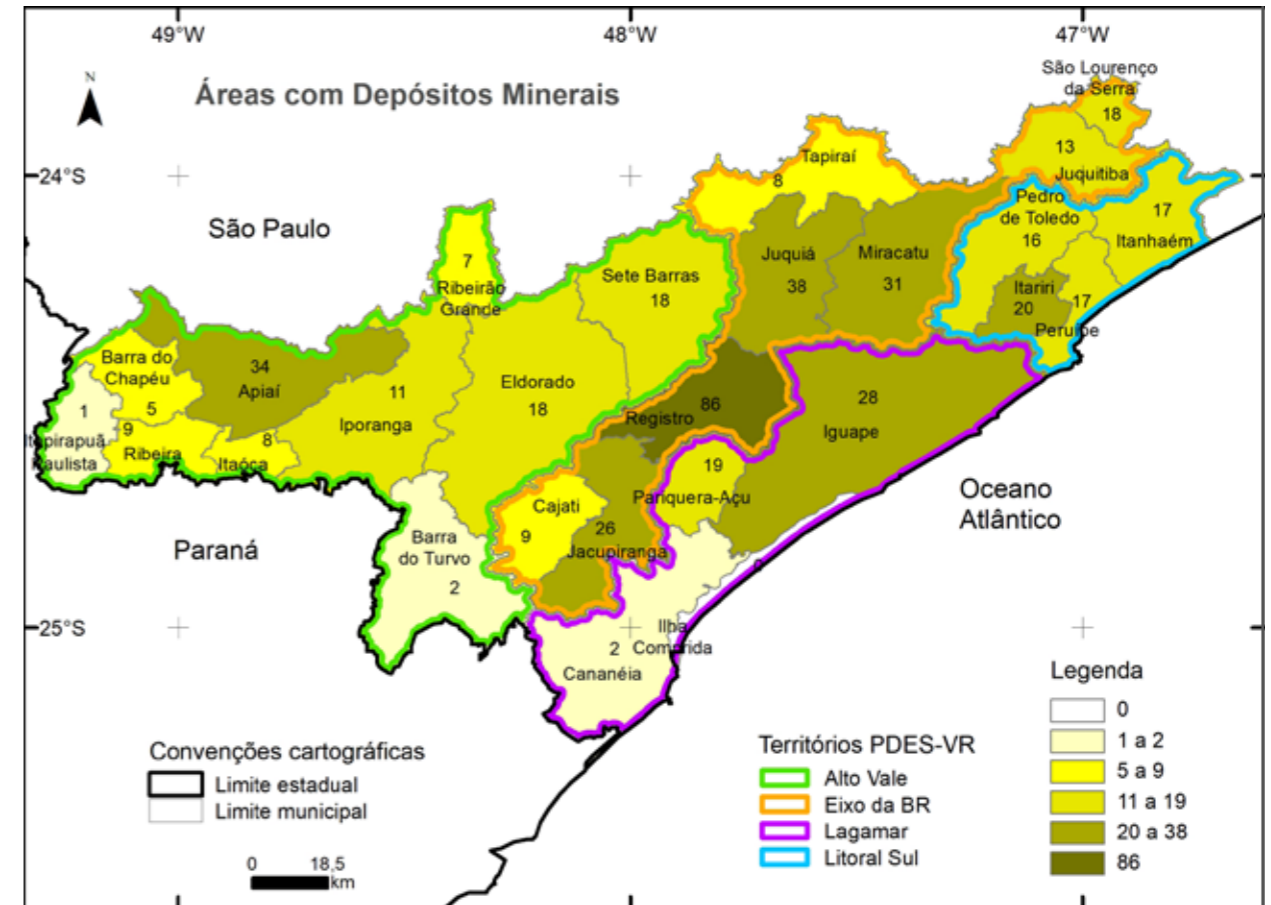
Crédito foto: Hércio Akimoto.

Títulos Minerários com Depósitos Reconhecidos na Região do PDES-VR



	Município	Total de Títulos	Total de Títulos Autorizativos <i>Concessão, Licenciamento, Registro de Extração</i>	Total de Requerimentos <i>Req. Lavra, Registro de Licenciamento, Req. Registro de Extração</i>	Títulos Recolhimento CFEM em 2019
Alto Vale	Apiaiá	34	10	24	2
	Barra do Chapéu	5	1	4	0
	Barra do Turvo	2	2	0	0
	Eldorado	18	6	12	3
	Iporanga	11	5	6	0
	Itaóca	8	2	6	1
	Itapirapuã Paulista	1	1	0	0
	Ribeira	9	2	7	1
	Ribeirão Grande	7	7	0	1
	Sete Barras	18	5	13	4
Total:	113	41	72	12	
Eixo da BR	Cajati	9	5	4	2
	Jacupiranga	26	6	20	4
	Juquiá	38	21	17	11
	Juquitiba	13	5	8	1
	Miracatu	31	23	8	11
	Registro	86	33	53	27
	São Lourenço da Serra	18	9	9	2
	Tapiraí	8	3	5	2
	Total:	229	105	124	60
Lagamar	Cananéia	2	1	1	1
	Iguape	28	14	14	10
	Ilha Comprida	0	0	0	0
	Pariquera-Açu	19	4	15	0
Total:	49	19	30	11	
Litoral Sul	Itanhaém	17	7	10	2
	Itariri	20	4	16	1
	Pedro de Toledo	16	6	10	3
	Peruíbe	17	6	11	1
	Total:	70	23	47	7
Total:	461	188	273	90	

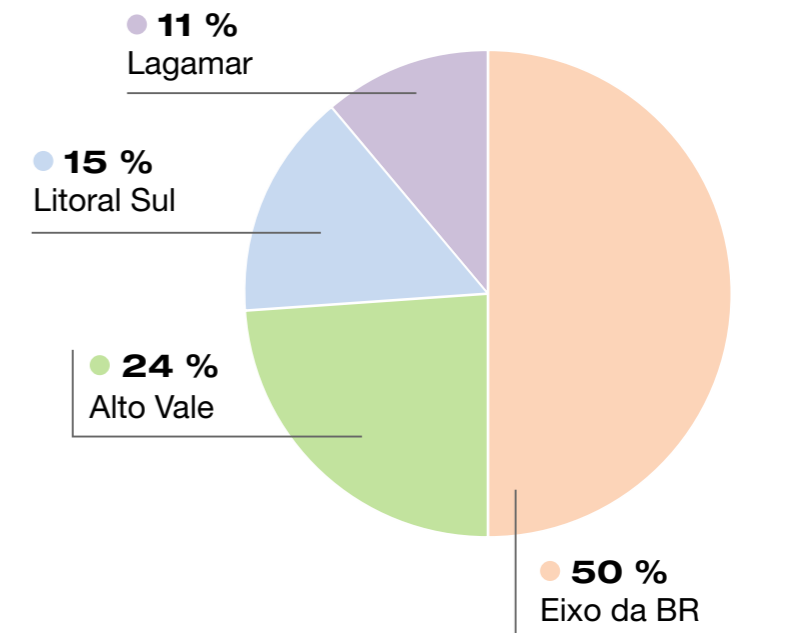
Áreas com depósitos mineirais



Áreas com depósitos mineirais - %

• Do total das 461 áreas com depósitos mineirais, cerca de **50 %** situam-se no **território do Eixo da BR**, seguido das **regiões do Alto Vale com 24 %**, **Litoral Sul com 15 %** e **Lagamar com 11 %**.

• Na escala municipal, sobressaem-se **Registro, Juquiá, Miracatu e Jacupiranga** (Eixo da BR), ganhando destaque também **Apiaiá** (Alto Vale) e **Iguape** (Lagamar).



A expressiva quantidade de áreas tituladas abriga uma grande variedade de substâncias minerais (**mais de 25 bens minerais**), o que evidencia o potencial mineral diferenciado da região do Vale do Ribeira em relação ao contexto paulista e o próprio interesse do setor empresarial na dotação mineral ensejada pela exuberante geodiversidade do território.

Além dos minerais não metálicos, cabe destaque também a presença de **21 áreas tituladas de água mineral**, concentradas preferencialmente no Eixo da BR. Trata-se de uma substância com demanda em expansão no país e cuja produção pressupõe uma vantagem comparativa ambiental em relação aos demais bens minerais.

Relação das Substâncias Tituladas, Mercados e Aplicações Potenciais

	PDES- -VR	Alto Vale	Eixo BR	Laga- mar	Litoral Sul	Mercados e Aplicações
Areia e Cascalho	244	36	146	28	34	Agregados para construção civil (concreto, argamassa, pavimentação)
Rochas Carbonáticas: calcário e assemelhados	94	88	4	2	0	Cimento, cal, corretivo de solo, cargas minerais, cerâmica, siderurgia, agregado para construção civil, vidro e revestimentos pétreos
Argilas	65	25	21	6	13	Cerâmica e cimento
Saibro	43	4	7	3	29	Obras civis: aterros imobiliários e rodoviários, leitos de estradas
Granito, Gnaisse, Basalto	24	0	12	1	11	Agregados para construção civil, revestimentos pétreos
Dolomito	22	20	2	0	0	Corretivo agrícola, vidro, siderurgia, tintas e vernizes
Caulim	21	2	19	0	0	Cerâmica, tinta, carga mineral
Água Mineral	21	0	19	2	0	Bebidas
Quartzito	20	16	4	0	0	Abrasivos, cerâmica, carga mineral, revestimentos pétreos

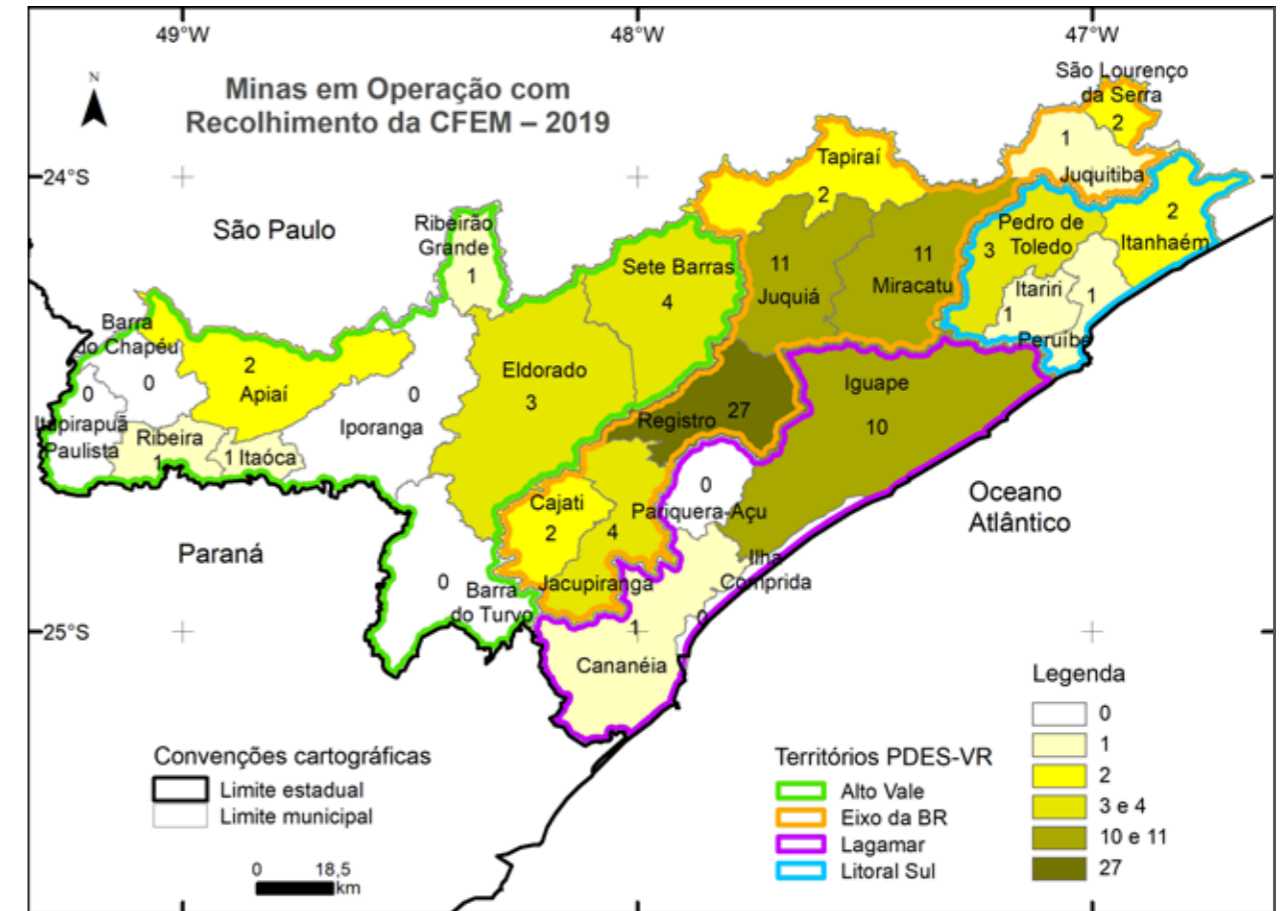
	PDES- -VR	Alto Vale	Eixo BR	Laga- mar	Litoral Sul	Mercados e Aplicações
Turfa	14	0	4	8	2	Agricultura, jardinagem
Areia Industrial	12	0	2	2	8	Vidro, fundição, abrasivos, cerâmica, carga mineral
Filito	5	5	0	0	0	Cerâmica e carga mineral
Ouro	5	2	0	0	3	Ligas metálicas, joias, reserva monetária
Fosfato	4	0	4	0	0	Fertilizantes, ácido fosfórico
Ferro	4	1	3	0	0	Ligas metálicas
Gabro	2	2	0	0	0	Agregados para construção civil; revestimentos pétreos
Feldspato	2	1	1	0	0	Cerâmica, esmaltes, vidro
Talco	2	1	0	1	0	Cerâmica e carga mineral
Manganês	2	1	1	0	0	Ligas metálicas
Fluorita	1	1	0	0	0	Ind. química, siderurgia, cerâmica
Barita	1	0	1	0	0	Fluídos de perfuração de petróleo, carga mineral, ind. química
Turmalina	1	0	1	0	0	-
Mica	1	0	1	0	0	Equipamentos eletroeletrônicos; plásticos; tintas e pigmentos
Prata	1	1	0	0	0	Ligas metálicas, joias
Tungstênio	1	1	0	0	0	Ligas metálicas

Fonte: dados extraídos de ANM (2020a; b).



Crédito fotos: acervo IPT e cedidas por Hércio Akimoto.

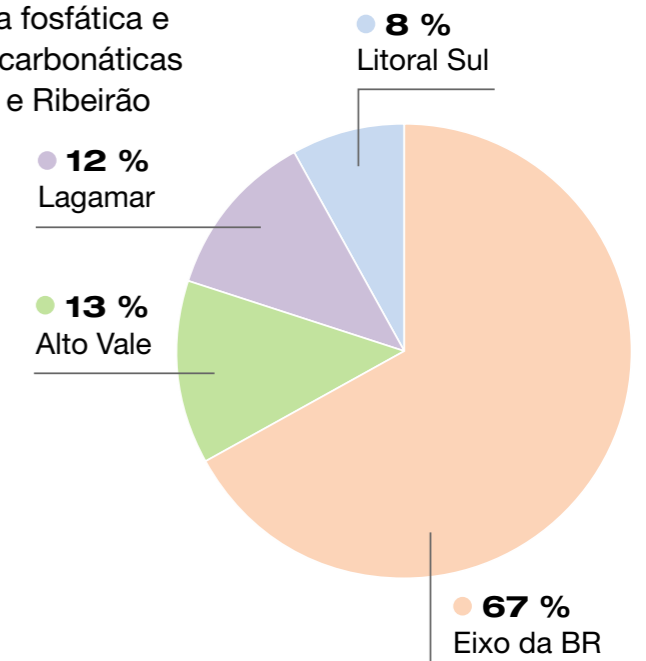
Minerações no Vale do Ribeira



- Cerca de **90 empreendimentos** em operação.
- Predominam minerações de escala de produção de **pequeno e médio porte**.
- Os únicos três grandes empreendimentos minero-industriais correspondem ao **complexo minero-químico em Cajati** (produção de rocha fosfática e derivados e cimento) e as minas de rochas carbonáticas associadas às fábricas de cimento de Apiaí e Ribeirão Grande.

Empreendimentos de mineração - %

- No comparativo entre a distribuição dos títulos indicativos de **áreas portadoras de depósitos** e **áreas com empreendimentos de mineração**, amplia-se a importância do Eixo da BR.

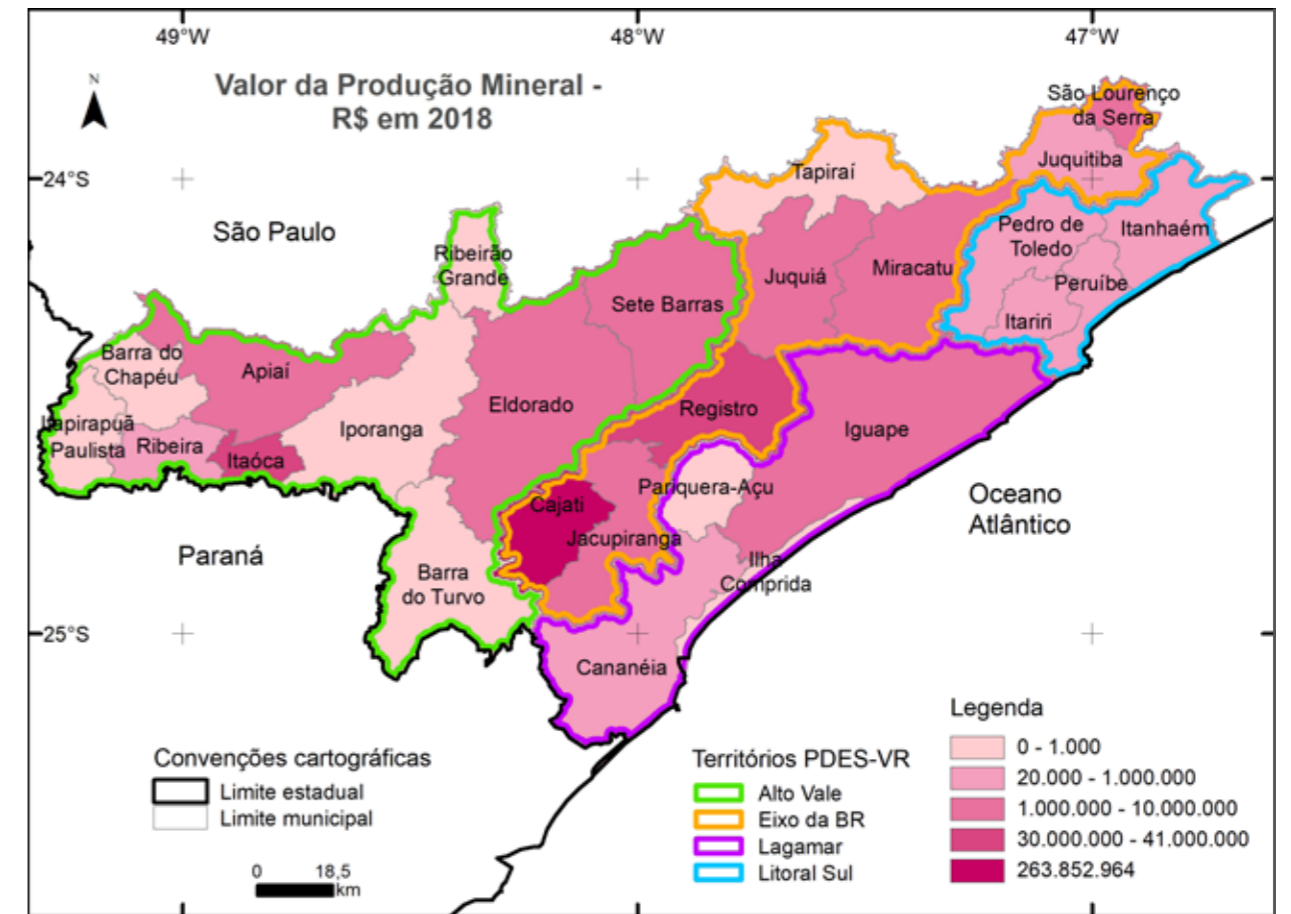


Dimensão Econômica da Atividade Mineral

• O **Valor da Produção Mineral - VPM** nos territórios do PDES foi de **R\$ 371.064.302,45** em 2018, o que representou cerca de **8,6 %** do totalizado no Estado de São Paulo.

• A **CFEM** (“royalties da mineração”) arrecadada foi de **R\$ 6.817.959,81**, equivalendo a **13,6 %** do montante estadual.

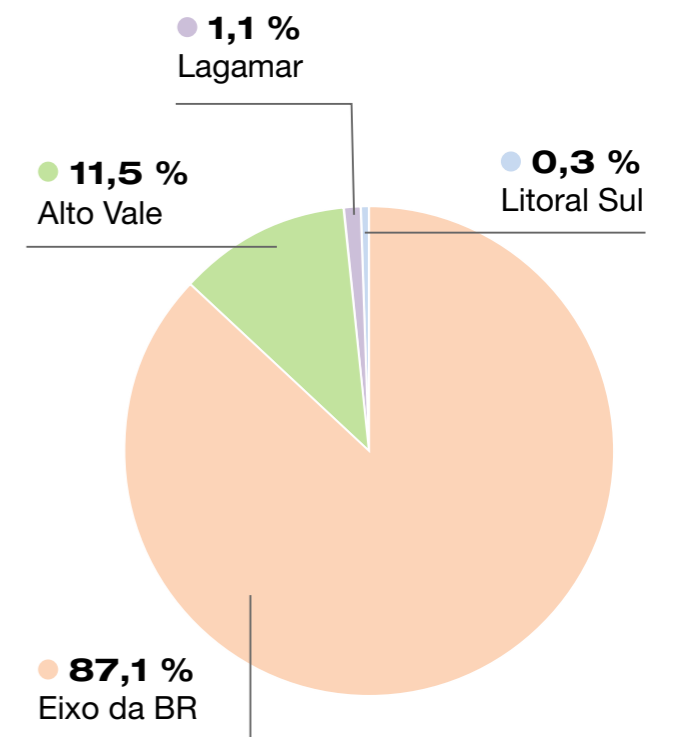
Município	Valor da Produção Mineral em R\$* (2018)	Valor da CFEM Arrecadação em R\$* (2018)	Valor da CFEM Destinado ao Município em R\$** (2018)
Apiáí	1.229.648,66	85.589,66	51.353,80
Barra do Chapéu	-	-	-
Barra do Turvo	-	-	-
Eldorado	2.773.680,62	25.343,24	15.205,94
Iporanga	-	-	-
Itaóca	31.442.009,40	732.577,53	439.546,52
Itapirapuã Paulista	-	-	-
Ribeira	349.761,09	7.170,79	4.302,47
Ribeirão Grande	-	4.779,81	2.867,89
Sete Barras	7.002.544,39	81.136,72	48.682,03
Cajati	263.852.964,05	5.425.637,67	3.255.382,60
Jacupiranga	5.946.916,65	63.949,81	38.369,89
Juquiá	1.372.575,66	13.238,45	7.943,07
Juquitiba	121.079,40	2.331,82	1.399,09
Miracatu	8.381.553,42	10.501,78	6.301,07
Registro	40.158.541,69	251.435,38	150.861,23
São Lourenço da Serra	3.269.884,29	38.391,66	23.035,00
Tapiraí	254	441,43	264,86
Cananéia	43.580,15	830,42	498,25
Iguape	4.027.970,83	39.373,21	23.623,93
Ilha Comprida	-	-	-
Parquera-Açu	-	830,22	498,13
Itanhaém	223.680,00	1.792,18	1.075,31
Itariri	707.062,15	11.029,44	6.617,66
Pedro de Toledo	136.560,00	2.877,08	1.726,25
Peruibe	24.036,00	18.701,51	11.220,91
Total:	371.064.302,45	6.817.959,81	4.090.775,89
Estado de SP	4.320.883.640,00	50.358.584,28	30.215.150,57



VPM - 2018

• O VPM concentra-se nos territórios do Eixo da BR e no Alto Vale, que comercializaram em 2018, respectivamente, **87,1 %** e **11,5 %** do valor total da região.

• O restante, pouco mais de **1 %** do valor produzido, se dá nos municípios dos territórios de Lagamar e Litoral Sul.



- A atividade de mineração, em termos de valores de produção, concentra-se em três classes de substâncias minerais: **fosfato, rochas carbonáticas e areia e cascalho.**

- **O grupo de bens minerais em produção é mais limitado do que a variedade de substâncias com depósitos identificados. Isto indica a possibilidade de diversificação da produção de bens minerais na região.**

- Essa mesma discrepância pode ser constatada entre o montante de depósitos identificados e o número de empreendimentos em operação. Os 90 empreendimentos em operação representam apenas 20 % dos depósitos identificados e menos da metade (48 %) das áreas com títulos autorizados para lavra, o que sinaliza que a atividade produtiva está aquém da dotação mineral da região.

Fatores estruturais e empresariais que podem influenciar o descompasso entre a dotação mineral e a atividade produtiva na região:

- **Restrições ambientais e dificuldade no processo de licenciamento ambiental**
- **Limitações econômicas e gerenciais do empreendedor**
- **Acesso a tecnologias de lavra e beneficiamento dos minérios**
- **Infraestrutura deficiente para escoamento da produção**
- **Condições de mercado**
- **Bloqueio de reservas por motivos especulativos**



Essas fragilidades do setor constituíram alguns dos temas levados para a discussão no Fórum Mineral e são desafios a serem superados para a dinamização da cadeia produtiva de base mineral na região.

Fórum Mineral no Vale do Ribeira

Como o objetivo de promover uma ampla discussão sobre as perspectivas da cadeia produtiva de base mineral na região, destacando-se:

- Sua diferenciada e importante **dotação mineral para o Estado de São Paulo** e como a otimização do aproveitamento de seus recursos minerais pode contribuir pela melhoria da qualidade de vida da população do Vale do Ribeira, com a geração de empregos, renda e tributos.
- A necessidade precípua do **desenvolvimento sustentável da atividade mineral**, conciliando-a com a história, tradições e valores culturais, com outras vocações econômicas e com a preservação do notável patrimônio ambiental da região.
- A interação e o estreitamento dos elos de confiança de todos os atores - **públicos, privados e da sociedade civil** que interagem na cadeia produtiva de base mineral na região e no Estado de São Paulo.
- **Visão de futuro da mineração no Vale do Ribeira:** principais desafios e ações público-privadas para a implementação de uma mineração com ganhos efetivos para a população da região, de elevado padrão tecnológico e integrada aos preceitos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da ONU, gerando benefícios sociais, econômicos e ambientais, e geridos por uma governança representativa dos interesses e anseios da população local.
- A mineração como um **vetor de desenvolvimento regional** e a sua inserção qualificada dentro das ações do Programa Vale do Futuro.

Fórum de mineração no Vale do Ribeira

“Dos sonhos do passado às realizações do futuro”

O evento foi organizado pela equipe técnica do IPT, juntamente com:

- Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e;
- Secretaria de Desenvolvimento Regional

Os resultados do Fórum Mineral foram registrados na publicação:

Documento - Síntese: Visões, desafios e protagonistas



Crédito foto: Hércio Akimoto.

Resultados do Fórum de Mineração

Referências obtidas no processo participativo que deverão balizar a formulação de uma política para a Mineração do Futuro no VR

- **Mineração do Futuro deverá ser sustentável:** o desenvolvimento da atividade deverá necessariamente estar alinhado com a preservação do patrimônio ambiental da região, gerando ganhos socioeconômicos para a população local e devidamente harmonizada com as comunidades de seus entornos (licença social).
- **Elevação do patamar tecnológico dos empreendimentos:** para agregação de valor dos produtos minerais, maior controle e minimização dos impactos ambientais e redução na geração de resíduos.
- **Disponibilização e disseminação de informações:** divulgação da atividade para a população, aumento do entendimento e conhecimento por parte dos gestores públicos municipais, bem como a disponibilização aos empreendedores e profissionais do setor de uma ampla base de dados que contemple aspectos sobre a geologia e disponibilidade de recursos minerais, conjunto de boas práticas de mineração e dados de impactos e passivos ambientais.
- **Lacunas do conhecimento:** integração do aparato estadual de ensino, pesquisa e inovação para ações estratégicas dirigidas à ampliação do conhecimento na região, com a capacitação de mão de obra e do desenvolvimento de tecnologias para a aplicação local.
- **Melhoria da infraestrutura:** necessidade de malha viária compatível com as demandas de escoamento da produção mineral, bem como energia e telecomunicações disponíveis para alavancar os negócios na região.
- **Aprimoramento das estruturas de governo:** celeridade no processo de licenciamento, fortalecimento da fiscalização e integração da mineração dentro da política estadual de meio ambiente, adequação da legislação existente, envolvimento das prefeituras e fortalecimento da unidade estadual de gestão do setor mineral.
- **Programas de suporte e fomento:** financeiro e capacitação empresarial.

6.2

Produção Rural

O legado do Fórum Mineral se traduz num compromisso de construção de uma política mineral sustentável, mobilizando todos os atores envolvidos, estruturada em um plano propositivo que considere o desenvolvimento socioeconômico da região com a sustentabilidade necessária para melhorar o padrão de vida da população.

Esse legado inicia-se com a implementação de uma agenda - **“Agenda Mineral do Vale do Ribeira”** - com as seguintes ações assumidas:

Agenda Mineral do Vale do Ribeira

- **Constituir uma comissão para a formulação de uma política mineral para a região do PDES-VR** - estabelecendo um roteiro de ações de curto e médio prazo que dinamize a atividade mineral local, em bases sustentáveis;
- **Estimular a elaboração do Ordenamento Territorial Geomineiro - OTGM** - com o objetivo de subsidiar os agentes públicos, especialmente os locais, para a inserção da atividade mineral nos planos de ordenamento territorial (caso dos Planos Diretores Municipais), de forma a conciliar a otimização do aproveitamento dos recursos minerais com a preservação ambiental e as demais vocações locais;
- **Dinamizar a interação entre os atores do setor para a instituição de um Arranjo Produtivo Local - APL de base mineral no Sul Paulista** - contemplando as regiões do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema;
- **Fomentar a recriação do Conselho Estadual de Geologia e Mineração** - órgão consultivo, permanente, na Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, que terá dentre os seus objetivos a formulação das diretrizes e metas da política mineral do Estado de São Paulo.



A produção rural tem potencial de contribuir, direta ou indiretamente, para todos os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos na Agenda 2030 universal.

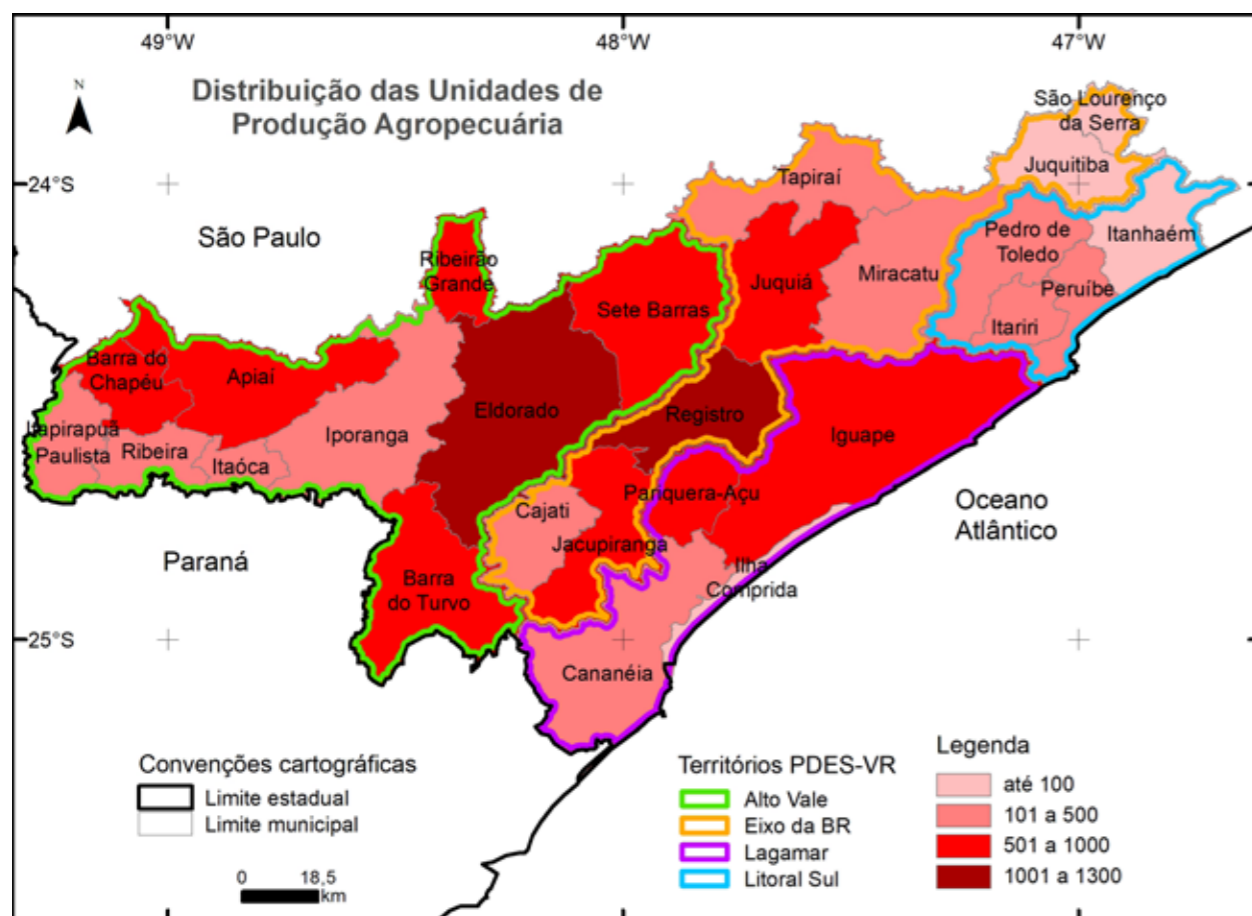


Está diretamente ligada aos Objetivos **2, 11, 12 e 15**.



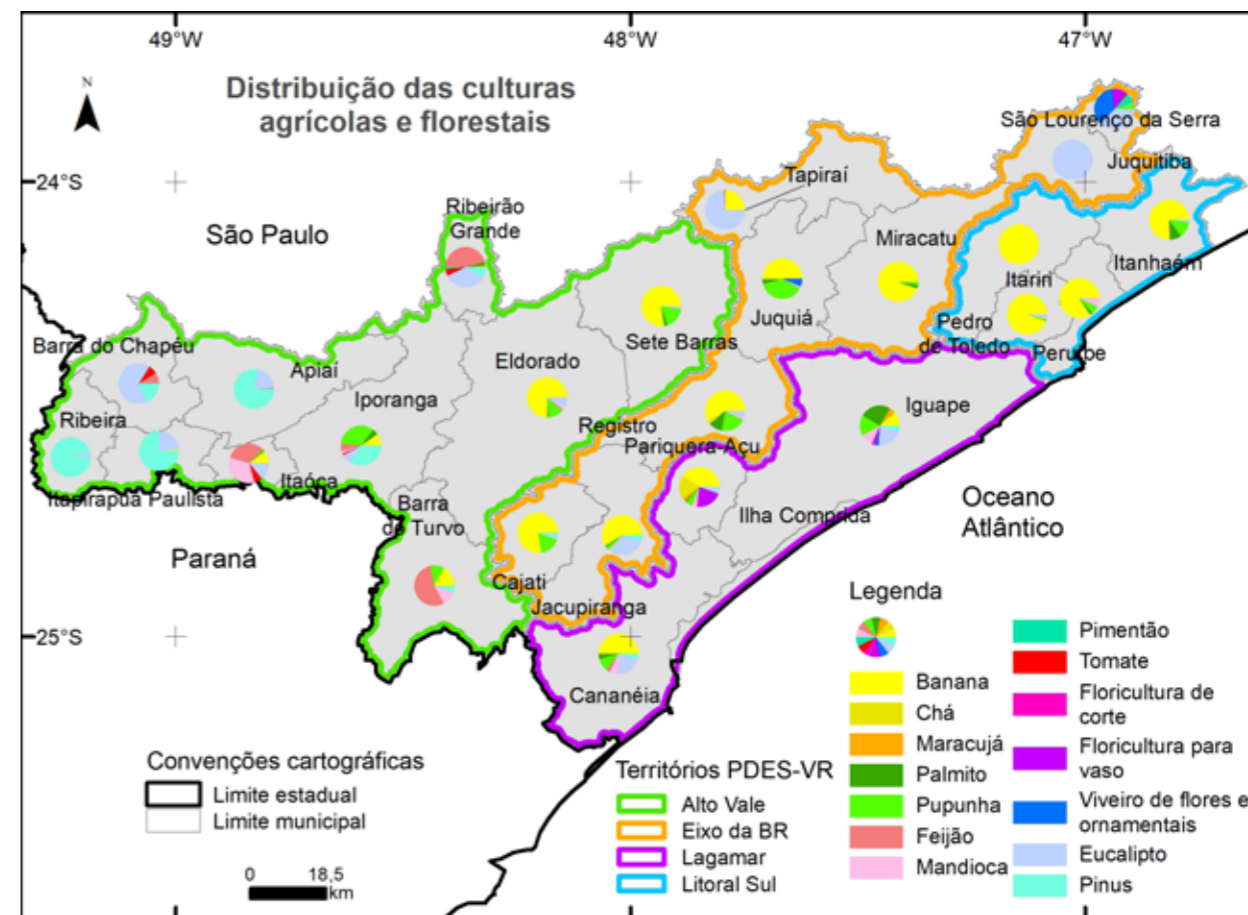
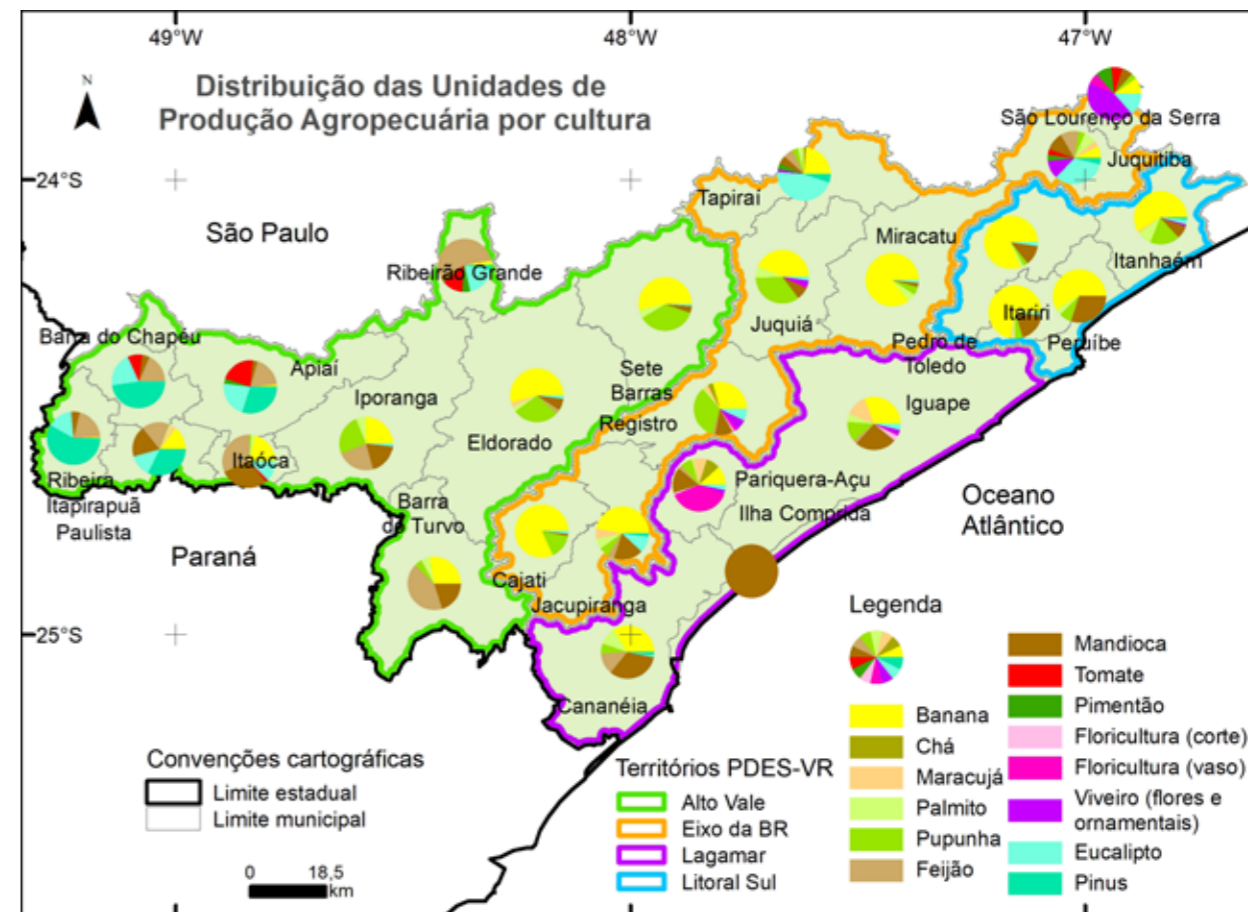
Produção Rural no Vale do Ribeira

O território do Alto Vale tem a maior participação de Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) da área do PDES-VR, em número e área total.

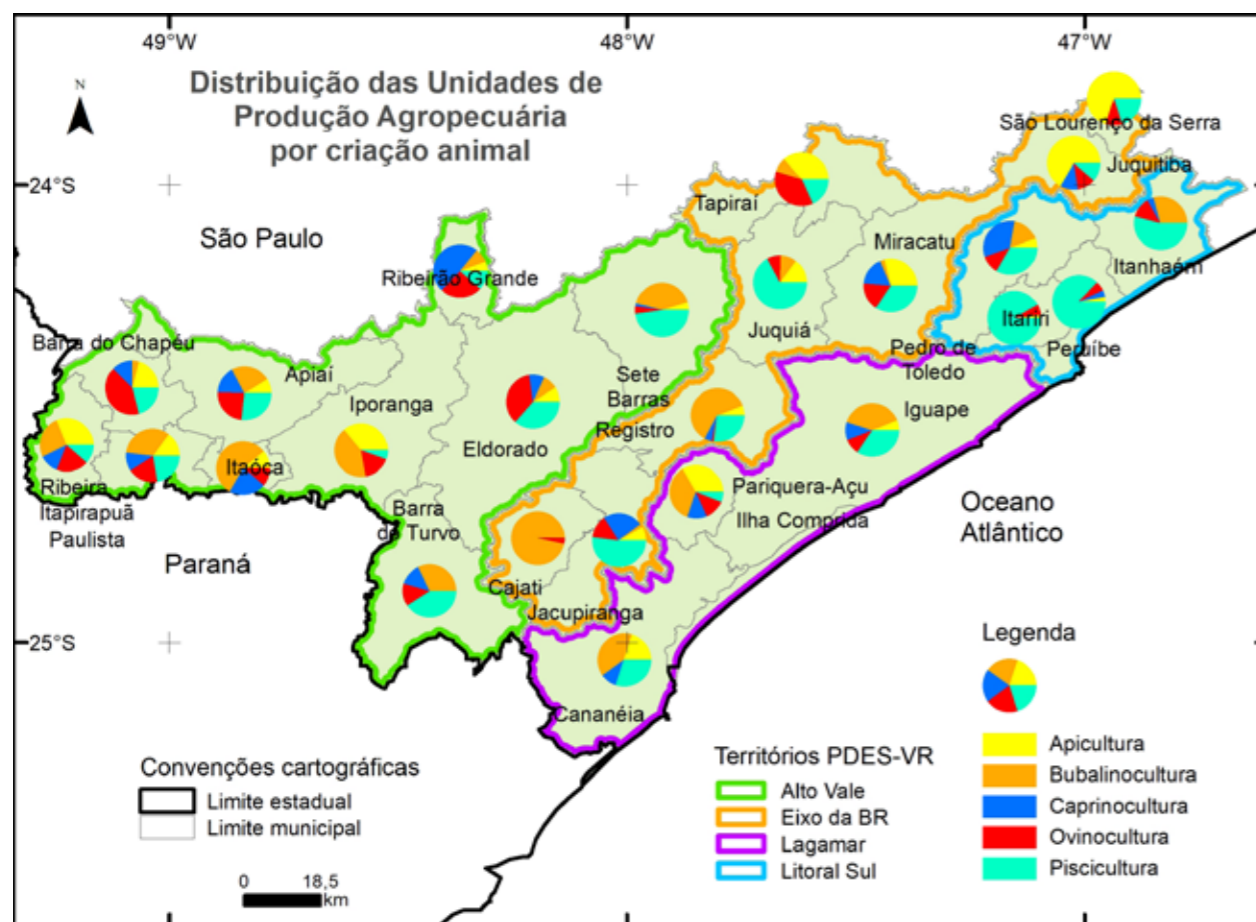


A principal cultura é a banana, presente em 30 % do total de UPAs; porém em área cultivada cai para 2ª lugar, atrás do pinus, que detém 38 % da área total cultivada.

Outras 13 culturas agrícolas e florestais, além da banana, são importantes para a área de estudo, sendo relevantes dependendo do território analisado, o que aponta para a oportunidade de consolidar a diversificação da produção agrícola e florestal na região, com o aumento de apoio e investimento.



Quanto às criações animais, apesar da importância da bubalinocultura, representando a maioria do rebanho da área de estudo (75 %), a piscicultura, a apicultura, a caprinocultura e a ovinocultura completam a diversidade da criação animal da região.



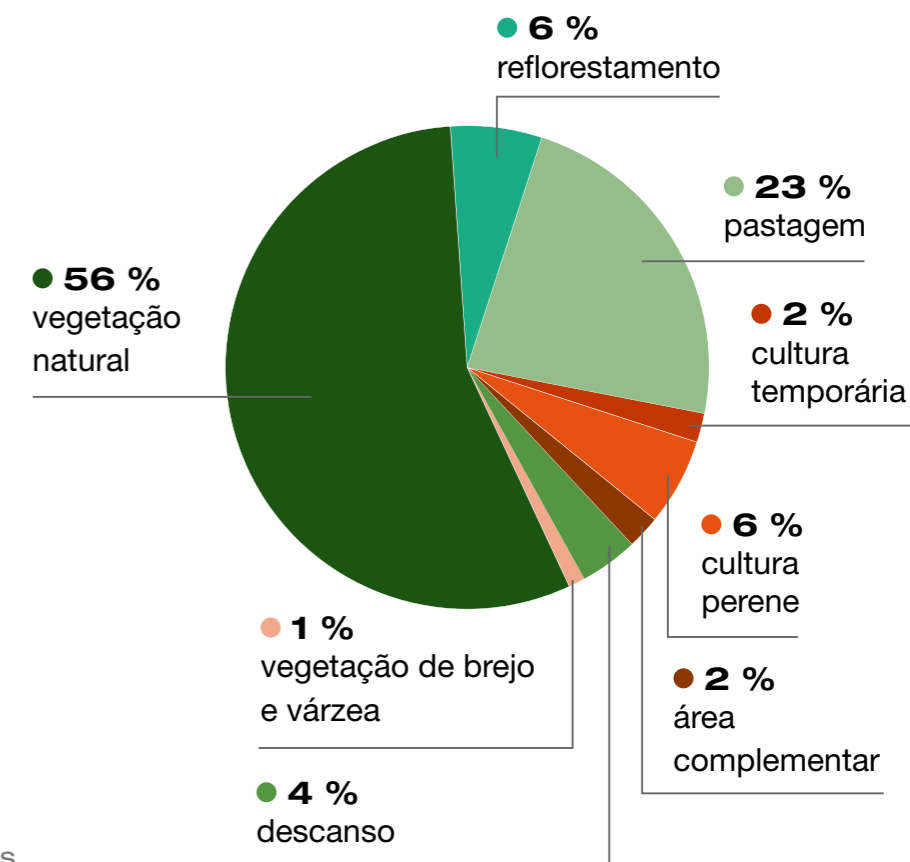
A diversidade de culturas agrícolas e florestais, assim como de criações animais, é importante para a resiliência dos produtores rurais, principalmente para enfrentar crises como a atual crise sanitária e econômica ocasionada pela COVID-19. Essa questão é especialmente importante, pois agrava a já deficiente situação econômica, afetando a renda e o emprego na região.

Vegetação Natural nas UPAs

A grande participação da vegetação natural na área total das UPAs da região aponta para a oportunidade de desenvolver atividades econômicas associadas à conservação desta vegetação, como apicultura, meliponicultura, turismo e produção florestal não madeireira (ex.: sementes, frutos, plantas medicinais).



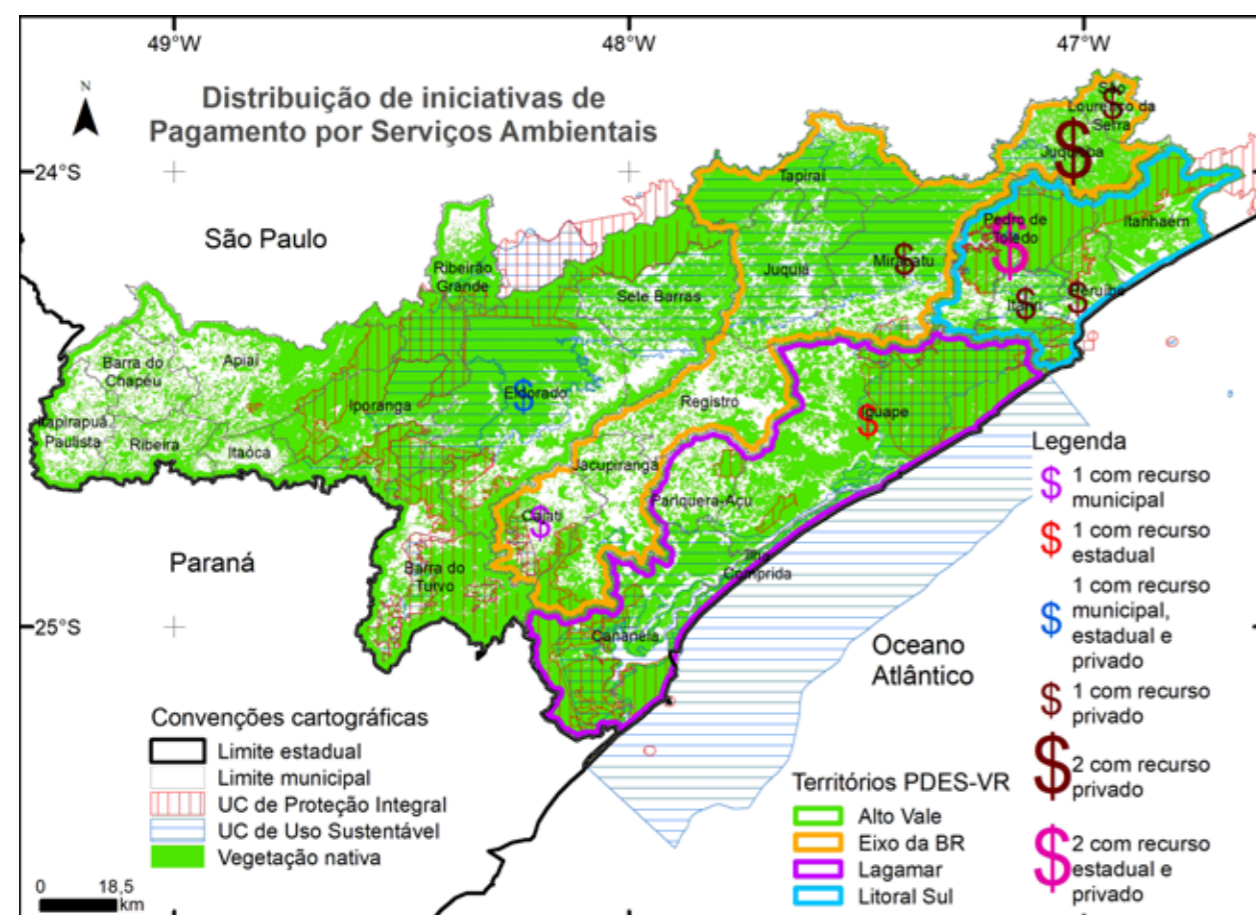
Distribuição da Área Total das 12.045 UPAs na Região do PDES-VR



Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA. Dados consolidados municipais 2016/2017.

Iniciativas de Pagamento por Serviços Ambientais

Os Programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) são alternativa de agregação de valor à vegetação nativa presente nas propriedades rurais, em área excedente às de preservação permanente e de reserva legal, obrigatórias segundo o código florestal vigente. Sua implantação na região é recente, o que aponta para a necessidade de ampliação de tais programas para beneficiar mais produtores rurais e ser, de fato, mais uma fonte de renda importante.



Os programas vigentes na região agregam valor à vegetação nativa, a práticas conservacionistas (solo e água) e a sistemas produtivos com maior armazenamento de carbono.

Iniciativas de Pagamento por Serviços Ambientais identificadas no Vale do Ribeira

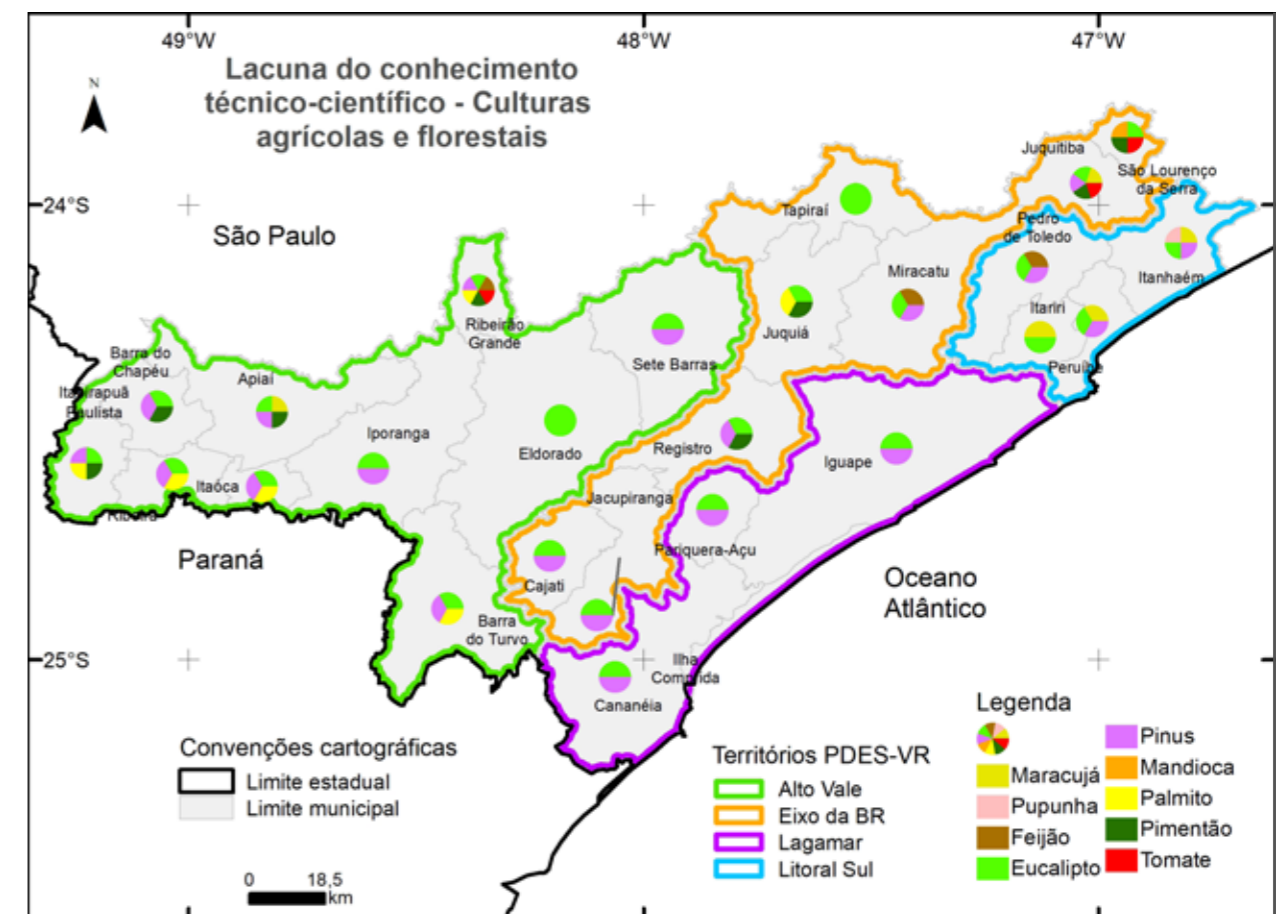
Iniciativa	Atividade contemplada	Beneficiários
Projeto Conservador das Águas (2009)	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção de práticas conservacionistas de solo. • Aumento da cobertura vegetal. • Implantação do saneamento ambiental. 	Proprietários rurais de Cajati (implantação por sub-bacia hidrográfica).
Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (2010)	A ser definido por decreto municipal (Eldorado).	A ser definido por decreto municipal (Eldorado).
Crédito Ambiental Paulista/ RPPN – CAP/RPPN (Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural) (2013)	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação de remanescentes de vegetação nativa na RPPN por meio da execução de medidas de proteção com o objetivo de manter a área livre de fatores de degradação que possam comprometer a sua integridade. • Plantio de mudas de espécies nativas de ocorrência regional e execução de ações que favoreçam a regeneração natural da vegetação nativa visando a recuperação de áreas degradadas no interior da RPPN. 	Proprietários de áreas privadas reconhecidas como Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN, localizadas no Estado de São Paulo. RPPN Serra dos Itatins (Iguape): selecionada no 1º Edital de Chamada Pública do CAP/RPPN (EDITAL nº 01/2013/CAP/RPPN) de 2013.

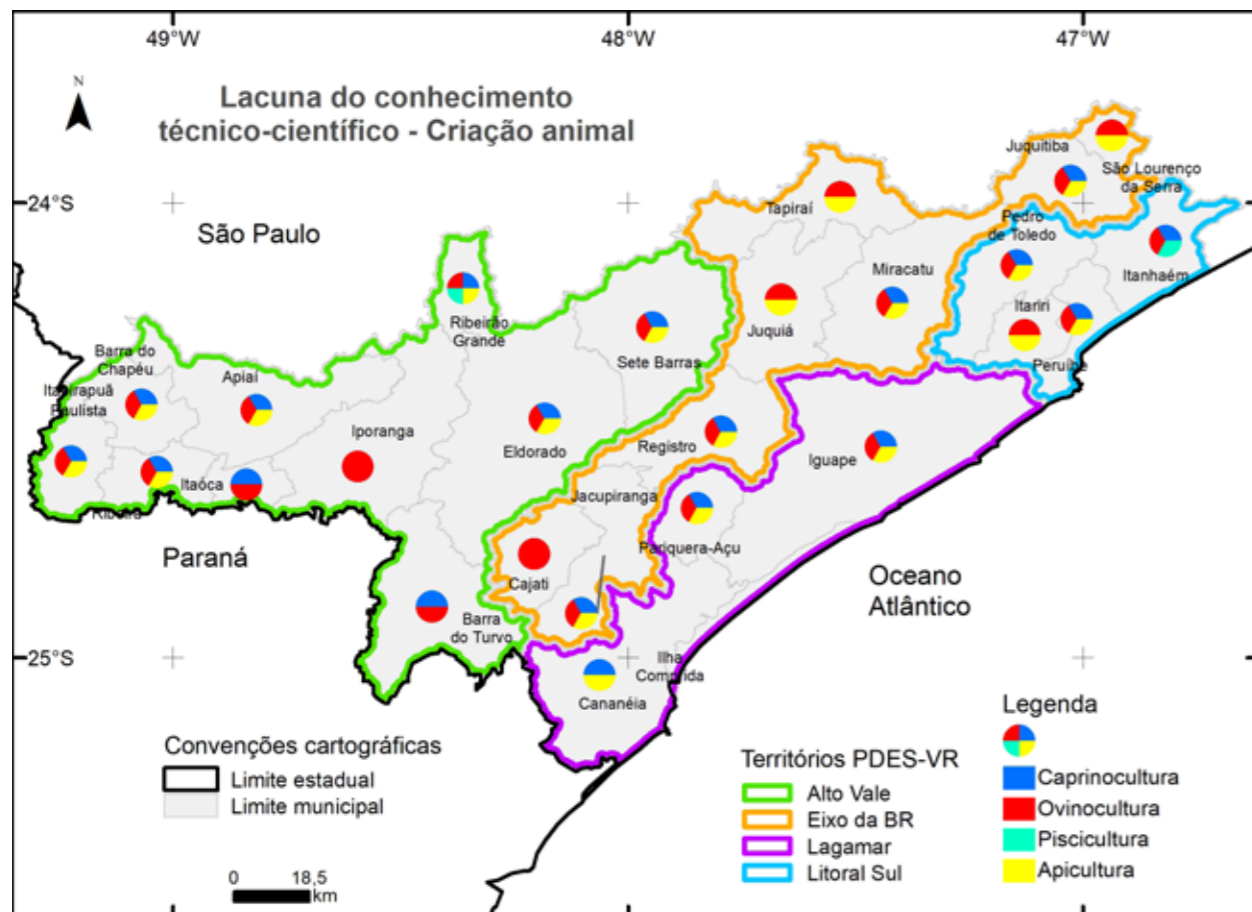
Iniciativa	Atividade contemplada	Beneficiários
Projeto Conexão Mata Atlântica – “Recuperação de Serviços de Clima e Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica Brasileira” (2018)	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação das florestas privadas existentes. • Restauração ecológica das florestas privadas nativas. • Conversão produtiva de pastagens e terras degradadas para usos alternativos da terra com maior armazenamento de carbono. 	Proprietários de terras privadas de Peruíbe, Miracatu, Itariri, Pedro de Toledo e Jucituba na Zona de Amortecimento do Núcleo Itairu do PESH (Editais de Seleção Pública PSA nº 003/2018 e nº 006/2018, que não incluem Jucituba).
Projeto Pagamento por Serviços Ambientais – PSA Mata Ciliar (2017)	<p>Ações de curto prazo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação de cerca • Implantação de aceiro, com largura mínima de 3 (três) metros • Plantio de espécies fixadoras de nitrogênio para adubação verde nas áreas a serem restauradas. 	Pequenos produtores rurais (até quatro módulos fiscais), que possuam áreas ciliares e/ou fragmentos de vegetação nativa sucessora com potencial de regeneração natural e que necessitem de ações de proteção para o controle de fatores de degradação e ameaças, especialmente pela presença de animais de criação e risco de incêndio. (Edital de chamamento público nº 01/2017).

Fonte: Cajati (2009); Eldorado (2010); São Paulo (2013; 2014); Fundação de empreendimentos científicos e tecnológicos (2018a; 2018b); São Paulo (2017).

Conhecimento Técnico-Científico da Produção Rural do Vale do Ribeira

A análise do conhecimento técnico-científico acumulado da área agropecuária e florestal, juntamente com a atual presença de cultivos agrícola e florestal e de criação animal nas UPAs, indica que há lacunas de conhecimento para muitas das culturas e criações animais importantes para a região; assim, torna-se necessário o investimento em pesquisa em todas as culturas e criações animais da região, com maior urgência para culturas florestais (principalmente para o pinus) e, no caso das criações animais, para a caprinocultura, ovinocultura e apicultura.

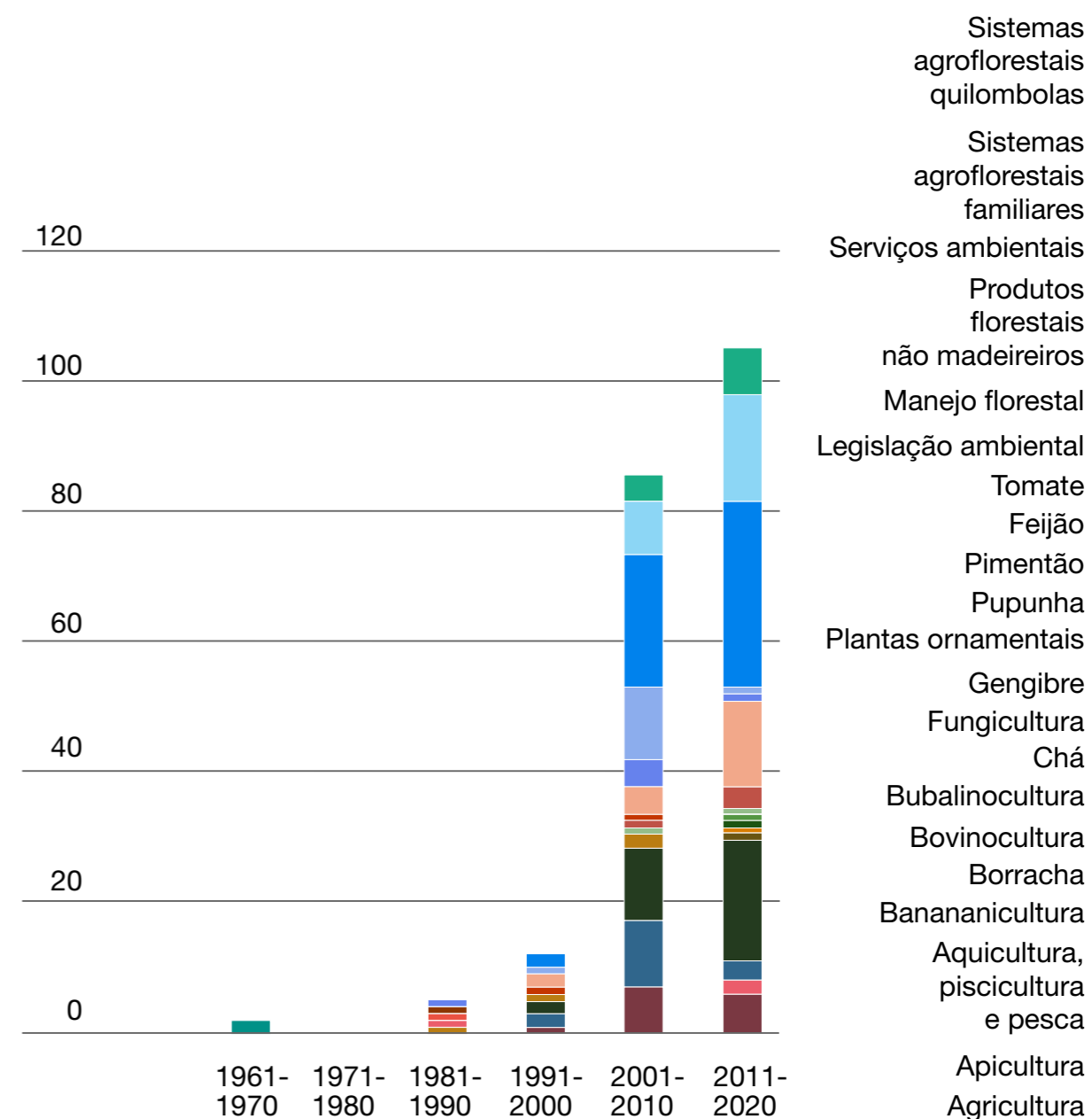


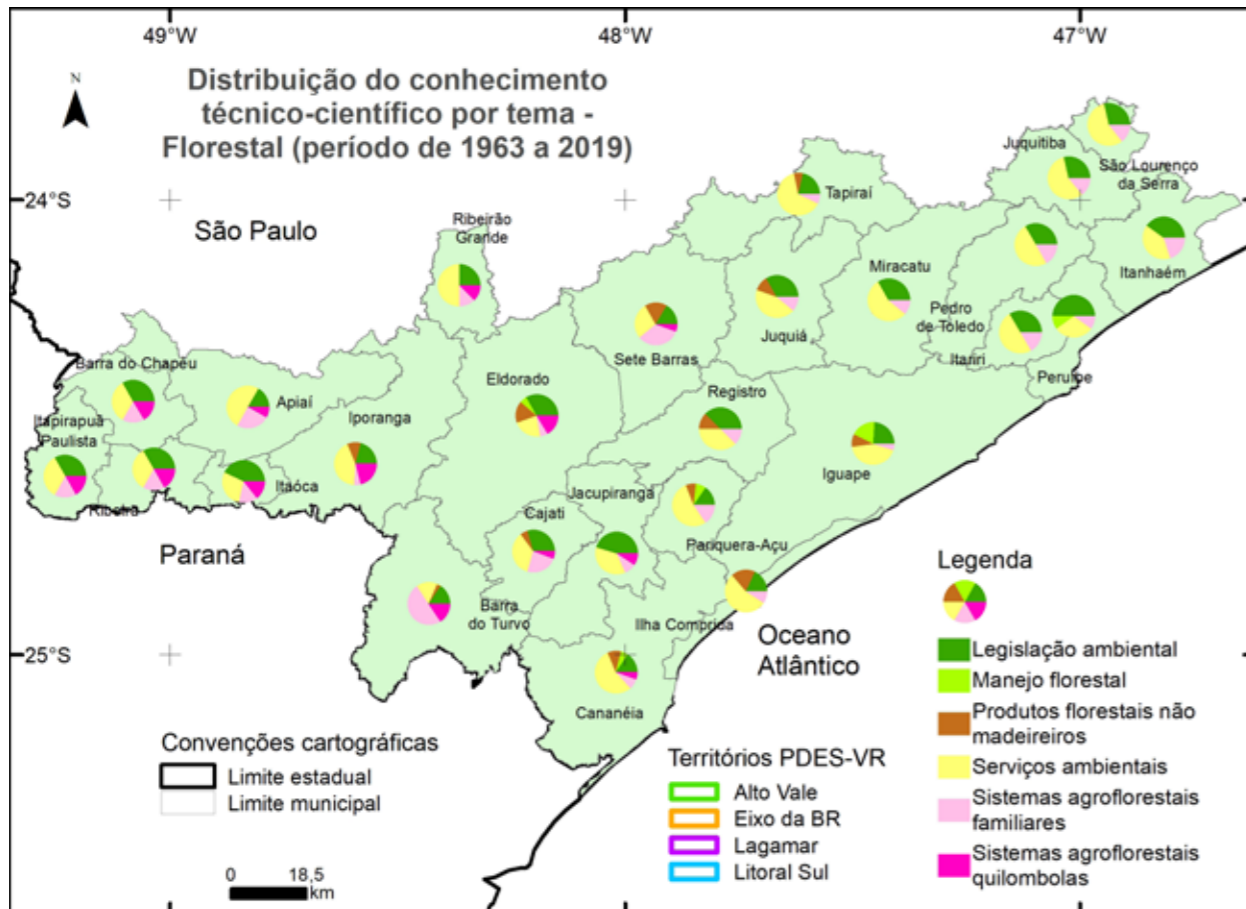
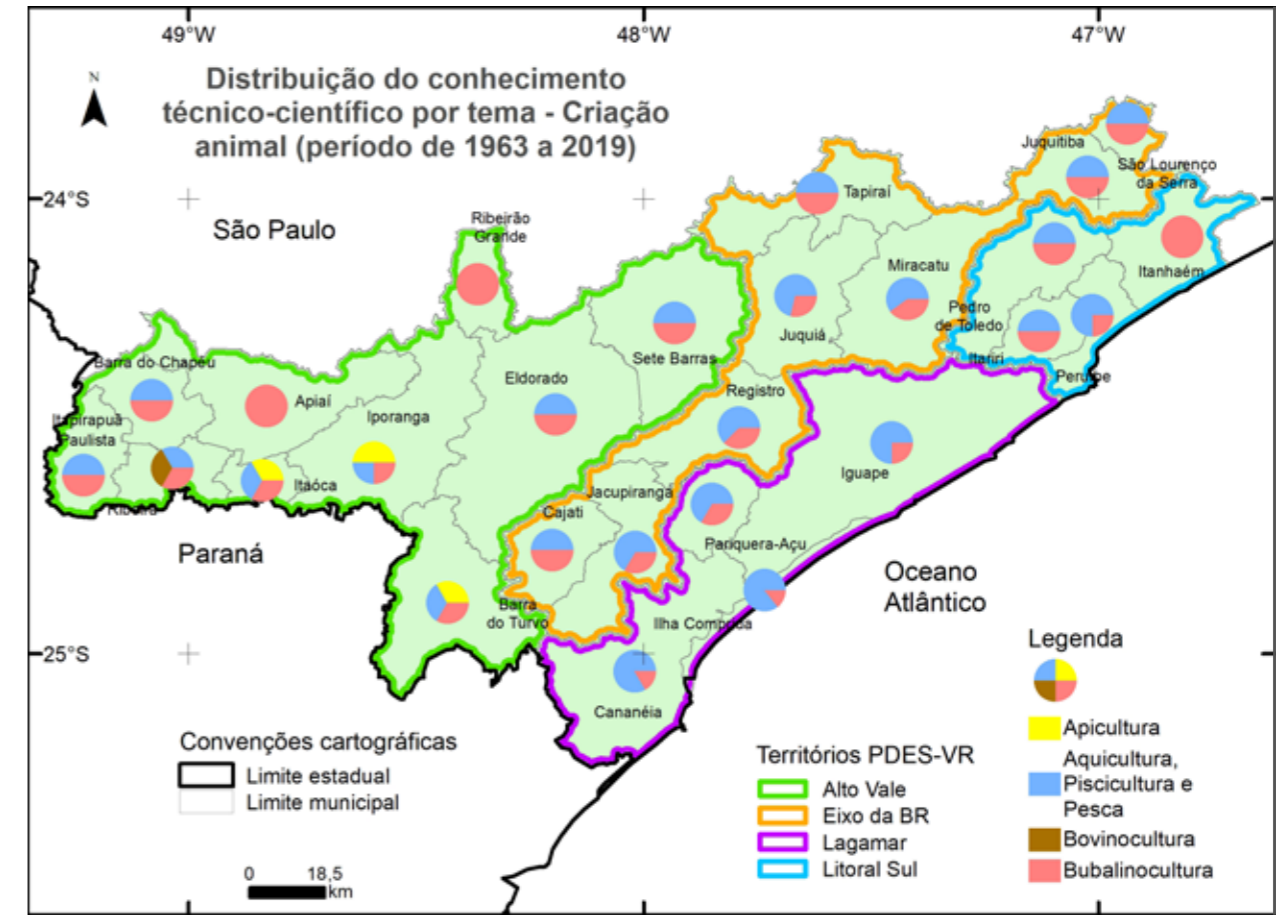
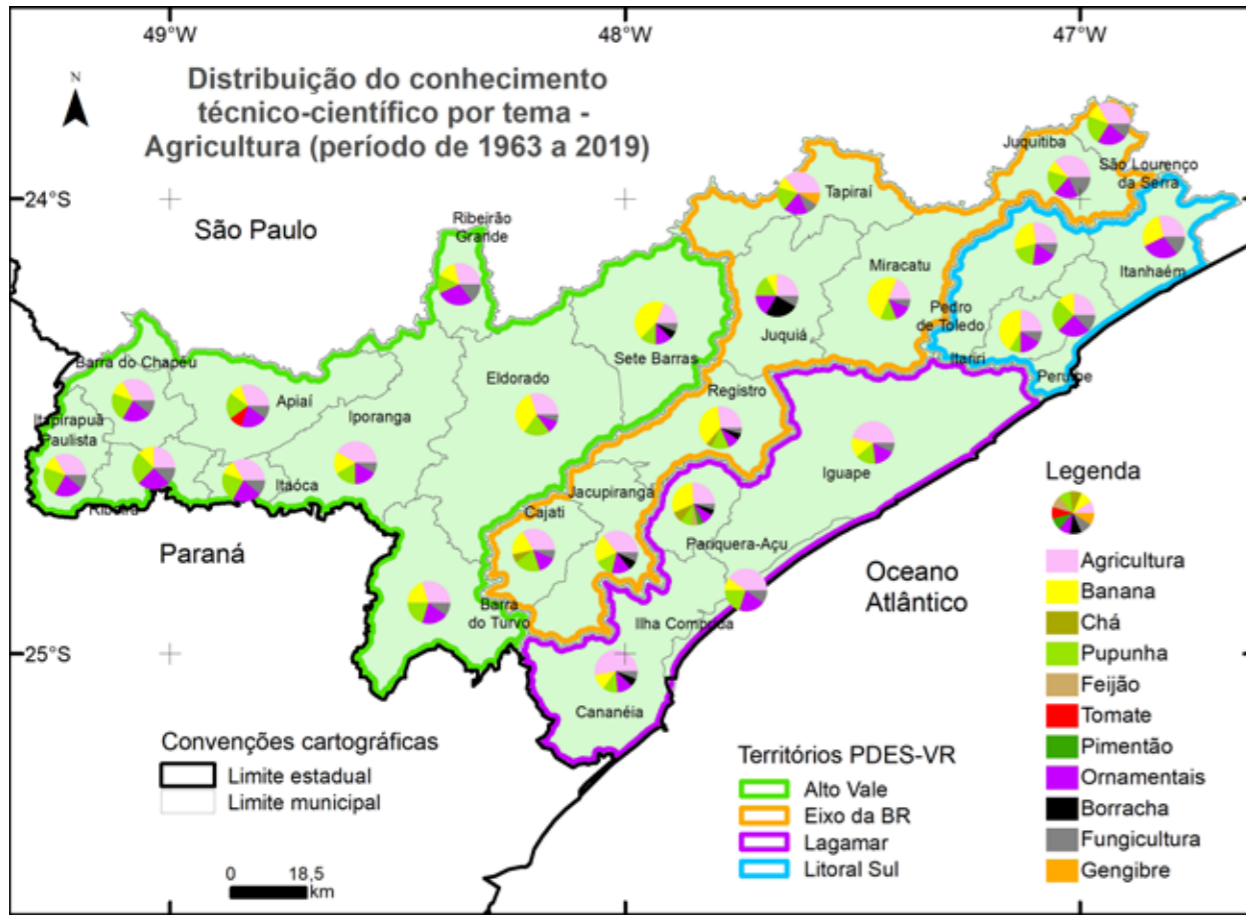


91 % dos estudos técnico-científicos levantados, foram realizados nos últimos 20 anos. O tema serviços ambientais foi o mais estudado na área de estudo, coerente com a grande área de vegetação nativa da região, protegida em unidades de conservação, que serve como área de estudo para muitos trabalhos sobre a fauna e flora, relacionados ao serviço ambiental conservação da biodiversidade. Tais estudos são importantes não só para embasar programas de PSA, como também para o desenvolvimento de novos produtos provenientes da biodiversidade. Dessa forma, os estudos devem se diversificar no sentido de aproveitar economicamente o potencial da biodiversidade para ser mais uma alternativa de desenvolvimento para a região.

Outros temas de estudos que merecem destaque são a bananicultura e os sistemas agroflorestais familiares, que, juntamente com o tema serviços ambientais, concentram **51 %** dos estudos realizados desde 1963. Esse resultado é coerente, pois a banana é a principal cultura agrícola da região, e os estudos sobre sistemas agroflorestais familiares, se referem principalmente aos realizados em assentamentos rurais presentes na região, contemplados com projetos de desenvolvimento rural, muitos deles com a implantação de sistemas agroflorestais.

Estudos Técnico-Científicos sobre a Produção Rural do Vale do Ribeira





As principais recomendações e contribuições dos estudos levantados foram:

- Aliar produção rural com conservação ambiental;
- Contribuição para a melhoria da produção agrícola (manejo, tecnologia);
- Valorizar o conhecimento local sobre o uso dos recursos naturais; e
- Contribuições sobre atividades rurais alternativas para a geração de renda.

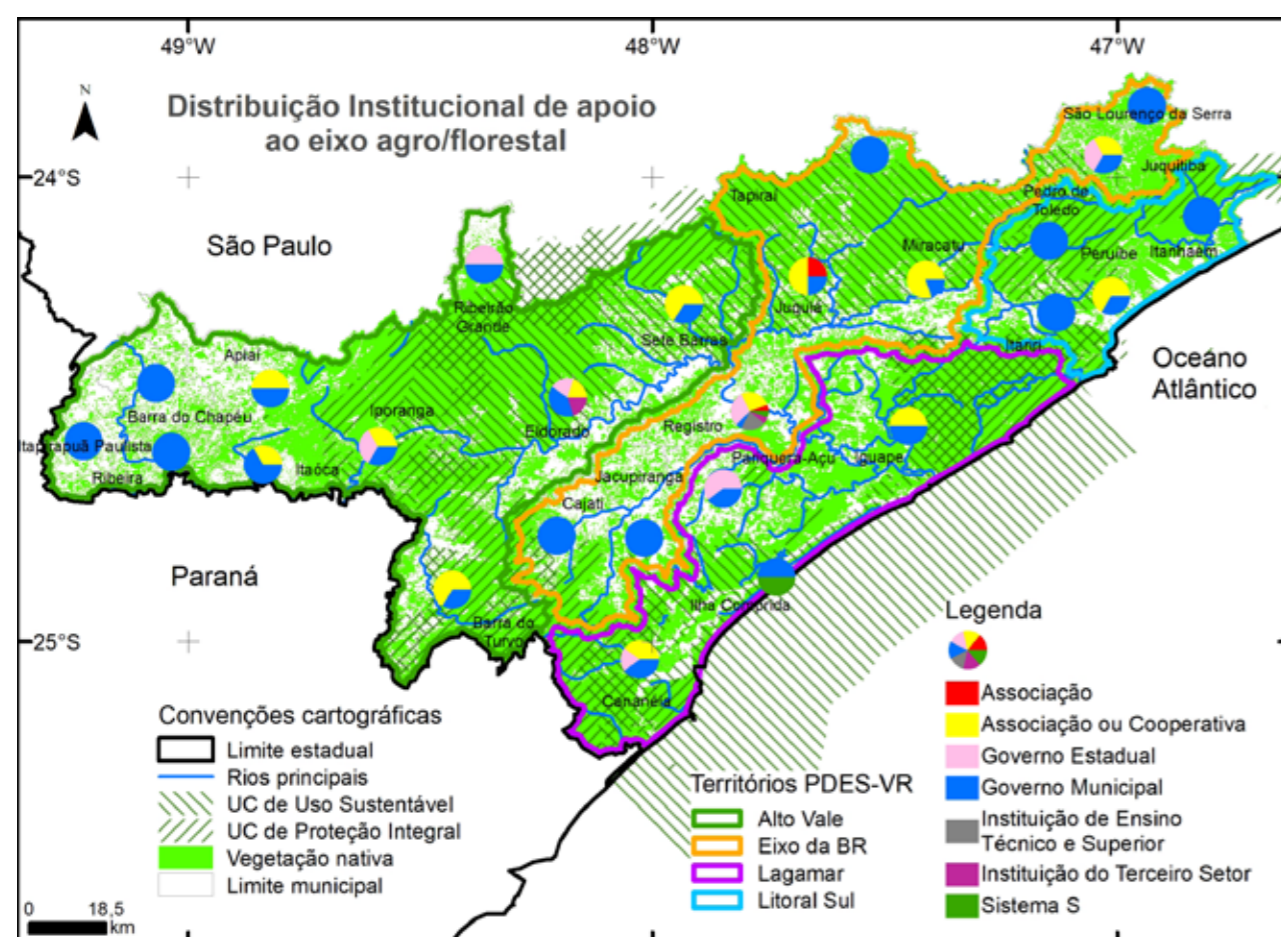
Tais recomendações e contribuições podem ser o ponto de partida para a discussão entre os atores governamentais e locais para a elaboração de uma agenda de desenvolvimento para a região, com a definição de ações, prazos e responsáveis para a sua implementação, nas diversas áreas, tais como: investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica; logística; comercialização; infraestrutura; formação de mão de obra; e organização de cadeias produtivas.

Instituições de Apoio à Produção Rural no Vale do Ribeira

O Vale do Ribeira possui apoio institucional em todo o seu território, seja em nível governamental estadual ou municipal, além da presença de associações e cooperativas que dão suporte à produção rural tanto na parte agropecuária e florestal, quanto na parte industrial. Destaca-se também a presença de instituições de ensino e pesquisa e instituições do terceiro setor, que colaboram com a formação e capacitação de pessoas e promovem pesquisas e ações técnicas que trazem melhorias a todos os elos da produção rural.

Destaca-se a presença dos seguintes órgãos do Governo Estadual na região:

- Secretaria de Agricultura e Abastecimento:
 - Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (Juquitiba e Registro);
 - Coordenadoria de Defesa Agropecuária (Registro);
 - Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio – APTA (Parquera-Açu);
 - Instituto de Pesca (Cananeia);
 - Instituto de Zootecnia (Registro).
- Sabesp (Registro).
- DAEE (Registro).
- Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente:
 - Fundação Florestal em diversas cidades, principalmente aquelas em que se encontram Unidades de Conservação (Eldorado, Iporanga, Parquera-Açu e Ribeirão Grande);
 - Cetesb (Registro).
- Secretaria de Justiça:
 - Itesp (Parquera-Açu).



Pelo Sistema S, o Sebrae (Registro) dá suporte a várias atividades, destacando-se o apoio às cadeias da bananicultura, palmito pupunha e da produção de laticínios, oriunda da criação de búfalos. O Senar (Ilha Comprida) desenvolve ações para a capacitação dos produtores rurais.

Destaca-se a presença das seguintes instituições de ensino técnico e superior na região:

- Unesp, com destaque para o curso de Agronomia (Registro);
- Instituto Federal de São Paulo, com cursos técnicos e de graduação (Registro);
- Etec, com cursos técnicos (Registro);
- Centro Universitário do Vale do Ribeira, com cursos de graduação e pós-graduação em várias áreas do conhecimento na modalidade presencial (Registro) e EAD, com Polos em diversos municípios do Vale do Ribeira.

Destaca-se a presença das seguintes instituições do terceiro setor na região:

- Instituto Socioambiental (Eldorado), com destaque para ações visando práticas sustentáveis da agricultura familiar praticadas por comunidades tradicionais, como os quilombolas e outros.
- Idesc (Registro), que desenvolve estudos, pesquisas e projetos visando o desenvolvimento sustentável da região.

Destaca-se a presença das seguintes associações e cooperativas na região:

- Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul (Codivar, com sede em Juquiá), que dá suporte a várias ações que vão além do eixo de produção rural, envolvendo melhorias sociais e econômicas da região;
- Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Registro (Aciar);
- Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Juquiá (Aciaju);
- Associação Pecuarista de Produtores de Leite do Vale do Ribeira (Proleite);
- Associação dos Bananicultores do Vale do Ribeira (Abavar);
- Associação dos Bananicultores de Miracatu (Abam);
- Cooperativa Agroindustrial do Alto Vale do Ribeira (Coopav);
- Cooperativa dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo, Adrianópolis e Bocaíuva do Sul (Cooperafloresta);
- Cooperativa de Produtores de Ostras de Cananeia (Cooperostr);
- Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira (Cooperquivale);
- COOPERCENTRAL Vale do Ribeira (Registro).

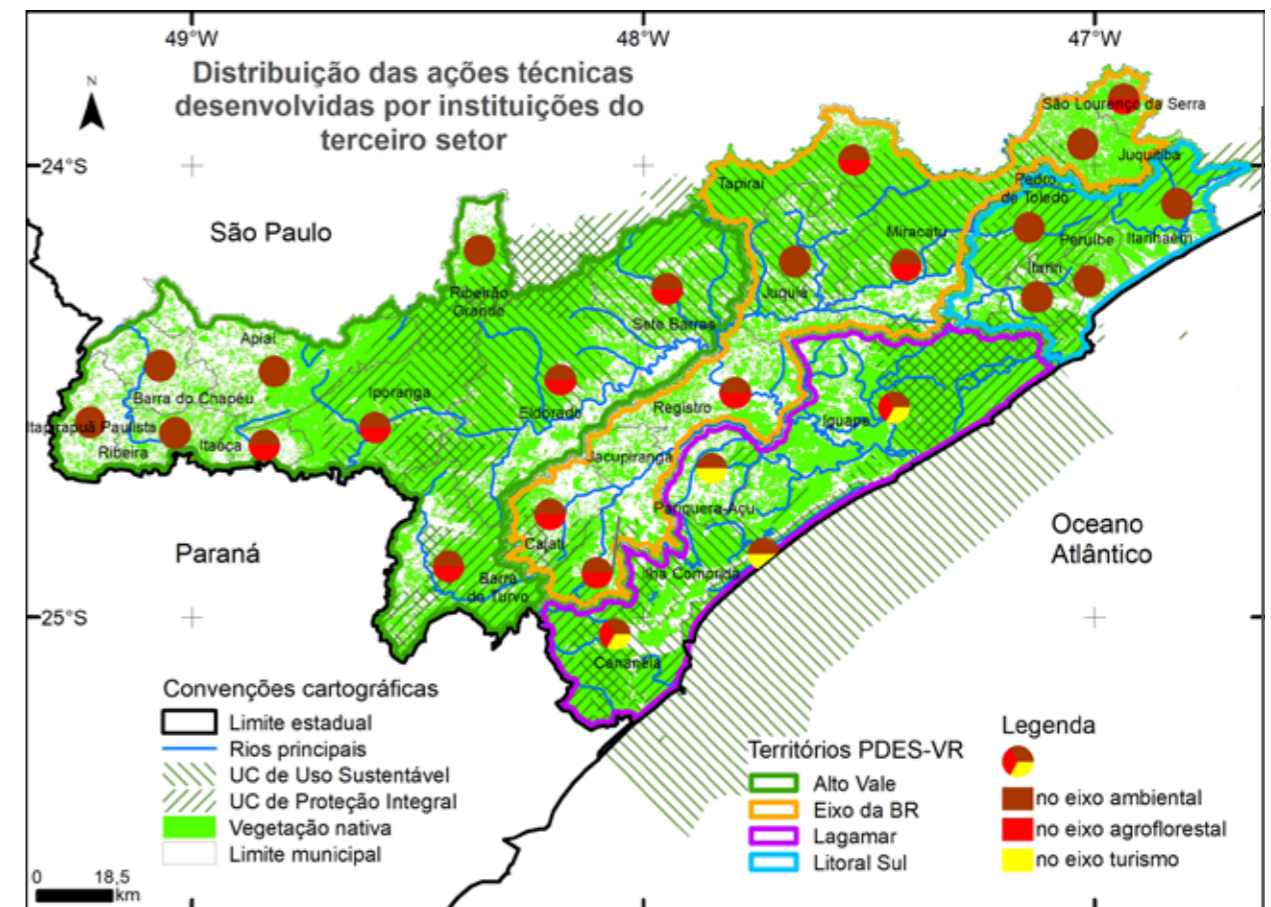
Destaca-se a presença dos seguintes sindicatos e associações rurais na região:

- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Apiaí;
- Colônias de Pescadores em Cananeia e Iguape;
- União de Mulheres de Peruíbe para Economia Solidária (Umpes);
- Liderança de Comunidade Tradicional Indígena (Peruíbe).

É importante destacar, ainda, que em todos os municípios do PDES-VR, existe pelo menos um departamento que dá suporte às atividades agrícolas, florestais e ambientais nas prefeituras, sendo que, em grande parte dos municípios, há Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, que dão suporte a essas atividades.

Ações Técnicas Desenvolvidas por Instituições do Terceiro Setor no Vale do Ribeira

Foram identificadas **15 iniciativas de ações técnicas**, ocorridas entre os anos 2000 a 2020, desenvolvidas por Instituições do Terceiro Setor nos municípios do Vale do Ribeira, que deram suporte e apoio às atividades agropecuárias e florestais, além de atividades ambientais e também ligadas ao turismo na região do PDES-VR.



Destacam-se alguns exemplos de atuação de Instituições do Terceiro Setor na região:

- **Instituto Socioambiental – ISA:** com escritório em Eldorado, é uma das instituições que desenvolvem trabalhos nos municípios, principalmente com as comunidades tradicionais, como as quilombolas. Um dos trabalhos recentes (2017) foi o Dossiê do Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira – SP, no qual participaram comunidades localizadas nos municípios Iguape, Cananeia, Eldorado, Jacupiranga, Iporanga e Itaóca.
- **Proter** em parceria com a **Unesp** campus de Registro, **Instituto Vidágua, IDESC e ISA:** em 2009 organizaram o Fórum de Desenvolvimento Agroflorestal e Serviços Ambientais do Vale do Ribeira, realizado em Registro, com a presença de diversos atores e instituições, discutindo a atividade agroflorestal e os benefícios que ela pode trazer ao meio ambiente, por meio dos serviços ambientais.
- **Cooperafloresta:** dá suporte à agricultura familiar quilombola de Barra do Turvo e em municípios da porção paranaense do Vale do Ribeira. Com o apoio do Edital Petrobrás Ambiental, desenvolveu, nos anos de 2018 e 2019, projetos de implantação de sistemas agroflorestais, capacitação e intercâmbio de produtores rurais da agricultura familiar, quilombola e indígena; e de educação ambiental, com alunos da rede pública.
- **IDESC:** no ano de 2006 elaborou o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira, com a participação de diversos atores e instituições presentes na região. Realizou a 1ª Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira, que reuniu cerca de 300 pessoas, entre delegados e convidados, representando os 32 municípios do território do Vale do Ribeira, nos estados de São Paulo e Paraná.
- **Iniciativa Verde:** nos anos de 2018 e 2019 levou, para os municípios de Barra do Turvo e Jacupiranga, o Projeto “Plantando Águas”, que visa à adequação ambiental de propriedades rurais, contemplando ações de saneamento básico e implantação de sistemas agroflorestais em propriedades localizadas no entorno do Mosaico de UCs do Jacupiranga.
- **SOS Mata Atlântica:** desenvolveu e apoiou vários projetos na região do Vale do Ribeira, no período de 1995 a 2005, como:
 - Criação do **Polo Ecoturístico do Lagamar**, com o objetivo de fomentar o turismo nos municípios de Iguape, Ilha Comprida, Cananeia e Pariquerã-Açu.

- **Meu Mundo de Educação Ambiental**, com o objetivo de levar a educação ambiental aos estudantes das escolas públicas estaduais do Vale do Ribeira.

- **Programa Lagamar - Observando o Ribeira**, também voltado à educação ambiental, com alunos de escolas públicas da rede estadual do Vale do Ribeira.

- Criação do **Centro Tuzino de Educação Ambiental e Difusão do Palmito** no município de Miracatu, com o objetivo de divulgar informações sobre a importância do palmito para a Mata Atlântica e as alternativas para sua produção sustentável, além de proporcionar aos visitantes a chance de entrarem em contato com a realidade local.

- Campanha **Cílios do Ribeira:** realizada em 2007 pelas instituições **Instituto Ambiental Vidágua** e o **ISA**, com o objetivo de promover uma ampla articulação regional, entre os diversos segmentos - prefeituras, órgãos públicos federais e estaduais, empresas, escolas, proprietários rurais e comunidades em geral - para uma profunda discussão sobre a situação ambiental das florestas ciliares e seus impactos para a manutenção da qualidade das águas da região e para as condições econômicas da população.



Crédito foto: Rodolfo Medeiros.

Principais desafios

Comercialização

- Diversificar canais de comercialização;
- Aumentar vendas;
- Valorizar produtos regionais;
- Melhorar o preço pago ao produtor;
- Agregar valor cultural e ambiental à produção.

Apoio à produção

- Apoiar a agricultura familiar e agroecológica;
- Diversificar a produção;
- Melhorar a produtividade;
- Desenvolver linhas de crédito para o pequeno agricultor, para produção inovadora e para investimento;
- Apoiar as diversas cadeias produtivas;
- Melhorar a organização dos produtores para comercialização;
- Apoiar o processamento dos produtos para agregação de valor.

Infraestrutura e presença do estado na região

- Melhorar a logística e infraestrutura de telefonia móvel, transporte, energia e de segurança;
- Usar a internet para melhorar a divulgação, comercialização, capacitação e acesso ao conhecimento;
- Ajudar os negócios que fecharam;
- Garantir a subsistência da população;
- Promover a regularização fundiária;
- Aumentar a presença efetiva do estado na região (pesquisa e extensão rural).

ATER / Capacitação / Inovação

- Investir em formação, assistência técnica e capacitação de produtores rurais sobre saúde, produção e seu processamento;
- Qualificar mão de obra local para gerar empregos no setor de produção rural;
- Aumentar a participação dos produtores no desenvolvimento; de ações do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira;
- Aumentar pesquisas científicas e tecnológicas sobre a produção rural na região;
- Apoiar o turismo rural nas propriedades rurais e agroflorestais.

6.3

Turismo

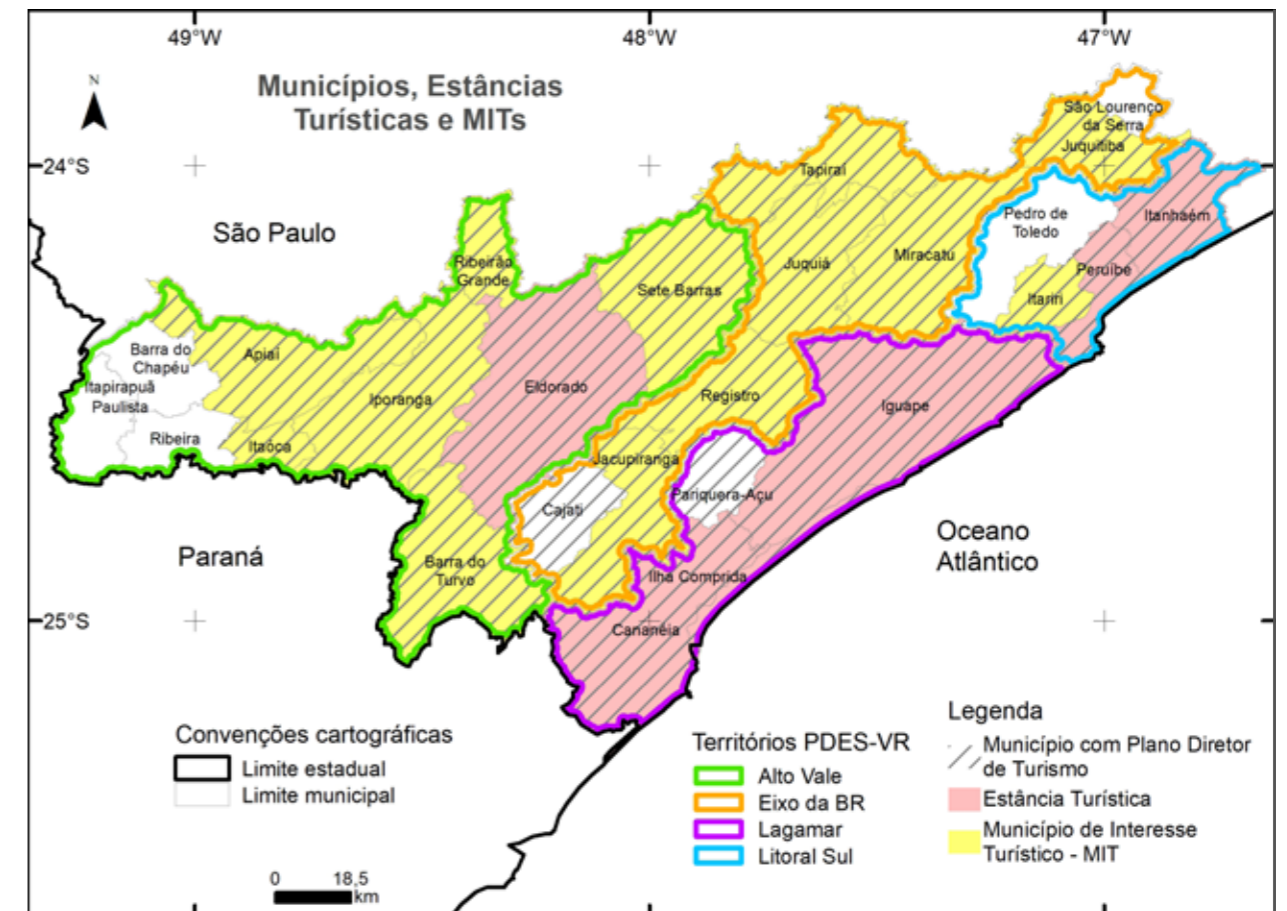


O turismo tem o potencial de contribuir, direta ou indiretamente, para todos os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos na Agenda 2030 universal. Em particular, foi incluído como metas nos Objetivos 8, 12 e 14 sobre crescimento econômico inclusivo e sustentável, consumo e produção sustentáveis e o uso sustentável dos oceanos e dos recursos marinhos.



O **Plano Diretor de Turismo (PDT)** norteia o desenvolvimento da atividade turística local, auxiliando para atingir os ODS. O Objetivo do PDT é apresentar a situação do turismo no município e definir ações estratégicas para aprimorar e diversificar a oferta turística. Ele foi uma das principais fontes de informação para o diagnóstico do turismo na região abrangida pelo PDES-VR.

No Estado de São Paulo, o PDT é um dos requisitos exigidos para que uma cidade possa manter-se como **Estância Turística** ou se transformar em **Município de Interesse Turístico (MIT)**. Com essa classificação, os municípios estão aptos a pleitear recursos junto à Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo.

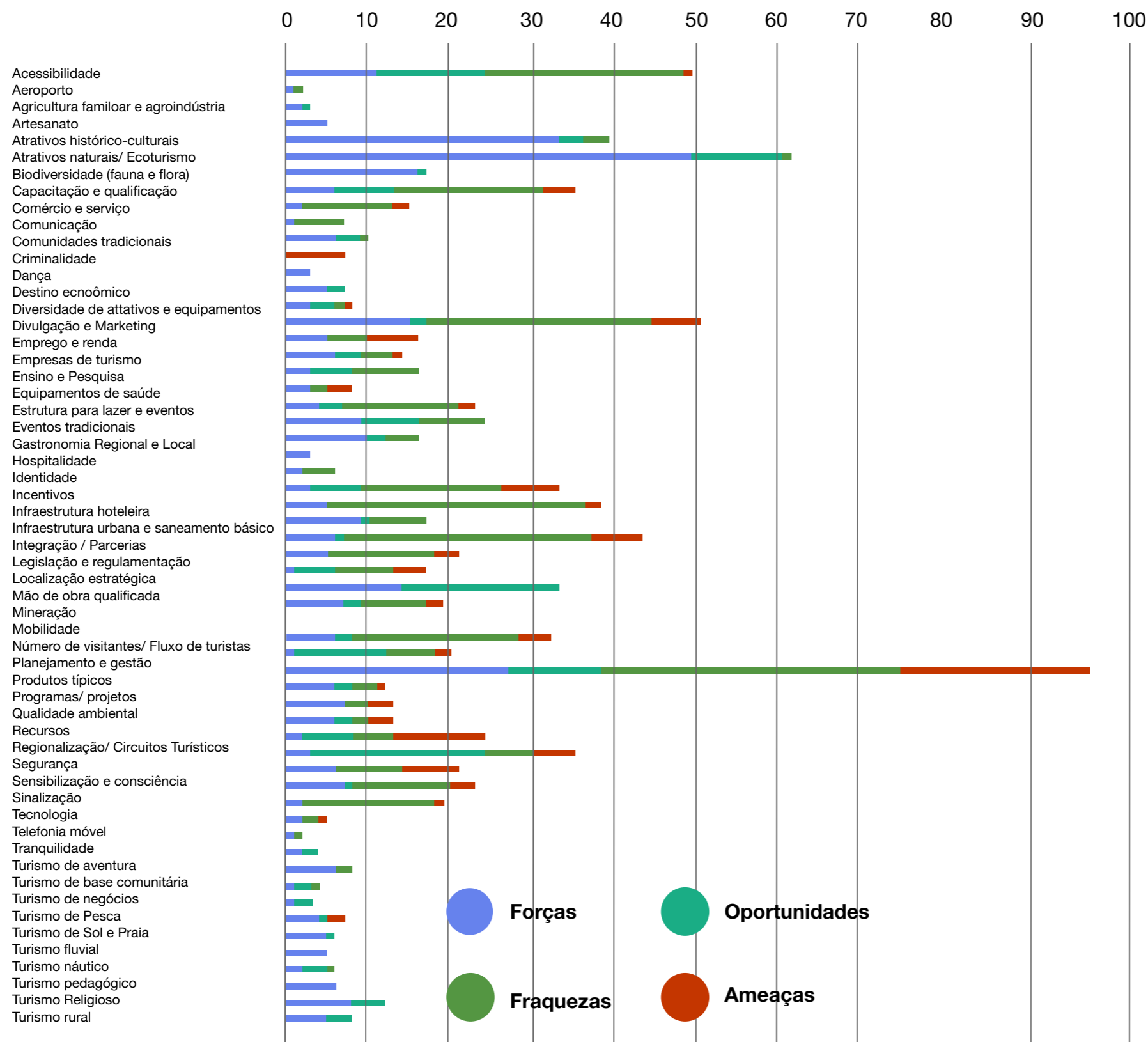


Diagnóstico do turismo

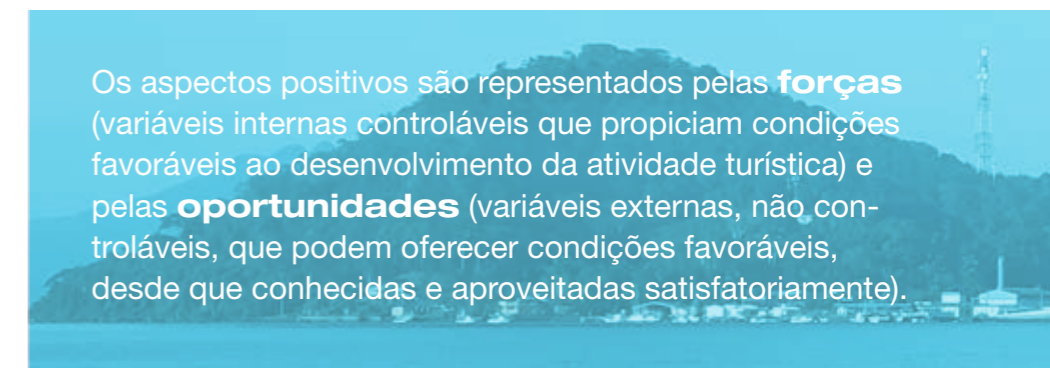
Para realizar um diagnóstico rápido das informações existentes, foram sistematizadas as **análises SWOT** dos Planos analisados.



Alguns temas aparecem como **pontos fortes**, mas também como **pontos fracos**, com destaque: planejamento e gestão, presença de atrativos naturais e histórico-culturais, acessibilidade, localização estratégica e divulgação e marketing.



Para ilustrar as frequências dos termos mencionados nos Planos avaliados, foram elaboradas nuvens de palavras, onde o tamanho de cada palavra indica sua frequência ou importância, representando o proxy da relevância do tema avaliado.



Os aspectos positivos são representados pelas **forças** (variáveis internas controláveis que propiciam condições favoráveis ao desenvolvimento da atividade turística) e pelas **oportunidades** (variáveis externas, não controláveis, que podem oferecer condições favoráveis, desde que conhecidas e aproveitadas satisfatoriamente).

Forças

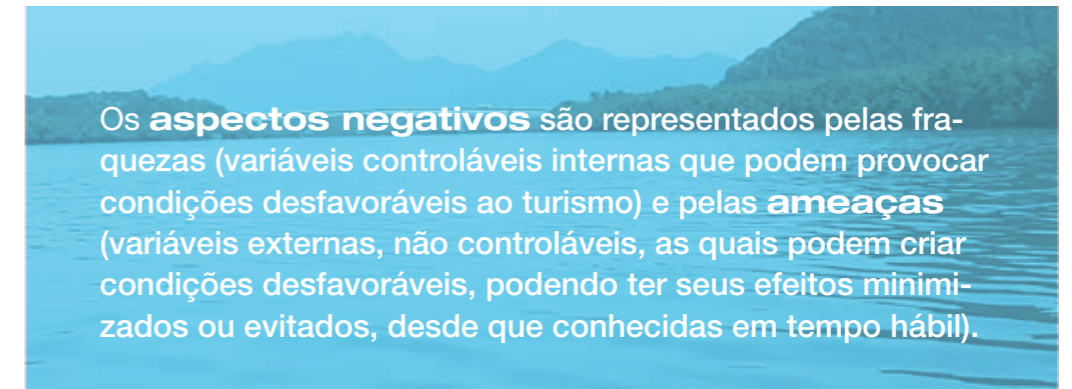


Oportunidades



Principais aspectos positivos:

- **Atrativos naturais/ecoturismo**, principalmente pela existência de áreas protegidas e Unidades de Conservação, rios (Ribeira de Iguape e afluentes, São Lourenço), cachoeiras, aves para *Birdwatching*, natureza preservada, trilhas, clima, relevo, complexo estuarino, beleza cênica, entre outros;
- **Atrativos histórico-culturais**, como os centros históricos, museus, mirantes, história das cidades, sítios arqueológicos, bens tombados e patrimônio arquitetônico, sambaquis, além de manifestações culturais diversas;
- **Planejamento e gestão**, pois a maioria dos municípios possuem o PDTUR e COMTUR. Também foram citados o envolvimento e o interesse do poder público no fomento do turismo e a existência de ações de acompanhamento da atividade turística;
- **Localização estratégica**, por estar situado entre dois polos econômicos (São Paulo / Curitiba), os municípios estão a uma distância aceitável dos principais emissores de turistas regionais e há a ligação com os turistas da Baixada Santista;
- **Acessibilidade**, principalmente ao bom estado dos acessos à algumas Unidades de Conservação, pela duplicação da Rod. Regis Bittencourt (BR 116), à existência de acesso aquaviários e à boa conservação de algumas estradas municipais;
- **Regionalização/Circuitos Turísticos**, pela existência ou potencial de rotas e circuitos turísticos (Cavernas da Mata Atlântica, Circuito Cultural Paulista, Rota da Serpente, Costa da Mata Atlântica, etc.) e do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo; e
- **Biodiversidade (fauna e flora)**, considerando o importante remanescente de Mata Atlântica existente, além de espécies endêmicas e riqueza biológica.



Os **aspectos negativos** são representados pelas fraquezas (variáveis controláveis internas que podem provocar condições desfavoráveis ao turismo) e pelas **ameaças** (variáveis externas, não controláveis, as quais podem criar condições desfavoráveis, podendo ter seus efeitos minimizados ou evitados, desde que conhecidas em tempo hábil).

Crédito foto: Marsis Cabral Junior - acervo pessoal.

Fraquezas



Ameaças



Principais aspectos negativos:

- **Planejamento e gestão**, pela deficiência de ações de planejamento estratégico, crescimento desordenado do turismo, falta de engajamento do Poder Público, potencial turístico mal aproveitado, atrativos subutilizados, baixa representação política regional, corrupção, fiscalização e gestão ambiental ineficaz, conflitos entre moradores e administradores de Unidade de Conservação, rivalidade política entre os municípios e fraca atuação do COMTUR;

- **Infraestrutura urbana e saneamento básico**, sendo os principais problemas relacionados à iluminação pública, gestão de resíduos, coleta seletiva, limpeza pública, saneamento básico (abastecimento de água e coleta/tratamento de esgoto), drenagem de águas pluviais, arborização urbana e jardinagem e manutenção das vias públicas;

- **Divulgação e Marketing**, tendo sido mencionadas informações turísticas e divulgação deficitárias, poucas ações de promoção turística, inexistência de um plano de marketing, pouca utilização de sites, redes sociais, mapas e guias, burocracia para divulgar informações;

- **Infraestrutura dos atrativos**, pela inexistência/ má condição de postos de informações aos turistas, banheiros

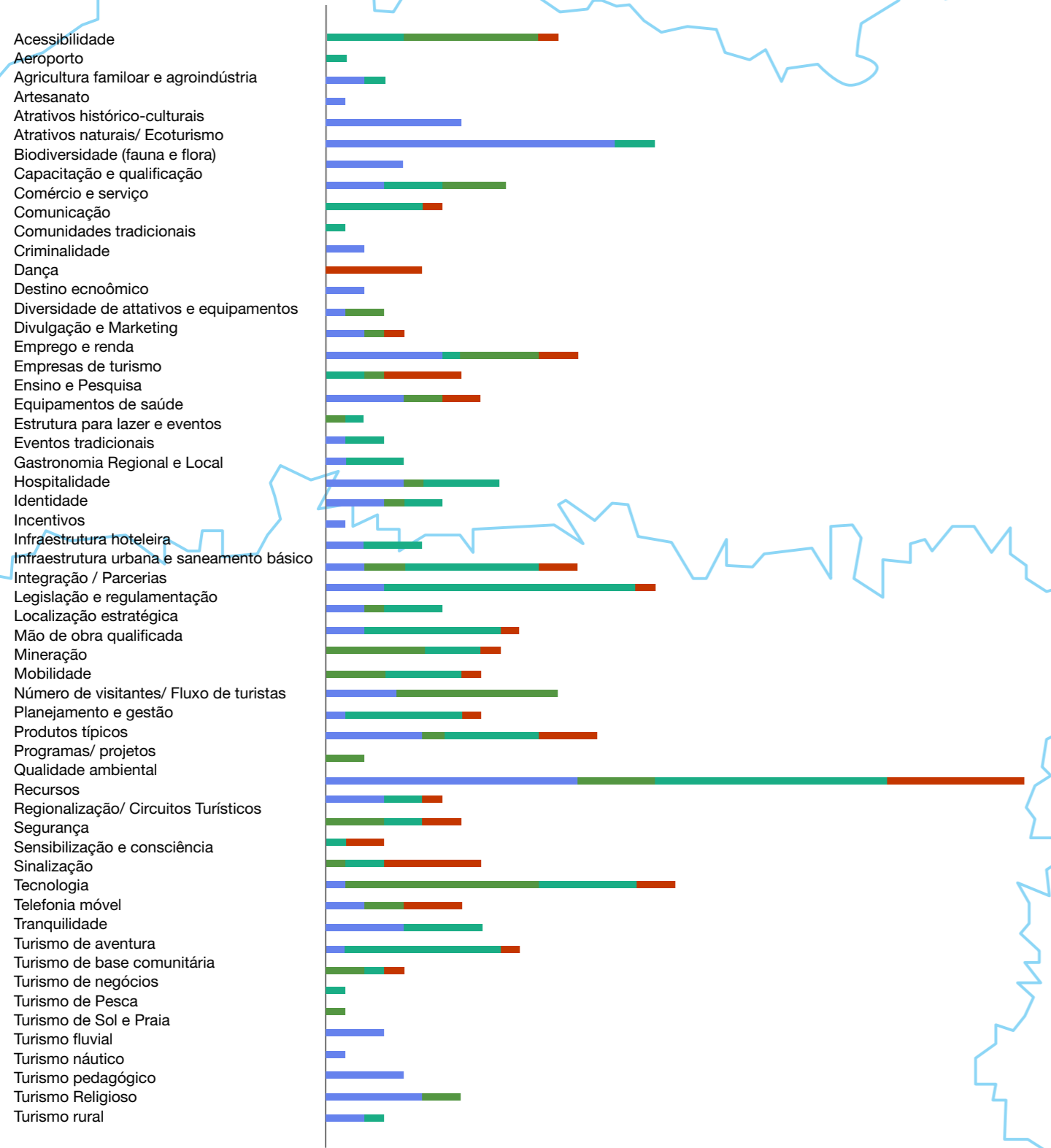
públicos, conservação e controle do acesso aos atrativos turísticos, estacionamento, praças de animação e recreação, alojamentos, acesso, sinalização e estruturas de apoio, e degradação dos atrativos naturais;

- **Incentivos**, no que diz respeito ao apoio financeiro e institucional para o turismo local (artesãos, guias, comunidades receptivas, grupos culturais locais, donos de pousadas e outros estabelecimentos, população do entorno de unidades de conservação, etc.), apoio para movimento da economia, apoio à valorização dos artistas locais, incentivos fiscais a negócios turísticos, isenção ou redução de impostos locais para empreendimentos, empresariado desacreditado, falta de orçamento municipal, pouca participação da iniciativa privada e de investidores nas ações que envolvem o turismo, além da ausência de linhas de crédito e financiamento; e

- **Acessibilidade**, pois existem vias mal conservadas, acostamentos inexistentes, pouca sinalização rodoviária, pontos perigosos, acessos sem manutenção, dificuldade de acesso aos atrativos e às comunidade rurais, falta de integração de ciclovias, carência de terminal rodoviário com estrutura adequada, falta de acessibilidade para portadores de necessidades especiais em estabelecimentos e espaços públicos.

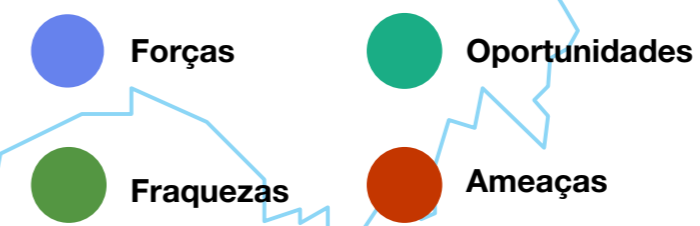
Em relação aos territórios verifica-se que:

Alto Vale



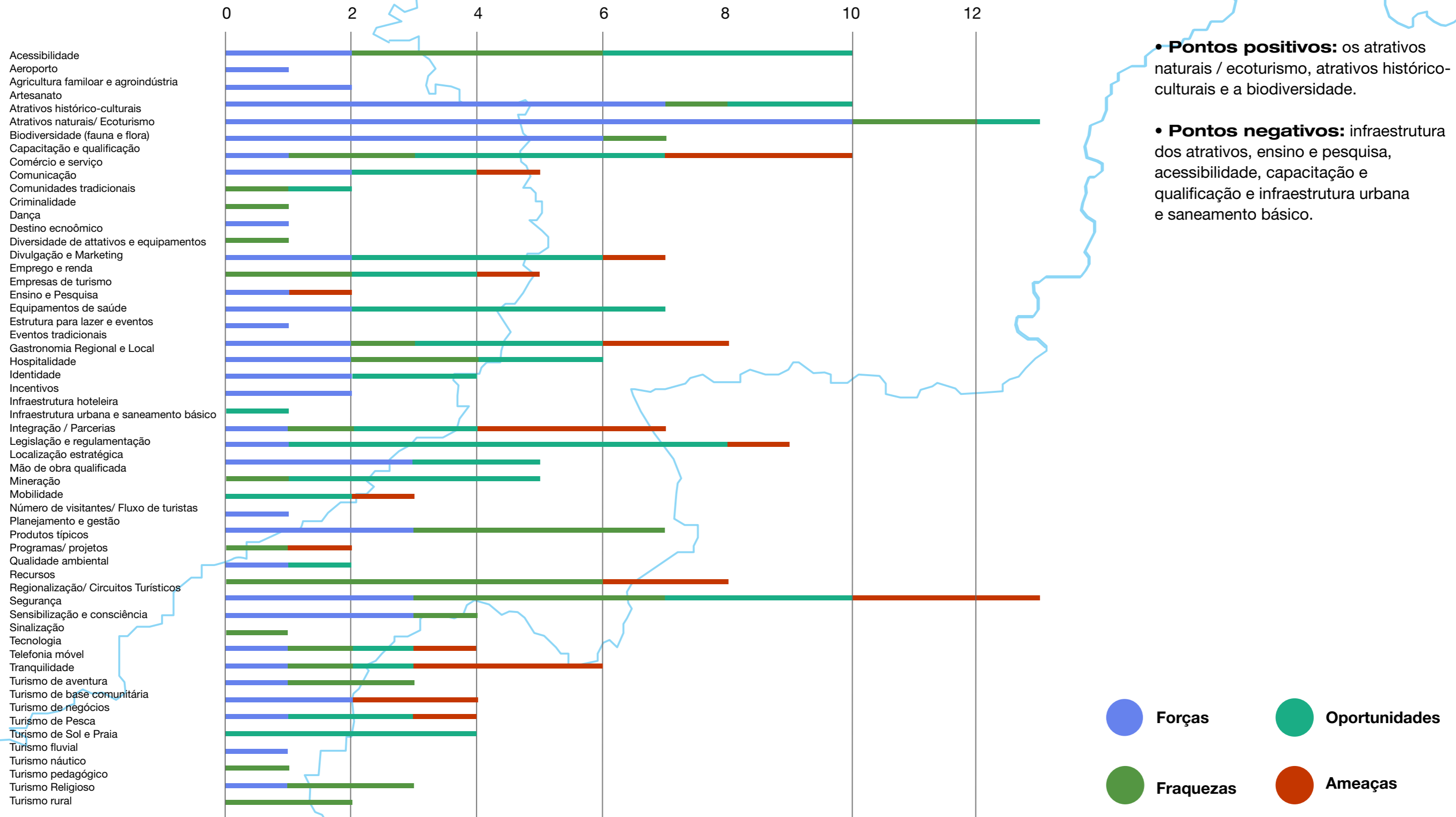
Alto Vale

- **Pontos positivos:** atrativos naturais / ecoturismo e o potencial de regionalização.
- **Ponto negativo:** infraestrutura dos atrativos.
- Os aspectos relacionados às **ações de planejamento e gestão** parecem tanto como forças, devido à existência de PDTs e COMTURs, quanto pontos fracos, pois entende-se que a atividade turística pode ser melhor planejada e executada.



Eixo da BR

Eixo da BR



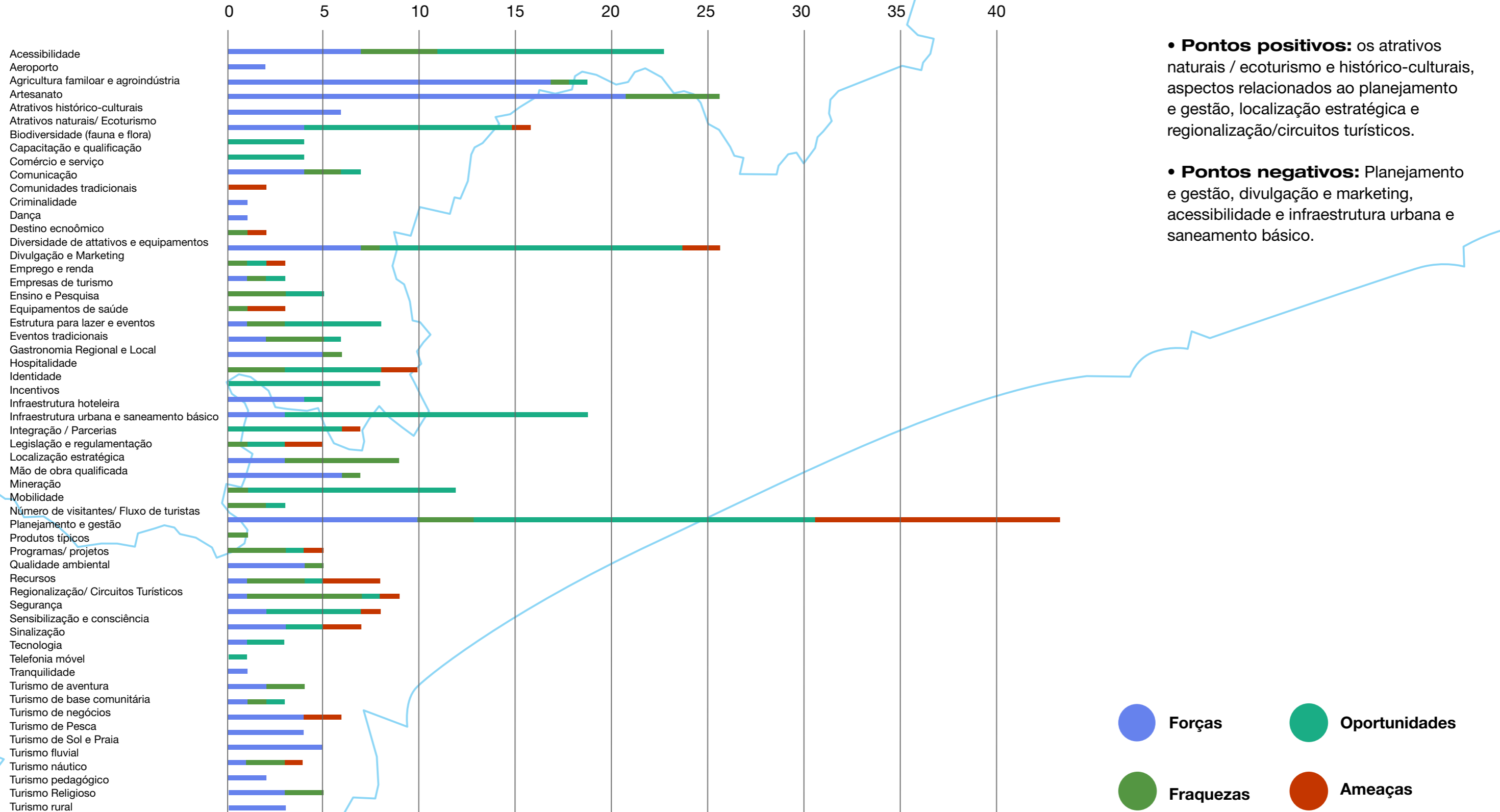
• **Pontos positivos:** os atrativos naturais / ecoturismo, atrativos histórico-culturais e a biodiversidade.

• **Pontos negativos:** infraestrutura dos atrativos, ensino e pesquisa, acessibilidade, capacitação e qualificação e infraestrutura urbana e saneamento básico.



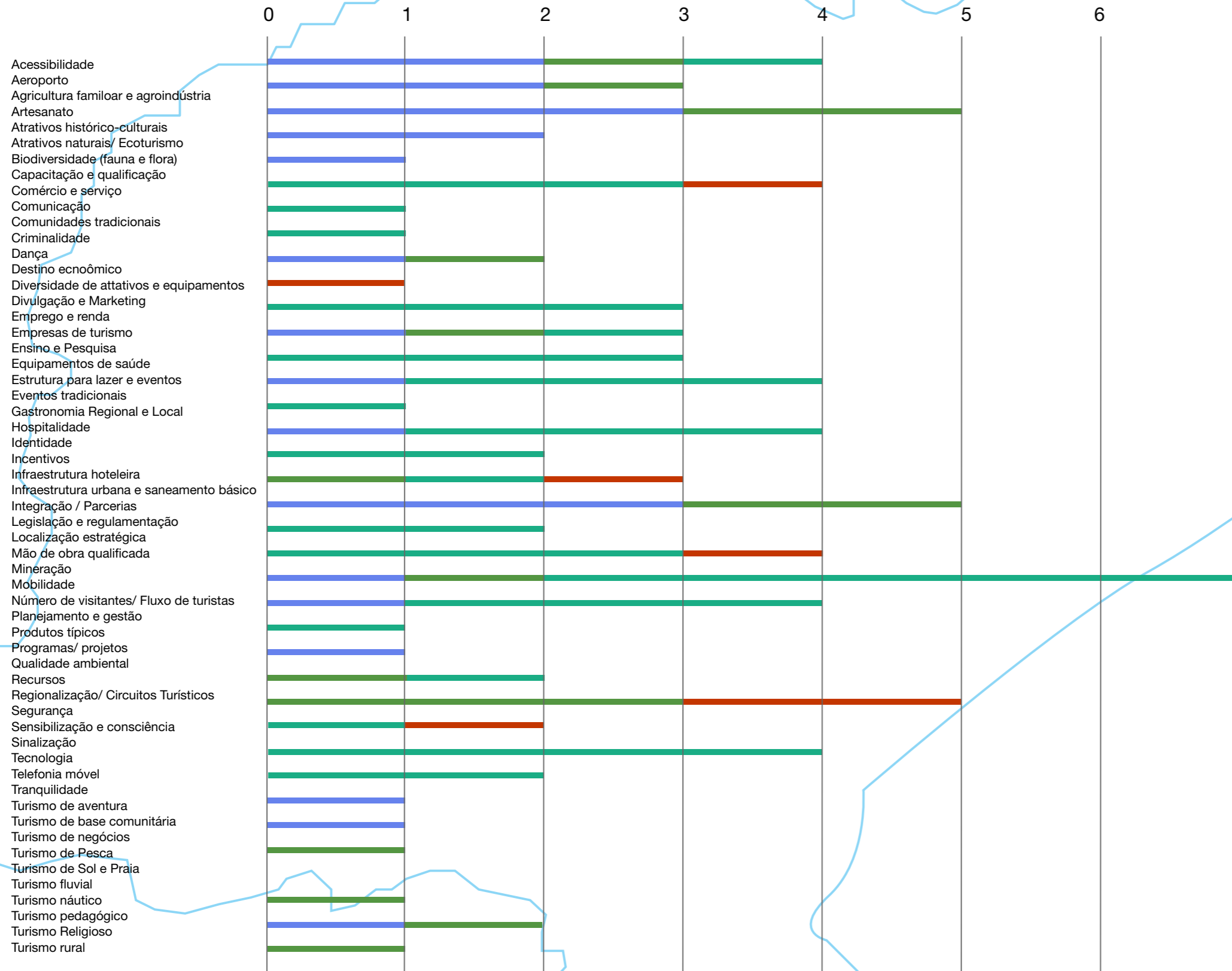
Lagamar

Lagamar



Litoral Sul

Litoral Sul



• **Pontos positivos:** atrativos naturais / ecoturismo, a localização estratégica, a acessibilidade e o potencial de regionalização/circuitos turísticos.

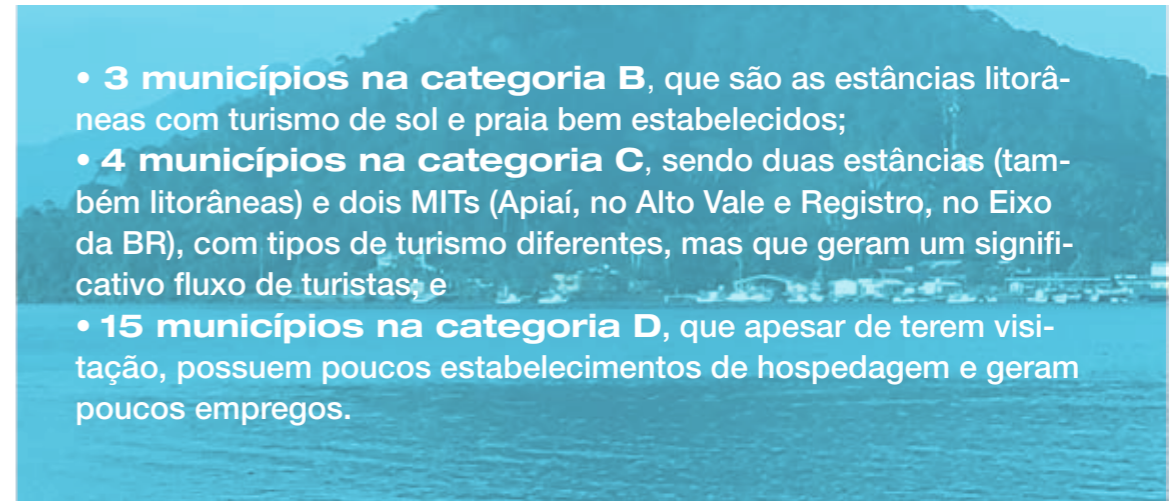
• **Pontos negativos:** oscilação do número de visitantes/fluxo de turistas e a sensibilização e conscientização, principalmente pelas questões de sazonalidade (alta e baixa temporadas).



Programa de regionalização e Mapa do Turismo Brasileiro

A **regionalização turística** faz parte da política estratégica do Ministério do Turismo para o desenvolvimento turístico no país, seu programa foi lançado em 2004 e reformulado em 2013. Trabalhar o turismo de forma integrada, regionalizada e cooperada é **mais vantajoso** para a região e para o município, pois o turista é estimulado a permanecer mais tempo explorando os atrativos, gerando mais recursos para os municípios envolvidos.

O **“Mapa do Turismo Brasileiro” (MAPA)** é o instrumento do Programa de Regionalização do Turismo que orienta a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas, definindo as áreas que serão trabalhadas prioritariamente pelo Ministério. Cinco variáveis (Estabelecimentos de Hospedagem, Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem, Visitantes Domésticos, Visitantes Internacionais e Impostos Federais) foram cruzadas em uma análise de cluster e resultando em cinco categorias de municípios (A, B, C, D e E). Na categoria “A” estão os municípios com maior desempenho da economia do turismo e na “E” os com menor desempenho.

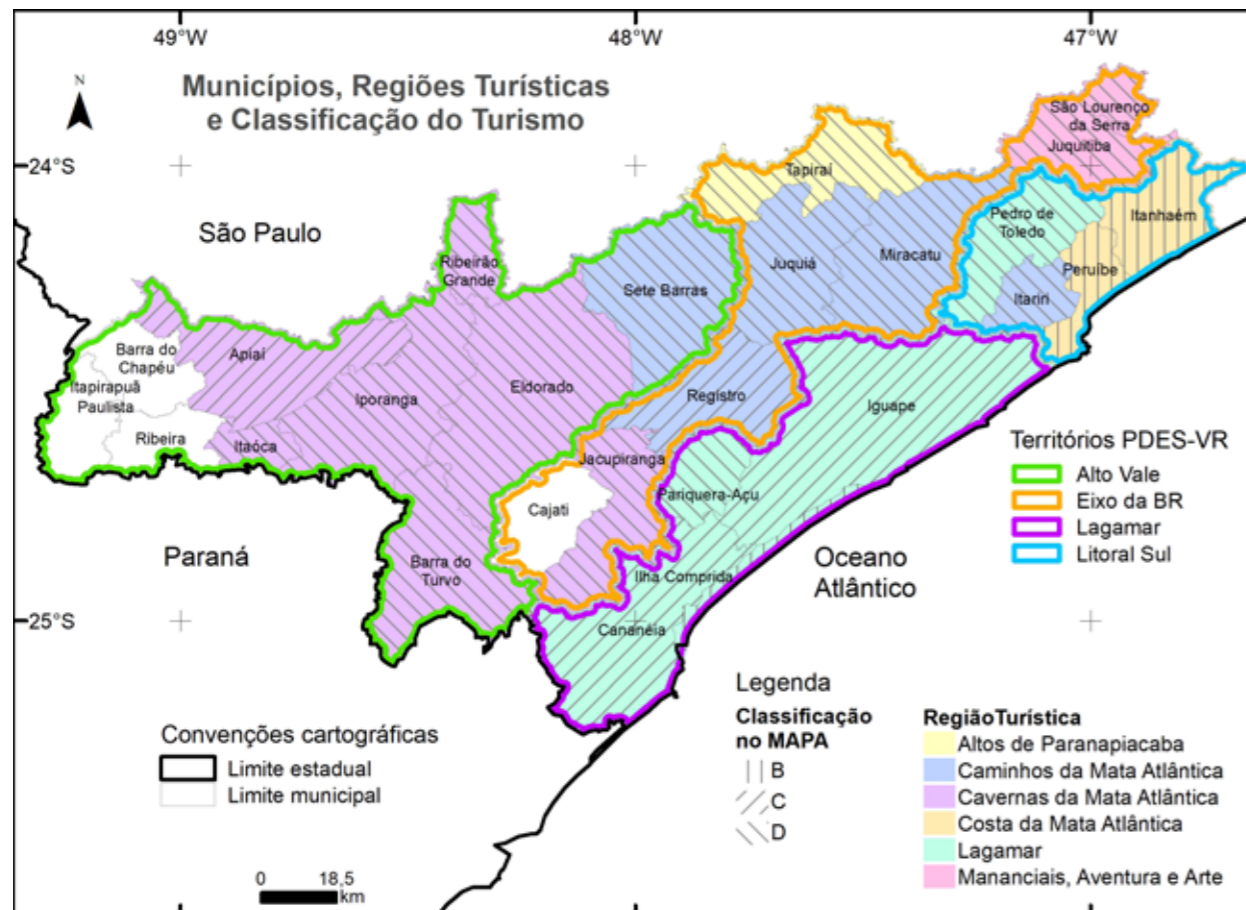


- **3 municípios na categoria B**, que são as estâncias litorâneas com turismo de sol e praia bem estabelecidos;
- **4 municípios na categoria C**, sendo duas estâncias (também litorâneas) e dois MITs (Apiaí, no Alto Vale e Registro, no Eixo da BR), com tipos de turismo diferentes, mas que geram um significativo fluxo de turistas; e
- **15 municípios na categoria D**, que apesar de terem visitação, possuem poucos estabelecimentos de hospedagem e geram poucos empregos.

Crédito foto: Marsis Cabral Junior - acervo pessoal.

O **Alto Vale** apresenta a menor quantidade de estabelecimentos de hospedagem, de empregos formais nessa área e de visitantes, apesar de todo potencial turístico da região.

No **Eixo da BR** destacamos Registro e Jujutiba pelo alto número de visitantes. **Lagamar** e **Litoral Sul** apresentam dados parecidos, influenciados pelas estâncias litorâneas.



Análise da oferta e demanda

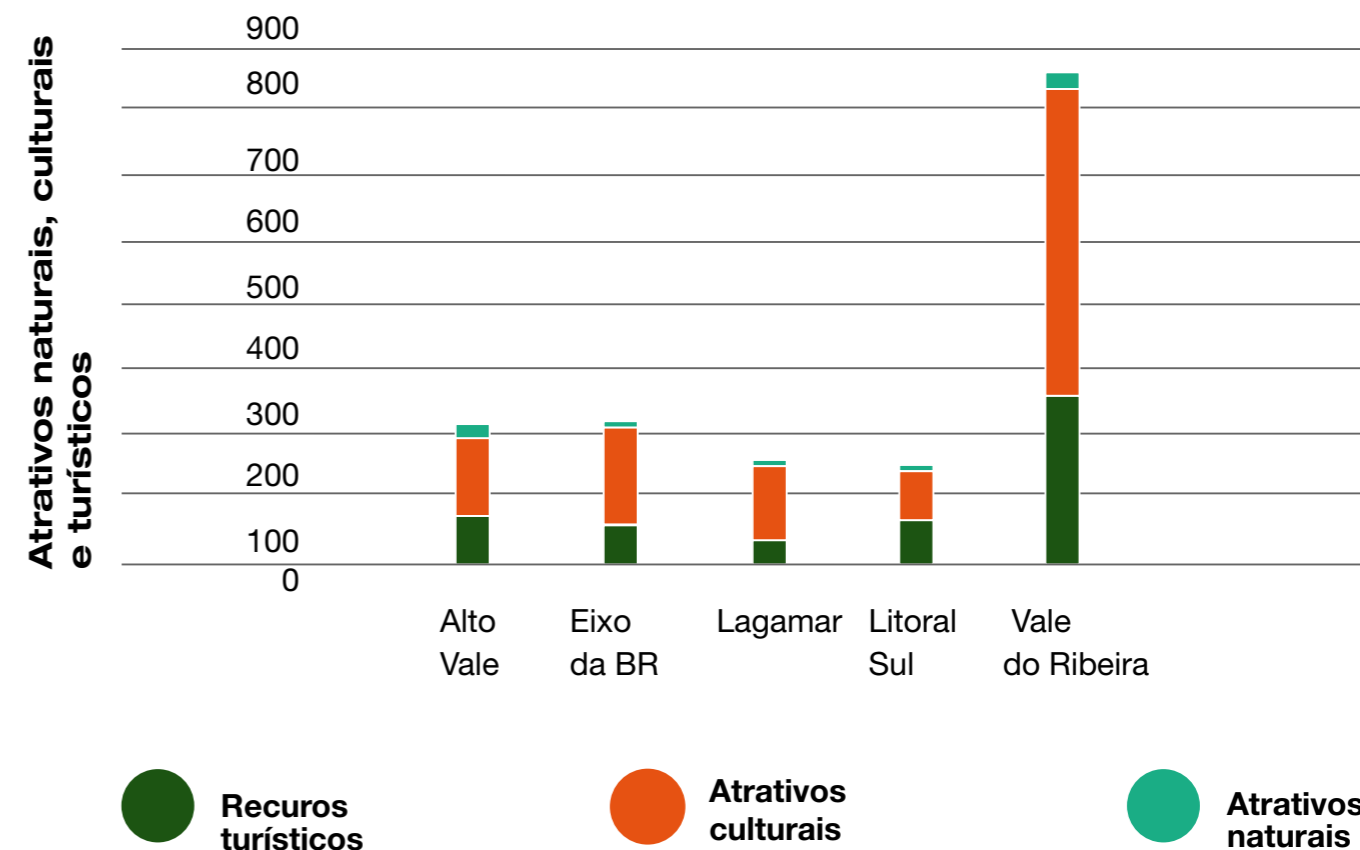
Oferta turística

O Inventário da Oferta Turística é o instrumento para o levantamento e o registro da realidade do Município em relação ao turismo e contribui para que as decisões do gestor municipal sejam adequadas aos atrativos, aos serviços e equipamentos turísticos e às estruturas de apoio ao turismo existentes.



Crédito foto: Acervo IPT.

Analisando os PDTs, verificamos que todos apresentam inventários da oferta turística. Com relação à **dimensão C** verificou-se que existem, na região abrangida pelo PDES-VR, um total de **852 atrativos turísticos**, sendo 300 naturais e 552 culturais, além de 27 recursos turísticos, que podem ser entendidos como atrativos que ainda não tem estrutura para receber visitação.



O **Alto Vale** e o **Eixo da BR** possuem quantidade semelhante de atrativos (quase 30 % cada). O **Litoral Sul** e **Lagamar** apresentam quase 20% dos atrativos cada. A grande quantidade de atrativos mostra o enorme potencial da região para receber e entreter visitantes.

Cadastur

O Cadastur é um sistema de cadastro gratuito de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo, organizado pelo Ministério do Turismo em parceria com os órgãos estaduais oficiais de turismo.

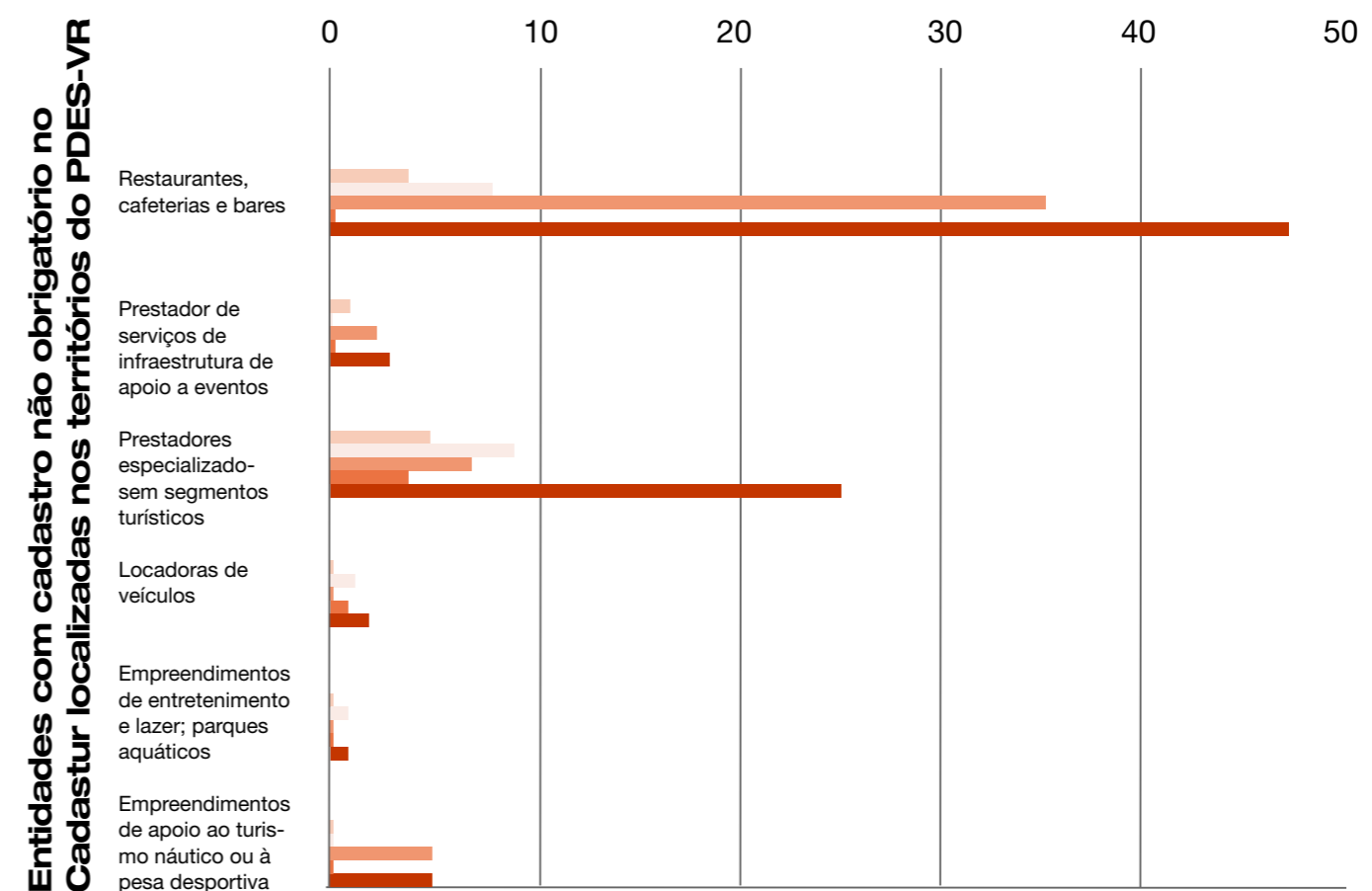
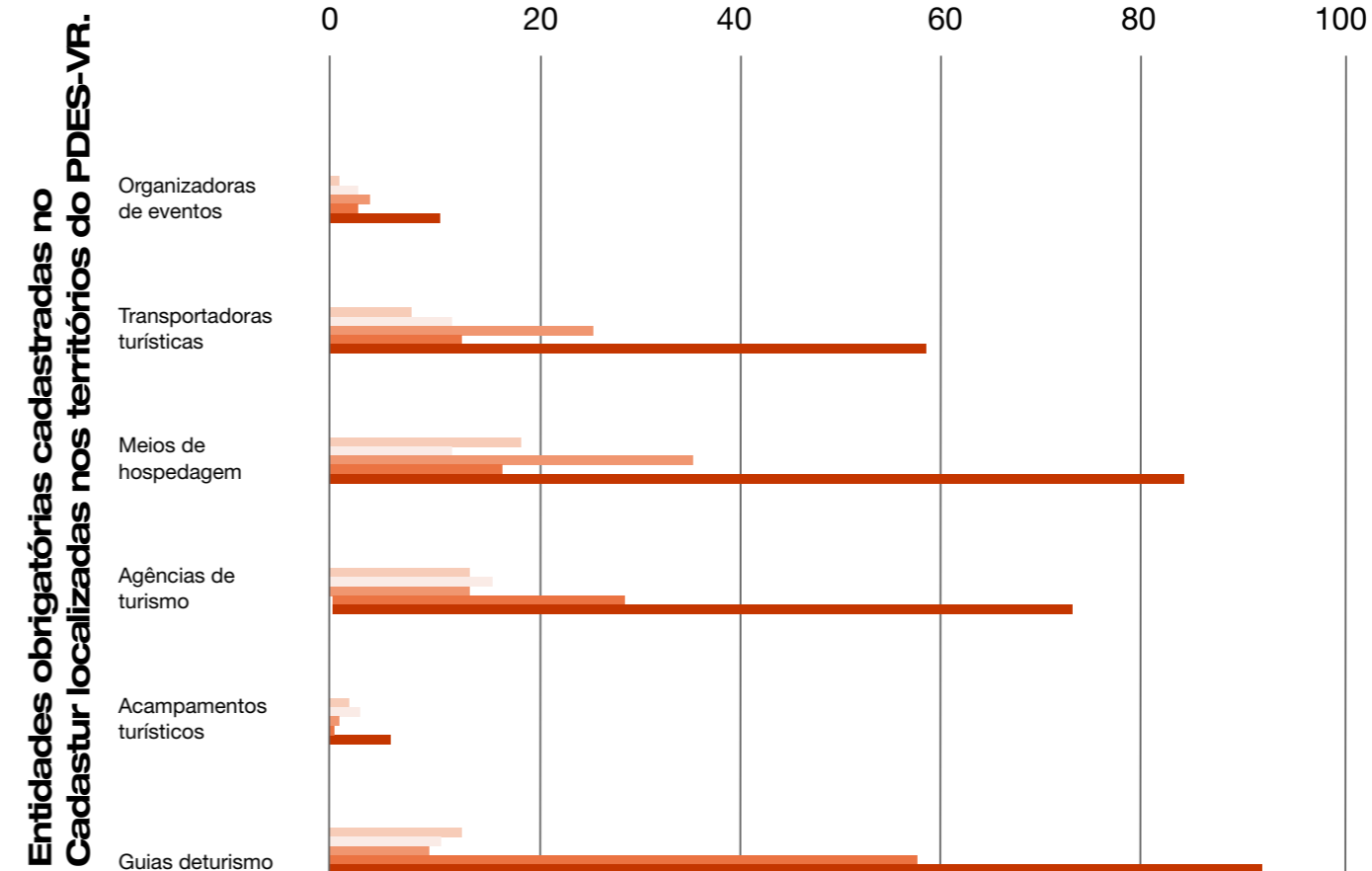
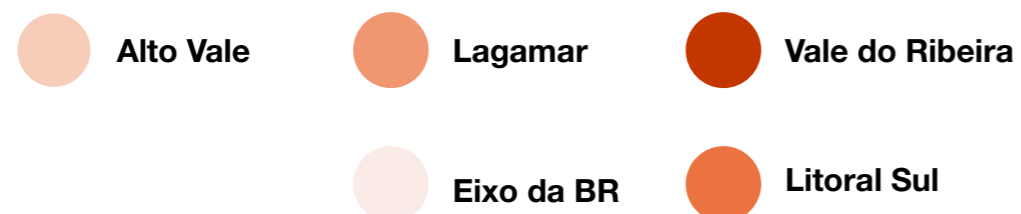
O cadastro é obrigatório para sete categorias e opcional para oito outras atividades.

Vantagens de se cadastrar:

- Possibilidade de acesso a financiamento por meio de bancos oficiais;
- Apoio em eventos, feiras e ações do Ministério do Turismo;
- Incentivo à participação em programas e projetos do governo federal;
- Participação em programas de qualificação promovidos e apoiados pelo Ministério do Turismo; e
- Visibilidade nos sites do Cadastur e do Programa Viaje Legal, que são uma importante fonte de consulta para o turista.

Crédito foto: Priscilla Moreira Argentin - acervo pessoal.

Nos gráficos temos a distribuição das entidades nos territórios do PDES-VR, com destaque para **os guias e as agências de turismo no Litoral Sul e meios de hospedagem e transportadoras turísticas em Lagamar**, além de restaurantes, cafeterias e bares em Lagamar, porém como o cadastro não é obrigatório, é possível que esse número esteja subestimado.

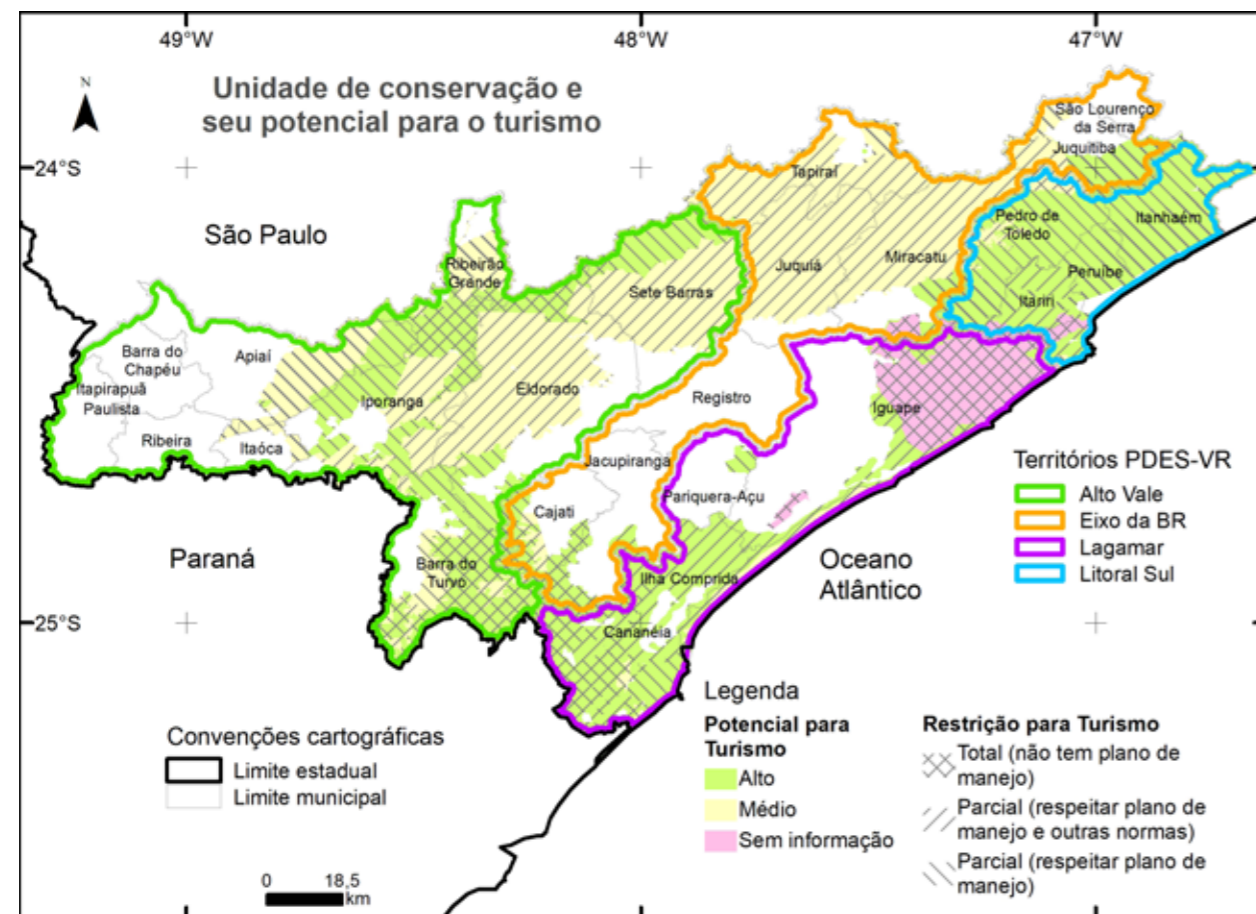


Unidades de conservação

As **unidades de conservação (UCs)** podem ser de uso sustentável ou de proteção integral. As duas modalidades permitem o turismo, desde que especificado em seu Plano de Manejo. A região do PDES-VR conta com 49 unidades de conservação, sendo 20 de proteção integral e 29 de uso sustentável.

Grande parte dos atrativos turísticos naturais estão localizados em áreas legalmente protegidas, o que pode restringir o seu aproveitamento, mas também garante sua preservação. A partir da análise dos planos de manejo foi possível verificar quais unidades de conservação têm potencial para o turismo.

Um das principais lacunas com relação às UCs, é a falta de planos de manejo que irão permitir e orientar seu uso turístico.



UCs de proteção integral

- **Parques estaduais:** ecoturismo, visitação, recreação, turismo histórico-cultural, espeleoturismo, turismo/esporte náutico, turismo educativo;
- **Zonas de amortecimentos dos parques:** potencial para turismo sustentável e ecoturismo, onde há plano de manejo;
- **Estações Ecológicas com plano de manejo:** ecoturismo, visitação, turismo histórico-cultural e educativo;
- **Estações Ecológicas e Refúgio de Vida Silvestre sem plano de manejo:** não pode realizar o turismo até que o plano seja elaborado.

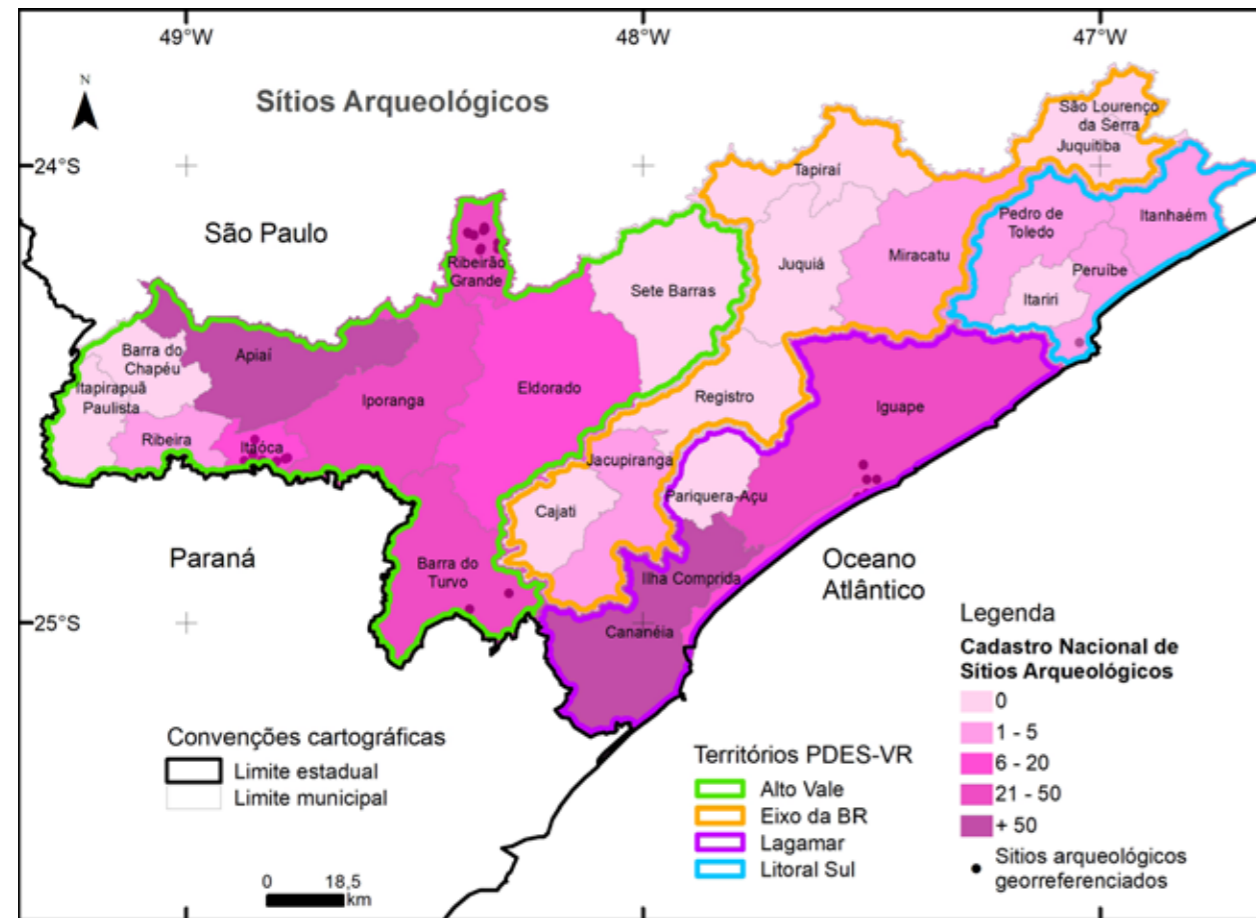
UCs de uso sustentável

- **APAs sem plano de manejo:** potencial para visitação.
- **APA Cananéia-Iguape-Penúbe (com plano de manejo):** potencial para ecoturismo, visitação, turismo educativo, atividades esportivas, turismo náutico.
- **ARIE, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e RESEX sem planos de manejo:** potencial para visitação e turismo educativo.
- **RESEX Mandira (com plano de manejo):** visitação e turismo histórico-cultural.
- **RPPN sem plano de manejo:** potencial para visitação, ecoturismo, turismo educativo e recreação.

Crédito foto: Priscilla Moreira Argentin - acervo pessoal.

Sítios arqueológicos

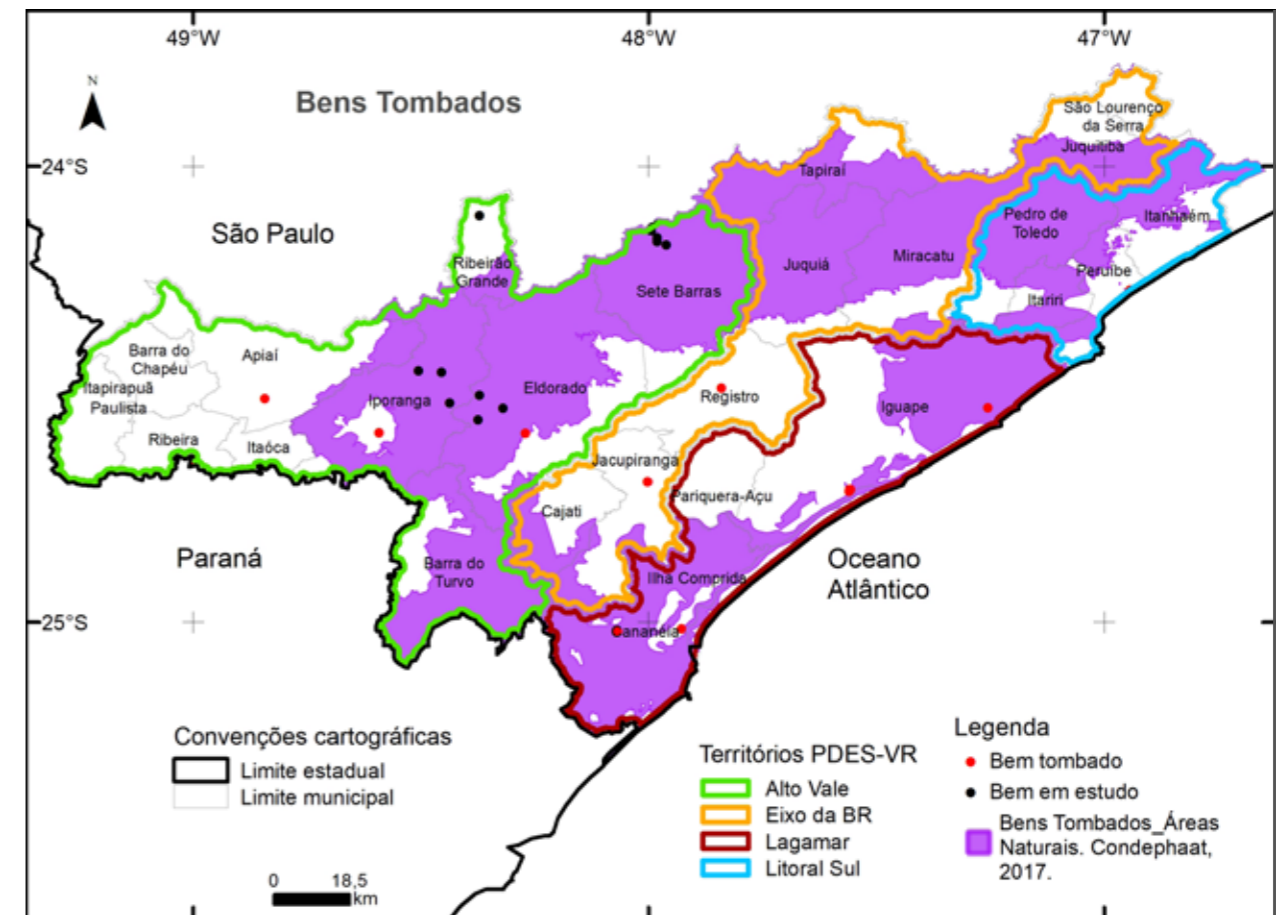
O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) mantém um Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), onde encontramos um total de 360 sítios localizados nos municípios deste projeto, porém somente estão georreferenciados 33 sítios.



Os sítios arqueológicos podem ser importantes atrativos turísticos, se construída estrutura para receber visitantes sem comprometer sua conservação. De modo geral, podemos verificar nos Planos Diretores Municipais de Turismo, nos inventários turísticos, a utilização desses locais.

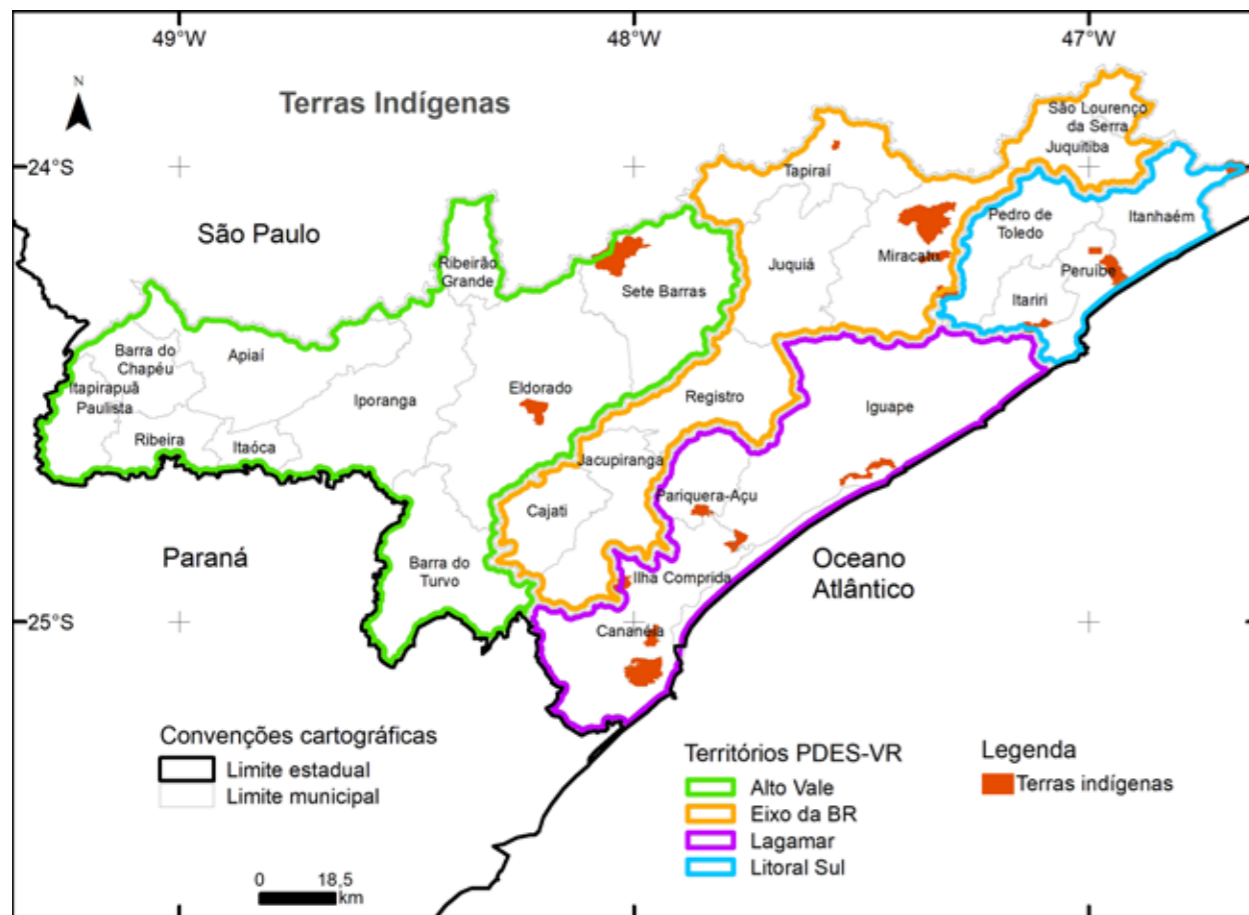
Bens tombados

Os bens tombados também podem ser importantes atrativos turísticos, uma vez que o tombamento reconhece a importância do patrimônio e o protege, pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento é regulamentado pelo IPHAN, enquanto que no estado de São Paulo o órgão responsável é o Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo).



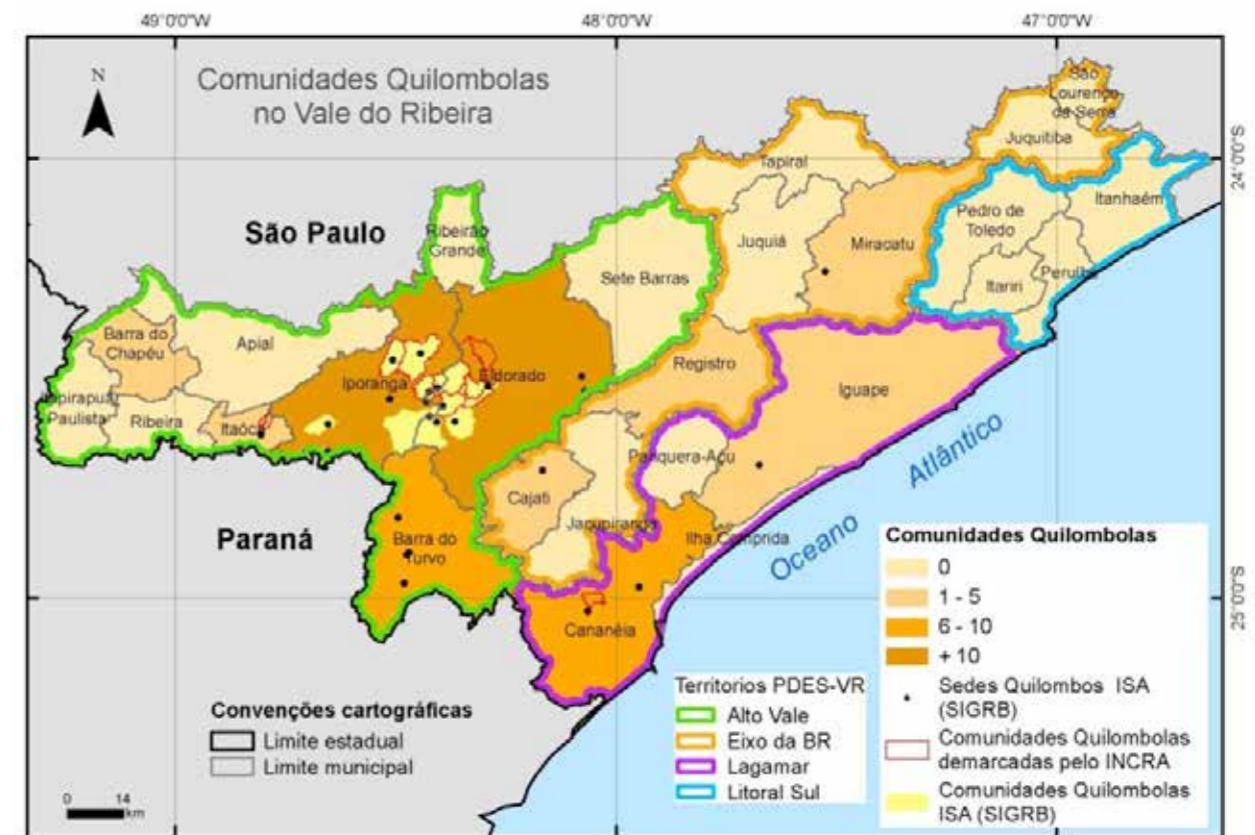
Terras indígenas

Segundo a Funai (Fundação Nacional do Índio), a região do PDES-VR possui quinze Terras Indígenas. Algumas comunidades indígenas podem receber turistas para apresentar seu modo de vida além da possibilidade de venda de produtos tradicionais.



Comunidades quilombolas

As comunidades tradicionais quilombolas brasileiras são reconhecidas e têm suas áreas regularizadas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) na esfera federal e pelo ITESP (Fundação Instituto de Terras) no estado de São Paulo. Outras instituições mantêm cadastros e certificam as comunidades, como o ISA (Instituto Socioambiental) e a Fundação Cultural Palmares. Após compilação dos dados e verificação de que somente existe a delimitação oficial de poucas comunidades, a quantidade total de comunidades por município é apresentada. As comunidades quilombolas podem se beneficiar muito do turismo, compartilhando seu modo de vida tradicional, produção caseira e artesanato, além de propiciar uma experiência diferenciada para os visitantes.



Roteiros turísticos

Os roteiros ou circuitos turísticos são formas **mais estratégicas** de apresentar os atrativos turísticos aos visitantes, pois pode-se agrupá-los por temas ou proximidade, além de incluir restaurantes e lojas, com o objetivo de atingir diversos tipos de público. A maioria dos PDTs apresenta aspirações para a criação de roteiros relacionados ao *City Tour* autoguiado, ao *Birdwatching*, a roteiros rurais e histórico-culturais.

Plano Regional de Turismo - PRT Cavernas da Mata Atlântica:

- **Rota Circuito das Cavernas:** atrativos naturais e comunidades quilombolas;
- **Rota da Cerâmica:** visitar a tradicional produção de Apiaí, Itaóca e Barra do Chapéu; e
- **Rastro da Serpente:** trajeto entre Capão Bonito e Curitiba, pelas rodovias SP-250 e BR-476. Trecho com inúmeras curvas e bela paisagem, muito procurado por motociclistas.

Outros circuitos e roteiros:

- ISA - **Circuito Quilombola**, com turismo de base comunitária para visitação de atrativos naturais, culturais e gastronômicos, além de conhecer o modo de vida e as culturas tradicionais.
- **Circuito Lagamar-SP de Cicloturismo**, atrativos naturais e contato com comunidades quilombolas e caiçaras.
- PDT Registro - **Circuito de Cicloturismo Regional**, ligar atrativos rurais aos centros urbanizados, passagem pelo Quilombo Peropava e pela Rota do Chá.
- PDT Ilha Comprida - **Circuito da Cultura Japonesa e Circuito Zen**.

Oportunidades para o desenvolvimento do turismo

Principais oportunidades:

- Grande número de atrativos naturais, histórico-culturais, pedagógico-educacionais e religiosos;
- Produtos típicos;
- Localização estratégica;
- Características naturais regionais favoráveis;
- Turismo de Base Comunitária; e
- Comunidades tradicionais.



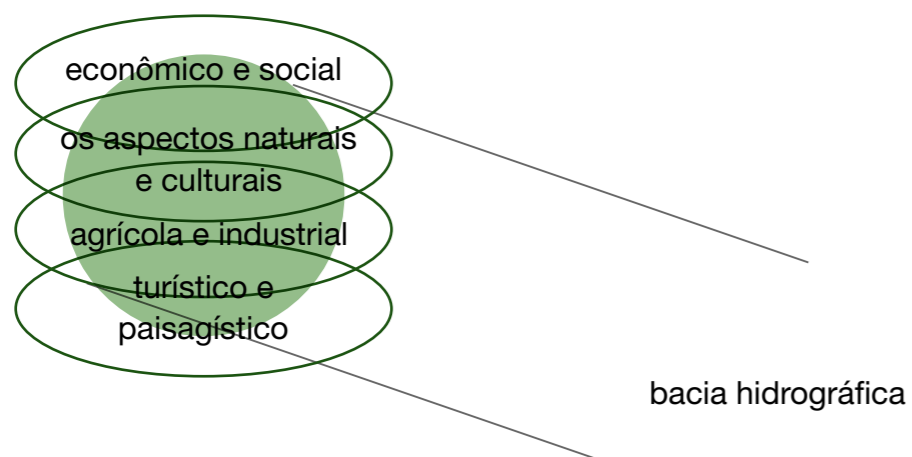
Algumas ações necessárias:

- Estruturação dos equipamentos;
- Regionalização de atrativos;
- Melhoria das vias de acesso e da comunicação;
- Melhoria da sinalização turística;
- Estratégias de divulgação e marketing;
- Apoio financeiro e institucional para o turismo local;
- Capacitação da mão de obra e do empresariado local;
- Planos de manejo para as Ucs que ainda não tem; e
- Pesquisas de demanda (aliadas para priorização de investimentos).

07.

A identidade de um território se reconhece pelas marcas impregnadas a partir dos processos naturais e culturais que se desenrolam sobre ele ao longo do tempo. Natureza e Cultura compõem a identidade de um território. O conjunto composto pelos patrimônios ambientais e culturais confere ao território o que se pode reconhecer como a sua essência, ou a aura que o caracteriza.

Conjunto composto pelos Patrimônios Ambientais e Culturais do território de uma Bacia hidrográfica



A concepção de Parque Patrimonial abrange um modelo de gestão territorial que busca dar sustentação a um processo de desenvolvimento regional que potencialize de forma articulada as dotações naturais do meio (físico e biótico), os processos culturais enraizados na paisagem e os consequentes vetores tecnológicos e produtivos, de forma a promover o ordenamento territorial sustentável, resiliente e ecoeficiente.

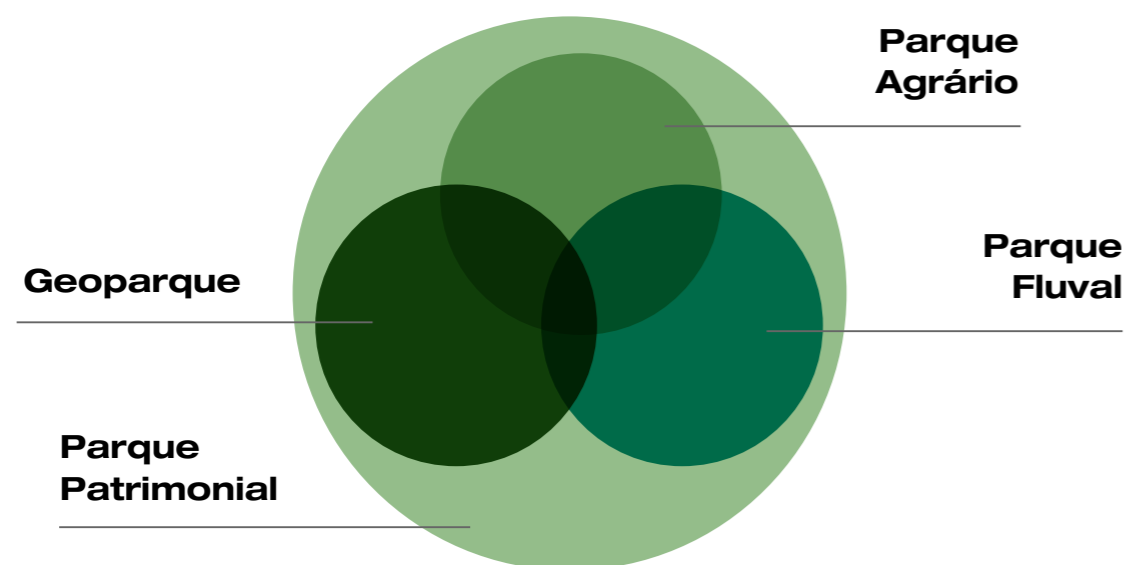
Forma inovadora de Gestão Territorial: A visão do Vale do Ribeira como um Parque Patrimonial

Abrangência de um Parque Patrimonial



Diferentes categorias de parque podem compor ou estar contidas dentro de um parque patrimonial: parques agrários, parques fluviais, ecoparques, ecomuseus, estradas-parques, parques florestais, parques mineiros, rotas turísticas temáticas, parques lineares, parques urbanos, dentre outros, além daqueles já categorizados pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), como os parques nacionais, parques estaduais, etc. A participação da comunidade desde a concepção do projeto é essencial para o sucesso de um parque patrimonial, trabalhando a favor da requalificação do ambiente e colaborando na gestão do parque.

Conjuntos de interação entre diferentes tipos de Parques Patrimoniais



Todo o território que compõe o Vale do Ribeira – que já possui uma área reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade –, com seu imenso patrimônio cultural e ambiental, suas comunidades e respectivas paisagens locais (quilombolas, caipiras, caiçaras), o patrimônio florestal e agrícola, o patrimônio hídrico e mineral, seus importantes sítios geológicos e arqueológicos, seu complexo estuarino lagunar, o patrimônio histórico e arquitetônico de suas cidades – pode ser reconhecido como o território de um parque patrimonial. O projeto de um parque como este se baseia na valorização das características identitárias do território.

O desenvolvimento territorial da região do Vale do Ribeira há de ser sustentável se houver uma boa gestão dos seus recursos ambientais e culturais (hídricos, minerais, agrícolas, florestais, turísticos, etc.). Parques patrimoniais materializam uma gestão patrimonial integrada. Portanto, reconhecer os recursos patrimoniais no contexto da regulação do uso e ocupação do solo é essencial para o planejamento em áreas de intervenção muito diversas.

Parâmetros de projeto para Parques Patrimoniais

Passos	Ações	Abordagem
1º	Definir objetivos básicos da intervenção	Sugerir a integração dentro de um respeito estreito das características de um território com funções diferentes: preservação, educação, limites, turismo e desenvolvimento econômico.
2º	Explicar a história da região	Em cada território existe uma determinada interpretação que é um resultado mais coerente dentro dos recursos disponíveis.
3º	Definir um âmbito coerente e subâmbitos como um fio condutor	Um dos primeiros aspectos que se aborda nesses projetos é a delimitação precisa e justificada do âmbito; em função de seus recursos e sua história, de sua singularidade, daquilo que se faz merecedor de preservação, reinterpretação e valorização.

Passos	Ações	Abordagem
4º	A viagem, a rota e a imagem como elementos críticos	É imprescindível vincular os recursos associados à história comum através de itinerários, mesmo que seja andando, a cavalo, em barcos, ou a bicicleta, posto que a experiência do percurso, ao seguir a rota é fundamental.
5º	Documentação rigorosa para narrar a história do parque	A história a ser narrada deve ser original, coerente com os recursos de que dispõe, e fundamentalmente bem documentada.
6º	Os habitantes da região do parque constituem um dos principais recursos naturais	Os habitantes são essenciais no futuro de um parque patrimonial tanto por seus conhecimentos, recordações e histórias, como pelo entusiasmo, uma vez que reconhecem o valor do patrimônio acumulado. Imediatamente reforça-se a autoestima e o sentimento de pertencimento ao território.
7º	Emergir da própria região iniciativas de colaboração A associação de várias administrações é um valor.	Os exemplos mais relevantes de parques patrimoniais foram aqueles impulsionados por agentes locais, amantes de um território que pretende valorizar seus recursos. As melhores iniciativas se caracterizam por vir de baixo para cima.

Passos	Ações	Abordagem
8º	A associação de várias administrações é um valor	Geralmente as próprias iniciativas locais provocam diversos níveis administrativos e números de atores. No entanto, deve-se pensar que se trata de uma verdadeira oportunidade de que cheguem uns aonde não chegariam outros, de impulsionar e tirar partido de uma nova cultura participativa. Fontes de financiamento diversas de apoio podem atuar a favor do projeto.
9º	Geralmente mais importante um reconhecimento oficial que subsídio econômico	Em muitos casos demonstram que é mais importante o reconhecimento oficial, fortalecido por subsídio econômico.
10º	Uma estrutura física clara	Os projetos dos parques patrimoniais constituem um modelo de gestão territorial relativamente novo. As estruturas abrangem: 1) Âmbito global e subâmbito do parque; 2) Os recursos patrimoniais e os serviços do parque, <i>grifes</i> do parque; 3) Os portões e os acessos, os centros de informação e os museus do parque; 4) Os caminhos internos do parque, que ligam os pontos nodais, os itinerários; 5) Os limites visuais (e administrativos) do território do parque, as fronteiras.

O método possível para identificar as áreas propícias para a implantação de parques patrimoniais consiste em dividir e classificar a bacia correspondente (no caso da região abrangida pelo PDES-VR, essencialmente a URGH-11) em âmbitos de análise. Cada âmbito representa um contexto diferente, com zonas distintas: o Âmbito I trata da restauração e sustentabilidade da bacia hidrográfica; o Âmbito II trata das convergências entre o plano de bacia hidrográfica e os planos diretores municipais; e o Âmbito III trata dos parâmetros territoriais identitários para parques patrimoniais.

Classificação de cores para os âmbitos I e II em função das áreas propícias ou críticas a implantação de parques patrimoniais

Crítico	4 zonas
Impróprio	3 zonas
Atenção	2 zonas
Cuidados	1 zona
Âmbito I (áreas)	Âmbito I (sobreposições)
Propício	1 zona
Muito propício	2 zonas
Fortemente propício	3 zonas
Recomendável	4 zonas

Classificação de cores para âmbito III em função das áreas propícias

A implantação de parques patrimoniais

Âmbito	Âmbito III (sobreposições)
Propícias	Parque industrial Parque agrário ZPH - Zonas de Proteção Histórica
Fortemente Propícia	ZEPAM - Especiais de Proteção Ambiental
Recomendável	APP
Extremamente recomendável	ZAI - Zona Ambiental Tombada

Fonte: Adaptado de Braga (2017).

Como um dos desdobramentos do PDES-VR, a expectativa é que se possa avançar na discussão de uma proposta de gestão territorial que contemple o desenvolvimento do Vale do Ribeira em uma nova perspectiva de valorização de seus ativos naturais, culturais e econômicos, e que possibilite criar uma marca identitária, galgando a região para um novo e merecido patamar socioeconômico.

08.

Considerações
Finais

Seguem algumas ponderações que deverão balizar o prosseguimento do projeto, a elaboração final do PDES-VR e a implementação de políticas dirigidas ao desenvolvimento da região.

Com a crise sanitária deflagrada pela pandemia provocada pelo COVID – 19, a conjuntura mundial vivencia um momento particular na sua história, cujos reflexos, além do grave impacto humanitário, terão implicações socioeconômicas, cujo prognóstico aponta que deverão ser mais acentuadas em regiões com economias menos dinâmicas e vulneráveis, como é o caso do Vale do Ribeira.

Focalizando-se a região do PDES-VR, avoluma-se a importância de políticas públicas governamentais que garantam condições satisfatórias, sobretudo, às populações mais carentes. Por sua vez, os indicadores mostram que as condições sociais têm evoluído, embora lentamente, diminuindo a defasagem da região em relação às médias estaduais. Isto é demonstrado, por exemplo, pelo fato de vários municípios serem caracterizados no IPRS como municípios “equitativos”, ou seja, de renda baixa, mas com indicadores sociais relativamente equilibrados. Associando a essa situação a baixa expressão demográfica, a implementação de uma política social pública ativa deve, em prazo relativamente curto, aliviar as demandas sociais dos municípios da região.

O grande desafio que se configura é a dinamização econômica, cujos indicadores, entre outros, renda e postos formais de trabalho, evidenciam a maior debilidade ao desenvolvimento da região. Esta é a abrangência que o PDES-VR pretende centralizar as suas diretrizes e ações.

Nesse contexto, um balizador importante no prosseguimento do projeto diz respeito ao modelo de desenvolvimento almejado para o Vale do Ribeira. Buscar o desenvolvimento econômico sustentável é um imperativo para a fundamentação e orientação de suas ações. Portanto, um dos embasamentos para o Plano é a mobilização e agregação de valor, sobretudo, dos recursos endógenos do território, o que engloba os recursos naturais (bio e geodiversidade); a dotação cultural; as competências, o conhecimento e a capacidade de inovação; e as atividades produtivas com destaque às cadeias produtivas de base mineral, o setor agropecuário e florestal e a indústria do turismo.

Apesar das incertezas com relação ao prazo da evolução da pandemia e da profundidade do arrefecimento econômico, seus impactos em curto prazo deverão afetar de forma diferenciada os três eixos econômicos.

Como em todo o país e internacionalmente, uma das atividades mais afetadas foi a indústria do turismo, o que, certamente, também ocorreu no Vale do Ribeira. Em que pese às dificuldades atuais desse segmento na região, que limitam o aproveitamento do seu diferenciado potencial turístico, expresso pelo grande número, diversidade e peculiaridades de atrativos, o processo de retomada da economia no país abre uma grande janela de oportunidade para a revigoração dessa indústria no Vale do Ribeira. Corroboram neste sentido, expectativas de novas tendências relacionadas à demanda, derivadas da perda do poder aquisitivo, com a busca de atrativos mais próximos e menos onerosos, bem como mudanças comportamentais, com a valorização de novas paisagens e espaços naturais e saudáveis. Nesse contexto, a região conta com vantagens competitivas relevantes, como a localização privilegiada, próxima de grandes centros paulistas e paranaenses emissores de turistas e atrativos naturais e culturais diferenciados e, até certo ponto, desconhecidos.

No que tange a cadeia produtiva de base mineral, em função da demanda derivada de outros setores econômicos, a retomada dependerá do aquecimento generalizado da economia, principalmente da construção civil em função da especialização produtiva da região. Já o setor agropecuário e florestal deverá ser apoiado no sentido de fortalecer as cadeias produtivas das culturas agrícolas e florestais e das criações animais presentes na região, reduzindo-se possíveis entraves desde a produção no campo até o escoamento da produção e sua comercialização. Com isso, espera-se aumentar a resiliência dos produtores rurais frente aos impactos da pandemia no setor agropecuário e florestal.

Os passos subsequentes do projeto devem envolver uma maior aproximação e participação dos atores públicos e privados locais, buscando o necessário enraizamento da concepção do PDES-VR, bem como uma maior articulação com os agentes estaduais que atuam na região, notadamente com os gestores do Programa Vale do Futuro.

Na esfera estadual, destaca-se a necessidade de interação com a Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR, que está conduzindo junto com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, a estruturação do Programa Vale do Futuro, abrangendo a sistematização da carteira de projetos, montagem de uma estrutura de governança e elaboração de uma visão estratégica para o desenvolvimento do Vale do Ribeira. A aproximação e troca de informações pelas coordenadorias de secretarias (SDE e SDR) e entre as equipes técnicas envolvidas (IPT e FIPE) é de suma importância para o alinhamento de ambos os projetos, permitindo a otimização de esforços

e a potencialização de ganhos para as políticas públicas a serem implementadas na região.

Outra consequência da pandemia vem se dando na própria condução do projeto. Desde meados de março, forçosamente todas as atividades estão sendo realizadas de forma remota, sendo que as reuniões de equipe e com outras instituições tem sido feitas de forma virtual, por meio de plataformas digitais.

A fase subsequente do projeto prevê a realização de eventos virtuais temáticos – reuniões e fóruns de debates. Apesar desses eventos propiciarem transferências de conteúdo, discussões e elaboração conjunta de diagnósticos e cenários, o formato *online* pode limitar as interações pessoais que somente o ambiente presencial propicia. Por outro lado, tem a vantagem de possibilitar um número maior de participantes, uma vez que não precisam se deslocar. De qualquer maneira, o projeto avançará com a realização de eventos virtuais, buscando-se por meio de estratégias e dinâmicas gerar um sentimento de pertencimento na concepção do plano e potencializar a somatória de informações, visões e experiências sobre os temas abordados.

A conclusão do projeto se dará com a estruturação do PDES-VR, abrangendo a indicação do modelo de governança e a sistematização do conjunto de diretrizes e ações prioritizadas para os vetores de dinamização econômica e os necessários aportes transversais, buscando-se elencar sugestões de parceiros, instituições responsáveis e prazos de execução.



Créditos: Priscilla Moreira Argentin - acervo pessoal.

Referências bibliográficas completas (Relatório técnico nº 159844-205)

AB'SABER, Aziz. **Os Domínios da Natureza no Brasil**. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003, 159 p.

ANM – Agência Nacional de Mineração. **Anuário Mineral Estadual** - São Paulo. 2015

ANM – Agência Nacional de Mineração. **CFEM - Relatórios**. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br/assuntos/arrecadaca>> Acesso em: 3 de abril de 2020c.

ANM – Agência Nacional de Mineração. **Dados fornecidos** pela Gerência Regional no Estado de São Paulo – ANM (inédito), 2020d.

ANM – Agência Nacional de Mineração. **Sistema Cadastro Mineiro do DNPM**. Disponível em: <<http://www.dnmp.gov.br>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020a.

ANM – Agência Nacional de Mineração. **Sistema de Informação Geográfica da Mineração – SIGMine do DNPM**. Disponível em: <<http://www.dnmp.gov.br>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2020b.

ANNA MARIA ANDRADE, NILTO TATTO (ed.). **Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013. Disponível em: <http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/pdf-publicacao-final_inventario>. Acesso em: 29 de Abril de 2020.

BOSCO, L. B.; LUZ, C. F. P. Pollen analysis of Atlantic forest honey from the Vale do Ribeira Region, state of São Paulo, Brazil. **Grana**, 57:1-2, 144-157, 2018.

BRAGA, Luci Merhy Martins. **Parques Agrários no Baixo Jaguaribe: Arquitetura Rural da região dos Perímetros Irrigados resultante do planejamento de Bacias hidrográficas**, 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Engenharia Civil, Área de Recursos Hídricos, Energéticos e Ambientais, UNICAMP, Campinas. Disponível em <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000798806>. Acesso em 22 de ago. 2011.

BRAGA, Luci Merhy Martins. **Sistemas Hídrico e Territorial Integrados a partir do Eixo do Rio Jundiáí**, 2017. 212 f. Tese (Doutorado) – Engenharia Civil, Área de Recursos Hídricos, Energéticos e Ambientais, UNICAMP, Campinas. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/322065>>. Acesso em 02 de abr. 2020.

BRASIL. INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Patrimônio Cultural. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em 25 de ago. de 2010.

BRASIL. INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria Nº 127, de 30 de Abril De 2009 - Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Disponível em: <http://www.prpe.mpf.gov.br/internet/Legislacao/Patrimonio-Historico-e-Cultural/Portarias/PORTARIA-N1-127-IPHAN-DE-05-DE-MAIO-DE-2009>> acesso 28 de março de 2013.

BRASIL. INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Reflexões sobre a chancela da paisagem cultural brasileira**. 2007. Brasília. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1757>. Acesso 29 de março de 2013.

BRASIL. IPHAN. **Paisagem Cultural**. Organização. Weissheimer, Maria Regina. Brasília, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2009. 43 pp.

BRASIL. **Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. “Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.”** Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm>. Acesso em: 17 junho 2020.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **“Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.”** Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm>. Acesso em: 17 junho 2020.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. **O Novo Código Florestal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm>. Acesso em: 22 dez. 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cadastur**. Disponível em: <<https://cadastur.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 6 Abril 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 105, de 16 de maio de 2013. Institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências. DOU de 20.5.2013. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=93>>. Acesso em: 18 Dez. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Relatório de Categorização do MAPA 2019**. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/RELATORIO_CATEGORIZACAO_2019-Portal.xls>. Acesso em: 7 Abril 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Recursos Hídricos: Síntese Executiva**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. 135 p. 2006.

CABRAL JUNIOR, M.; SUSLICK, S.; OBATA, O. R.; SINTONI, A. **A mineração no Estado de São Paulo: situação atual, perspectivas e desafios para o aproveitamento dos recursos minerais**. Geociências (São Paulo. Online), v. 27, p. 171-192, 2008.

CABRAL JUNIOR, M.; SUSLICK, S.; SUZIGAN, W. **Caracterização dos Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral no Estado de São Paulo: Subsídio à Mineração Paulista**. Geociências (São Paulo. Online), v. 29, p. 81-104, 2010.

CAJATI (Município). **Lei municipal nº 974/O9. “Cria o Projeto Conservador das Águas, autoriza o executivo a prestar apoio financeiro aos proprietários rurais e dá outras providências.”** Cajati, 2009.

CANO et al. Quilombolas: a produção de mel na apicultura familiar do Vale do Ribeira, São Paulo. **Vigil. sanit. debate**, 3(4):3-10, 2015.

Castro-Alves, V. C. **O efeito da proximidade do fragmento florestal de Mata Atlântica sobre a área de cultivo no amadurecimento de bananas (Musa acuminata AAA cv. nanicão) e nos compostos fenólicos das folhas de bananeiras**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, Departamento de Alimentos e Nutrição Experimental. São Paulo, 2014. 144p.

CBH-RB - COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL. **Elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul - UGRHI 11 (PROJETO FEHIDRO RB-278/2014)**. Registro, 2016.
CODIVAR – CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIBEIRA E LITORAL SUL. **Planejamento Estratégico 2030 do Vale do Ribeira e Litoral Sul**. Registro: CODIVAR, 2018.

CODIVAR – Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul, Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira do Iguape e Litoral Sul (CBH-RB) e União dos Vereadores do Vale do Ribeira (UVEVAR). **Versão preliminar para discussão de proposta para o Fórum de desenvolvimento do Vale do Ribeira**. 1999. Disponível em: <<https://codivar.org.br/wp-content/uploads/2019/08/planejamento-estrat%C3%A9gico-1999-1.pdf>>. Acesso em: 18 Dez. 2019.

CODIVAR – Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral

Sul. 2018. **Planejamento Estratégico 2030 do Vale do Ribeira e Litoral Sul**. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=1gocNNafJhB28nWtm1LnEzeUngjMqLd8o>>. Acesso em: 18 Dez. 2019.

CONDEPHAAT - CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Bens Tombados**. Disponível em: <<http://condephaat.sp.gov.br/bens-protetidos-online/>>. Acesso em: 20 Abril 2020.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Projeto Geoparques**. Disponível em <<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Gestao-Territorial/Projeto-Geoparques-5416.html>> Acesso em: 1 de abril de 2020.

CUCHIERATO, G. **A indústria mineral paulista – síntese setorial do mercado produtor**. FIESP, São Paulo, 128 p. 2017.

DIAS, R. F.; de CARVALHO, C. A. A. Bioeconomia no Brasil e no Mundo: Panorama Atual e Perspectivas. **Rev. Virtual Quim.**, 9 (1), 410-430, 2017.

ELDORADO (Município). **Lei nº 952, de 23 de novembro de 2010**. “Institui o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais e autoriza o poder executivo a prestar apoio financeiro aos proprietários rurais e dá outras providências.” **Eldorado, 2010**.

FERRÃO, A. M. de A. (2004a). **Arquitetura do Café**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

FERRÃO, A. M. de A. (2004b). **Arquitetura Rural dentro do contexto dos estudos sobre o patrimônio e paisagens culturais** (29 p.). Relatório de Pesquisa de Pós Doutorado. Barcelona [ESP]: ETSAB-UPC.

FERRÃO, A. M. de A. (2007). **Arquitetura Rural e o espaço não-urbano**. Labor & Engenho, v.1, n.1, pp. 89-112.

FERRÃO, A. M. de A. (2016b). **El escenario de los grandes complejos agroindustriales-comerciales: el caso de los sistemas territoriales integrados a la producción de café en Brasil**. A&P Continuidad (Rosario/ARG), v.3, n.5, pp. 114-133.

FERRÃO, A. M. de A. (2016c). **Cidades e territórios sustentáveis, paisagens culturais e desenvolvimento regional**. Labor & Engenho (Campinas/SP-BRA), v.10, n.2, pp.170-179.

FERRÃO, A. M. de A. (2016c). **Sistemas territoriais integrados e a paisagem rural no Brasil. Identidades: territorio, proyecto, patrimonio** (Barcelona/ESP), v.6, pp.176-209.

FERRÃO, A. M. de A. (2018). **Parques patrimoniais (agrários, fluviais, geoparques): o território das águas**. Terrae Didatica (Campinas/SP-BRA), v.14, n.1, pp.39-48.

FIPAI - FUNDAÇÃO PARA O INCREMENTO DA PESQUISA E O APERFEIÇOAMENTO INDUSTRIAL. **Plano de Bacia Hidrográfica 2016-2027 do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista – VOLUME I DIAGNOSTICO**. São Carlos, 2016.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades Quilombolas**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: 30 Março 2020.

FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS. **Edital de seleção pública PSA nº 003/2018. Projeto Recuperação e Proteção dos Serviços Relacionados ao Clima e à Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica do Brasil (Projeto Conexão Mata Atlântica). Pagamento por Serviços Ambientais – PSA. Modalidade uso múltiplo**. São Paulo: FINATEC/SMA/FF, 2018a. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/conexaomataatlantica/2019/03/edital_psa_003_2018.pdf> Acesso em: 04 maio 2020.

FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS. **Edital de seleção pública PSA nº 006/2018. Projeto Recuperação e Proteção dos Serviços Relacionados ao Clima e à Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica do Brasil (Projeto Conexão Mata Atlântica). Pagamento por Serviços Ambientais – PSA. Modalidade uso múltiplo**. São Paulo: FINATEC/SMA/FF, 2018b. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/conexaomataatlantica/2019/03/edital_psa_006_2018.pdf> Acesso em: 04 maio 2020.

FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA. **Projeto Oásis Pagamento por Serviços Ecosistêmicos**. Seminário “Iniciativas e Pagamento por Serviços Ambientais no Brasil”. São Paulo, 29 e 30 de março, 2011. Disponível em: <https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/222/Documentos/2011_Seminario%20PSA/Maria%20de%20Lourdes%20Nunes.pdf> Acesso em: 04 maio 2020.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Terras Indígenas. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 30 Março 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, CODIVAR – Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul, Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira do Iguape e Litoral Sul (CBH-RB) e União dos Vereadores do Vale do Ribeira (UVEVAR). **Fórum de desenvolvimento do Vale do Ribeira**. Registro, 2000.

GURGEL, H. et al. **Unidades de conservação e o falso dilema entre conservação e desenvolvimento**. Boletim regional, urbano e ambiental. IPEA, 2009. p. 109-119. Acesso maio. 2020.

HORLINGS, I.; MARSDEN, T. Rumo ao desenvolvimento espacial sustentável? Explorando as implicações da nova bioeconomia no setor agroalimentar e na inovação regional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago., p. 142-178, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 6 maio 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. 2ª edição. Rio de Janeiro:IBGE, 2004, p. 32.

IDESC - INST. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CIDADANIA DO VALE DO RIBEIRA. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira** – São Paulo e Paraná. 2006.

IDESC - Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira. 2006. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira**. <https://docplayer.com.br/10638476-Plano-de-desenvolvimento-territorial-sustentavel-do-vale-do-ribeira.html>. Acesso em: 12 Dez. 2019.

IEA - Instituto de Economia Agrícola, Secretaria de Agricultura e Abastecimento. 2003. **Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira. Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável do Vale do Ribeira**. Disponível em: <http://www.valedoribeira.sp.gov.br/cd_desenv_sustentavel/desenvolvimento.html>. Acesso em: 06 Dez. 2019.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Quilombolas**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/pt/quilombolas.html>>. Acesso em 29 de Abril de 2020.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Bens Tombados**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 30 Março 2020.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Arqueológico**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1701/>>. Acesso em: 30 Março 2020.

IPT – INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Ordenamento territorial geomineiro dos municípios de Apiaí, Capão Bonito, Guapiara, Itaoca e Ribeirão Grande**. São Paulo: IPT (Rel. IPT n. 153228-205), 2018.

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Circuito Quilombola**. São Paulo: Instituto So-

cioambiental, 2012. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/circuito-quilombola-do-vale-do-ribeira-turismo-de-base-comunitaria>>. Acesso em: 29 Abril 2020.

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Programa Vale do Ribeira**. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/vale-do-ribeira>>. Acesso em: 29 Abril 2020.

ITESP - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS. **Comunidades Remanescentes de Quilombos**. Disponível em: <http://201.55.33.20/?page_id=3483>. Acesso em: 29 Abril 2020.

JACOBS, Jane. **The economy of cities**. Nova Iorque: Vintage Books, 1969. (Economics & Sociology).

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**, São Paulo. Ed. Martins Fontes. 1ª ed., 1997, 227pp.

MAPBIOMAS. **Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil**. Base de Dados de Cobertura/uso do Solo, Coleção 4.1, 2020. Disponível em <https://mapbiomas.org/estatisticas?cama_set_language=pt-BR>. Acesso em abril de 2020.

MATTOS, E. C. A. de; FERREIRA, M.C. Dinâmica espaço-tempo do uso e ocupação do solo na região de entorno à área urbana de Jundiá/SP: implicações futuras na Reserva Biológica da serra do Japi. **Anais...** XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil. 21-26 abr de 2007. p. 2849-2856. Disponível em: http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.15.13.49/doc/2849_2856.pdf. Acesso 20 de abr de 2020.

ME – MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Base RAIS – ano base 2017**. Brasília: ME, 2019.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C.E.F.; PAVESE, H.B.; ARAÚJO, F.F.S. (Ed.). **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo**. Brasília: UNEP-WCMC, 2011. Disponível em <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/estudocontribuicao.pdf>. Acesso maio. 2020.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998. Dicionários Michaelis, 2259 p.

MYERS, N. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, v. 403, p. 853–858, 2000.

PIMENTEL et al. Biodiversidade brasileira como fonte da inovação farmacêutica: uma nova esperança? **Revista do BNDES**, 43, junho, p. 41-89, 2015.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013**. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>>. Acesso em: 6 maio 2020.

SABATÉ BEL, Joaquín. **De la preservación del patrimonio a la ordenación del paisaje**. Universidade Politècnica da Catalunya. 2004. Revista Ambiente Digital. Disponível em www.revista-ambiente.com.ar/imagenes/99/Joaquín%20Sabaté.pdf. Acesso em 02 mar. 2008.

SABATÉ BEL, Joaquín. **El Parc Agrari Del Baix Llobregat**. 2001. Disponível em: <<http://diba.es/parcagrari>>. Acesso em 02/11/2010.

SABATÉ BEL, Joaquín. et al. **Projectant l'eix del Llobregat. Paisatge cultural i desenvolupament regional**. Barcelona, Espanha. Universitat Politècnica de Catalunya-Massachusetts Institute of Technology. 2004. pp. 78-90.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado, Fundamentos Teórico e Metodológico Da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988. 128p. Disponível em <http://www.controversia.com.br/antigo/uploaded/pdf/13663_metamorfose-do-espaco-habitado-milton-santos.PDF>. Acesso 22 de jun de 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 1996, 4ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Edusp, 2006, p. 384.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente – SMA. **Macrozoneamento do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia. Plano de Gerenciamento Costeiro**. São Paulo: SMA, 1990.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente – SMA. **Relatório Final da Proposta de Macrozoneamento do Vale do Ribeira. Contrato ENGECORPS**. São Paulo: SMA, 1996.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente – SMA. **Subsídios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Vale do Ribeira**. São Paulo: SMA, 2005.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente – SMA. **Zoneamento ecológico-econômico do setor costeiro do Vale do Ribeira – Documento de consulta para Audiência Pública (Dezembro de 2014)**. São Paulo: SMA, 2014a.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 55.947, de 24 de junho de 2010. “Regulamenta a lei nº 13.798, de 9 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Mudanças Climáticas”**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-55947-24.06.2010.html>>. Acesso em: 04 maio 2020.

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. **Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo**. Dados consolidados municipais 2016/17. São Paulo, SAA, LUPA, 2017a. Disponível em: <<http://www.cdrs.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais1617.php>>. Acesso em: 08 maio 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 63.280, de 19 de março de 2018. “Reorganiza e Consolida os Programas e Projetos de financiamento ou de subvenção econômica para o desenvolvimento da agropecuária de São Paulo realizados com recursos provenientes do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - O Banco do Agronegócio Familiar (FEAP-BANAGRO)”**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2018/decreto-63280-19.03.2018.html>>. Acesso em: 04 maio 2020.

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE. **Resolução SMA nº 89 de 18 de setembro de 2013. “Institui as diretrizes para a execução do Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN, no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais.”** São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2013/09/resolucao-sma-89-2013/>>. Acesso em: 04 maio 2020.

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE. Comunicado (Resultado final da seleção para participação no Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, denominado Crédito Ambiental Paulista/ RPPN - CAP/RPPN). **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 12 fev. 2014b. Disponível em: <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2014/12/Comunicado_1-edital_II.pdf>. Acesso em: 04 maio 2020.

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE. **Edital de chamamento público nº 01/2017. Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS. Pagamento por Serviços Ambientais – PSA**. São Paulo: SMA, 2017b. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/editais/2017/12/edital_psa_mataciiliar_sma.pdf>. Acesso em: 04 maio 2020.

SÃO PAULO, GOVERNO DO ESTADO; CONSELHO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA - CODIVAR; COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE LGUAPE E LITORAL - SCBH-RB; UNIÃO DOS VEREADORES DO VALE

DO RIBEIRA - UVEVAR. **Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira: Caminhos do Futuro - Uma proposta sustentável**, Registro. 2000.

SAUER, Carl. **A Morfologia da Paisagem**. 1ª ed., São Paulo: ed. Martins Fontes, 1997. 3 reimp., 2006. 227pp.

SEADE - FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Informações homepage**. Disponível em: <www.seade.sp.gov.br>. Acesso em: 6 maio 2020.

SENAC – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL; CODIVAR - Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul. 2019. **Plano Regional de Turismo Cavernas da Mata Atlântica**. Registro: SENAC / CODIVAR. Disponível em: <<https://codivar.org.br/desenvolvimento/>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

SHIMADA, H. (coord.). **Contribuição ao conhecimento do meio físico no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – Petar (Apiá e Iporanga – SP)**. São Paulo, Instituto Geológico – SMA. 1999, 241 p.

SMA - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - **Proposta de Macrozoneamento do Vale do Ribeira**, São Paulo, SMA, 1996.

TOMAS, F. L. **A influência da biodiversidade florestal na ocorrência de insetos-praga e doenças em cultivos de tomate no município de Apiá-SP**. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2010. 90p.

VITAE CIVILIS – INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO, MEIO AMBIENTE E PAZ (coord.). **Plataforma Ambiental Mínima para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira – Agenda 21 Vale do Ribeira**. São Pedro, 1995.



ISBN: 978-65-5702-009-8

CDL



9 786557 020098

ipt
INSTITUTO DE
PESQUISAS
TECNOLÓGICAS


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
ESTADO DE RESPEITO

